

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

MINISTÉRIO DA DEFESA
2020



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Relatório de Gestão Integrado

Ministério da Defesa

2020

MINISTÉRIO DA
DEFESA



SUMÁRIO

| | | |
|-----------------------------|---|-----------|
| MENSAGEM DO MINISTRO | | 4 |
| 1 | GOVERNANÇA DO MD | 6 |
| | VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL | 7 |
| | ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO MD | 14 |
| | RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE | 17 |
| | AMBIENTE EXTERNO | 22 |
| | RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS | 22 |
| | CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS | 22 |
| 2 | OS RESULTADOS DO MD | 23 |
| | O PPA 2020-2023 | 24 |
| | PROGRAMA DEFESA NACIONAL (6012) | 24 |
| | PROGRAMA COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL (6011) | 36 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PPA 2020-2023 | 39 |
| 3 | A GESTÃO DE RECURSOS | 40 |
| | GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 41 |
| | GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS | 56 |
| | GESTÃO DE PESSOAS | 58 |
| | GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA | 67 |
| | GESTÃO PATRIMONIAL | 69 |
| | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 71 |
| | GESTÃO DE CUSTOS | 80 |
| | GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 82 |
| 4 | INFORMAÇÕES CONTÁBEIS | 87 |
| | APRESENTAÇÃO | 88 |
| | DECLARAÇÃO DO CONTADOR | 90 |

MENSAGEM DO MINISTRO DA DEFESA

O ano de 2020 foi atípico e de grandes desafios para o MD em razão da pandemia do novo Coronavírus. A Operação Covid-19 foi ativada, conforme diretriz do Presidente Jair Bolsonaro, em 20 de março de 2020, para coordenar as ações das Forças Armadas, no combate à pandemia. O engajamento decisivo dos nossos militares possibilitou superar as dificuldades impostas pela dimensão do território nacional, pela carência de recursos e pelas dificuldades de acesso em muitas regiões.

As primeiras atividades começaram ainda em fevereiro, quando aeronaves da FAB foram resgatar 34 brasileiros em Wuhan, na China, a Operação Regresso. De lá para cá o trabalho e a luta contra o inimigo invisível foram crescendo rapidamente.

O planejamento foi de uma operação militar de guerra, com acionamento, no MD, dos Centros de Operações Conjuntas e de Coordenação de Logística e Mobilização, acompanhando ininterruptamente o emprego das Forças em todo País. A criação de 10 comandos conjuntos das Forças Armadas, cobrindo todo o território nacional, assegurou maior proximidade com a população e possibilitou contato direto com Estados e municípios para a pronta identificação das necessidades locais. Além disso, um Comando de Operações Aeroespaciais assegura o transporte aéreo em todo o País. Após um ano de operações, os aviões da FAB já voaram o equivalente a 55 voltas ao mundo transportando oxigênio, respiradores, medicamentos, vacinas, equipes de saúde e pacientes. Só durante a recente crise em Manaus foram realizados mais de 280 voos, transportando milhares de cilindros e reservatórios de oxigênio e evacuando mais de 750 pacientes.

Os números da Operação Covid-19 mostram o tamanho do esforço. São empregados, diariamente, cerca de 34 mil militares, efetivo maior que o da participação brasileira na 2.^a Guerra Mundial. Nossos militares já descontaminaram mais de 8.300 locais e capacitaram em torno de 36 mil profissionais em ações de desinfecção e no atendimento a pacientes infectados. Famílias carentes, em todo o Brasil, receberam mais de 1 milhão de cestas básicas. Foram realizadas aproximadamente 38 mil ações nas fronteiras e nos rios. Atendimento médico foi levado às aldeias, permitindo imunizar 157 mil indígenas.

A BID, atendendo prontamente ao chamado, colabora no combate à pandemia desde o início. Empresas responsáveis por mais de 1 milhão de empregos diretos adaptaram suas linhas de produção. Equipamentos bélicos deram lugar a equipamentos de proteção individual e outros itens essenciais. A parceria entre a defesa, a indústria e a academia permitiu a produção de novos respiradores, além do reparo de milhares de outros.

Enquanto transcorria a Operação Covid-19, as Forças Armadas desenvolveram outras tantas operações e missões, como: a operação de garantia da lei e da ordem ambiental na Amazônia (Operação Verde Brasil 2) – um trabalho conjunto com órgãos ambientais e de segurança com resultados expressivos na redução do desmatamento, resultando em mais de 178 mil metros cúbicos de madeira ilegal confiscadas, além de apreensão de maquinários pesados utilizados em atividades extrativistas, empregando uma média de 2,4 mil militares por dia; Operação Mandacaru, que contribuiu para a preservação da ordem pública no estado do Ceará, empregando uma média diária de 2,6 mil militares; as Operações Ágata, contra ilícitos transnacionais e crimes ambientais, com atuação das Forças em mais de 16 mil quilômetros da fronteira terrestre e na costa marítima, em coordenação com os Órgãos de Segurança Pública e Agências Governamentais, empregando mais de 20 mil agentes públicos, entre civis e militares; atuação dos Quatro “Navios da Esperança” da Marinha, na assistência médica, odontológica, farmacêutica, laboratorial e de enfermagem a mais de 190 comunidades ribeirinhas da Amazônia Ocidental, beneficiando cerca de 19,0 mil pessoas; a realização de 220 Missões Aéreas pela FAB, para o transporte de cerca de 240 órgãos e equipes médicas envolvidas; e a realização de exercícios militares, envolvendo as três Forças, no contexto da Operação Amazônia, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela.

No que se refere ao aparelhamento das Forças Armadas, com meios e equipamentos, podemos destacar: a assinatura, em março, do contrato para aquisição, por construção no País, de 4 Fragatas Classe Tamandaré de última geração, com entregas previstas entre 2024 e 2028, com expectativa de geração de cerca de 8.000 empregos diretos e indiretos na região de Santa Catarina; o início da fabricação do protótipo em terra do sistema de propulsão náutico-elétrico a ser instalado no primeiro submarino convencional com propulsão nuclear (SN-BR) do Brasil (Programa Nuclear da Marinha - PNM); o incremento do projeto piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), alcançando 97% de execução em Mato Grosso do Sul; a modernização e aquisição de viaturas utilizadas no Sistema de Mísseis ASTROS 2020, além da disponibilização de simuladores e a construção de estruturas físicas necessárias às operações do Sistema; a aquisição, no âmbito do Programa Guarani, de 60 viaturas blindadas de transporte de pessoal médias sobre rodas (VBTP-MSR) 6x6 e o primeiro lote de 32 viaturas blindadas multitarefas médias sobre rodas (VBMT-LSR) 4x4; o início da implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, com a consequente ampliação das capacidades militares, colaborando com a proteção das infraestruturas críticas; a chegada ao Brasil da primeira unidade da aeronave F-39 Gripen, no âmbito do subprojeto F-X2, que permanece realizando testes e ensaios na empresa EMBRAER; e a chegada da 3^a a e da 4^a



aeronaves KC-390 Millenium, de um total de 28 unidades encomendadas à empresa EMBRAER.

Quanto ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa, merece destacar que houve incremento da venda de produtos de defesa para outros países na ordem de 32,8%, em relação com ano anterior, chegando ao valor de US\$ 1,3 bilhão de autorização de exportações de produtos sujeitos à controle.

No campo da cooperação com o desenvolvimento nacional merecem destaque as seguintes realizações: operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) a partir do Centro de Operações Espaciais (COPE) e do COPE Secundário (COPE-S), respectivamente, situados em Brasília e no Rio de Janeiro, viabilizando a conexão de internet para comunidades espalhadas pelo território nacional, através do Plano Nacional de Banda Larga; o aprimoramento da capacidade de monitoramento ambiental do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), com a utilização de satélites com radar de abertura sintética (SAR); a inauguração da nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), importante unidade de apoio à pesquisa científica brasileira no continente gelado; o investimento de cerca de R\$ 192 milhões em obras de infraestrutura em diversos municípios da região abrangida pelo Programa Calha Norte; e o fornecimento de Kits de alimentação para 30.036 crianças e adolescentes, pelo Programa Forças no Esporte (Profesp), tendo em vista a paralização das atividades esportivas e sociais em razão da pandemia.

Mesmo em tempos de pandemia, conseguimos manter boa parte das operações e atividades, em especial a formação de pessoal e a modernização de equipamentos. Afinal, os militares têm de estar prontos e preparados para atender à Nação.

O principal desafio continua sendo garantir condições e recursos para preparar as Forças Armadas para cumprir sua destinação constitucional, em um contexto complexo, de crise econômica, agravada pela pandemia, com inúmeras deficiências estruturais e conjunturais, em um País de dimensões continentais e com diferentes realidades regionais. No entanto, visando construir capacidades de defesa alinhadas às necessidades do País, torna-se imprescindível prosseguir com o processo de transformação das Forças Armadas, a fim de que elas estejam compatíveis com a estatura político-estratégica do Brasil e atendam às demandas e expectativas da sociedade brasileira.

Cabe destacar, com orgulho, o comprometimento de todos os integrantes das Forças Armadas e do Ministério da Defesa no enfrentamento dos desafios, sem o que não seria possível obter todas essas realizações e continuar avançando. Engana-se quem pensa que a Defesa é somente uma espécie de seguro não usado. Proteger a população brasileira é dever das Forças Armadas. Para isso elas têm de estar treinadas e bem equipadas, com capacidade de responder rapidamente às demandas inesperadas.

Há mais de um ano, Marinha, Exército, Força Aérea e Ministério da Defesa correm contra o tempo e lutam, no limite das suas capacidades, para, sempre que instados, fornecer, prestar o apoio logístico necessário para salvar e preservar vidas. E assim será enquanto se fizer necessário.

GOVERNANÇA DO MD

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando no preparo e emprego conjunto e singular das Forças Armadas e na coordenação das operações militares.

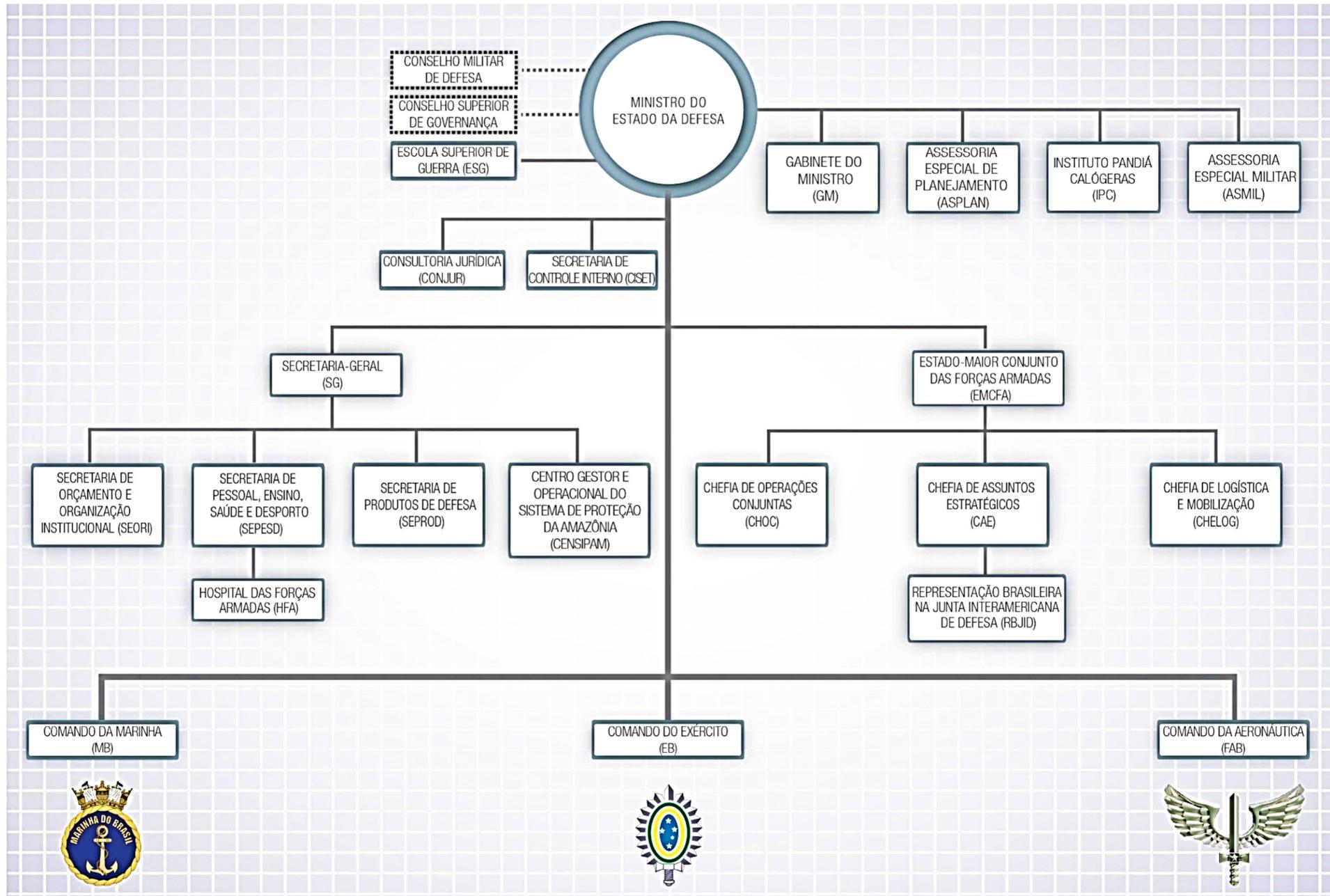
Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance:

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam)

De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, cabe às Forças Armadas, realizar diversas ações de cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, no contexto do cumprimento das suas atribuições subsidiárias, em articulação com os demais órgãos e instituições públicos, em benefício da sociedade, merecendo destaque: participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores; atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais; prover a segurança da navegação aérea e aquaviária; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores; cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de engenharia; cooperar com órgãos federais na repressão a delitos de repercussão nacional e internacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária; controlar o espaço aéreo; entre outras.

A fim de atender ao prescrito na Decisão Normativa TCU 178, de 23 de outubro de 2019, a estrutura deste relatório consolida informações relevantes sobre a gestão dos órgãos que integram o Ministério da Defesa, **excetuando as Forças Armadas**, que apresentam relatórios específicos, uma vez que possuem autonomia de gestão, conforme disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.



Fonte: Decreto nº 9.570/2018

A estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da Constituição Federal;
- Nos termos da Lei Complementar nº 97, de junho de 1999:
 - O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
 - As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira;
 - Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
 - As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa;
 - cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro da Defesa (o preparo compreende, entre outras, as atividades permanentes de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina e pesquisas específicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização); e
 - O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Secretaria-Geral são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro da Defesa.

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

| | |
|---|--|
| Forças Armadas | Instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei. |
| Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) | Órgão que tem a missão de “Assessorar o Ministro de Estado da Defesa na direção superior das Forças Armadas, objetivando a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares”. |
| Secretaria-Geral (SG) | Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional, a Secretaria de Produtos de Defesa, a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto. Tem como missão “Prover, com oportunidade, os meios e o arcabouço legal para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas cumpram suas missões; e contribuir para que a percepção de defesa do País transite com desenvoltura pela alma da Nação”. |

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SETORIAL

Em 2019 foi feita uma ampla atualização do Planejamento Estratégico do Setor de Defesa para o horizonte de 2020/2031, com a revisão dos seus componentes principais. O Conselho Superior de Governança aprovou o Planejamento Estratégico do Setor de Defesa 2020-2031 por meio da Resolução nº 2/CONSUG/MD, de 25 de novembro de 2019. O novo método permitirá o início da interação do Planejamento Estratégico Militar com o Planejamento Estratégico Institucional. O primeiro, voltado para o preparo e emprego das Forças e objetivando a construção das capacidades militares necessárias ao cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, e o Institucional visando a potencializar fatores críticos de sucesso e criar ou aperfeiçoar as condições de apoio necessário ao desenvolvimento dos processos finalísticos do setor de defesa.

Para fins do processo de planejamento estratégico setorial foi utilizado o conceito de setor de defesa, que compreende o Ministério da Defesa, incluindo a Escola Superior de Guerra, e as Forças Armadas.

A revisão adequou a Identidade Estratégica da Pasta, os objetivos setoriais a serem perseguidos de forma a contribuir para a implementação das ações estratégicas previstas na Estratégia Nacional de Defesa foram estabelecidos pela Política Setorial de Defesa e as ações estratégicas setoriais a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos postos na Política Setorial de Defesa foram discriminadas na Estratégia Setorial de Defesa.

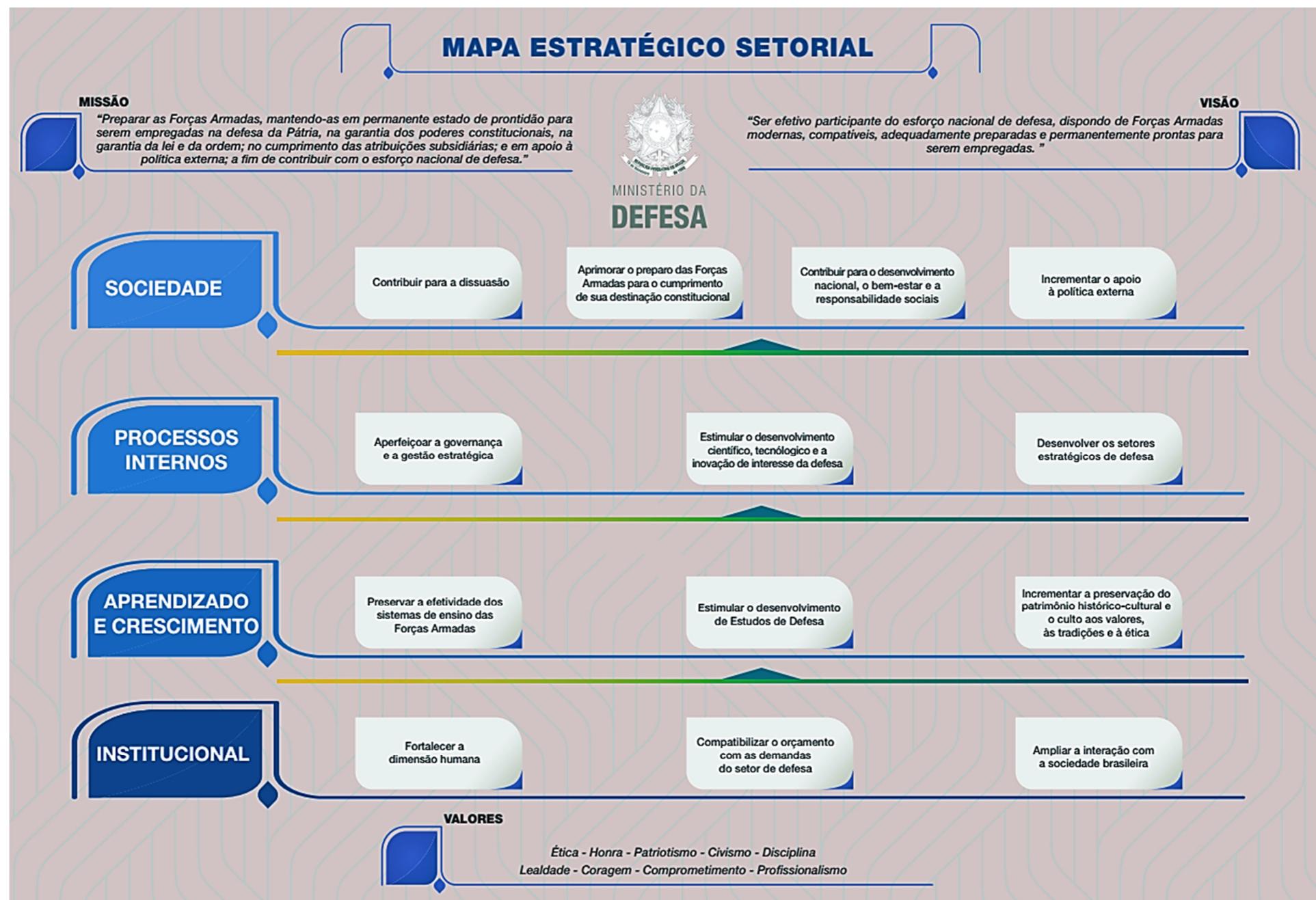
Vale ressaltar que acontecimentos nacionais e internacionais, como catástrofes, tragédias humanitárias, ameaças à lei e à ordem, desastres ambientais, entre outros, produzem impacto significativo na atuação do Ministério da Defesa, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais. Para a maior parte desses acontecimentos não é possível planejar antecipadamente a atuação do MD e das Forças Armadas.

MODELO DE NEGÓCIOS

O Modelo de Negócios do Setor de Defesa pode ser depreendido a partir do Mapa Estratégico, da Cadeia de Valor e dos macroprocessos, a seguir relacionados.



MAPA ESTRATÉGICO E IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO SETOR DE DEFESA



CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA DEFESA

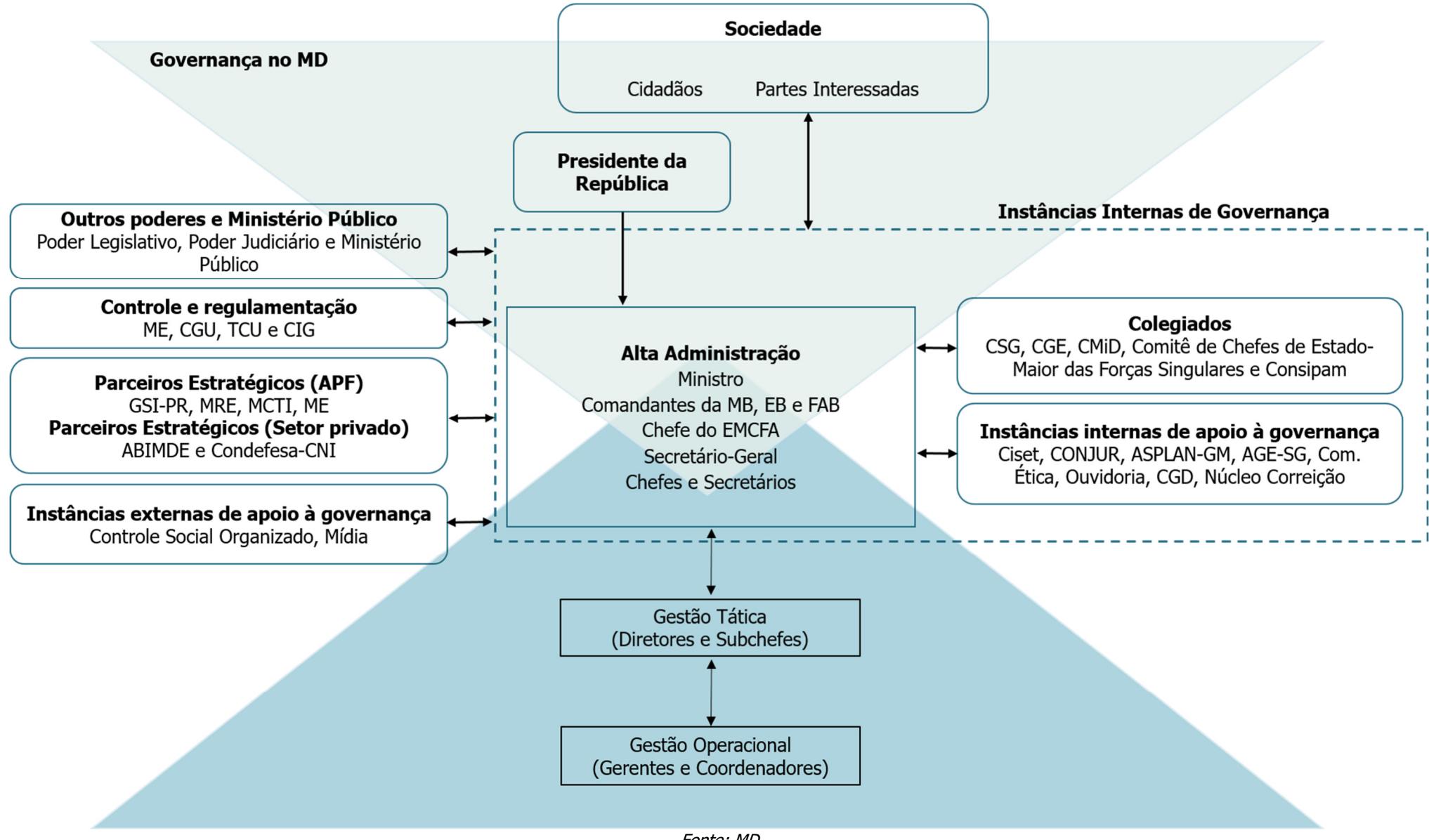


O MD E SEUS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

| FORNECEDOR | INSUMOS | MACROPROCESSO | ENTREGAS | CLIENTES |
|---|---|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Presidência da República; Ministério da Defesa; Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Forças Armadas. | <ul style="list-style-type: none"> Diretrizes presidenciais; Diretrizes ministeriais; Doutrinas; Análise de inteligência; Meios preparados; Pessoas capacitadas. | <ul style="list-style-type: none"> Planejamento e coordenação do emprego das Forças Armadas | <ul style="list-style-type: none"> Emprego coordenado das Forças Armadas | <ul style="list-style-type: none"> Sociedade |
| <ul style="list-style-type: none"> Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia; Congresso Nacional; Empresas de Defesa; Forças Armadas e Ministérios; Instituições de Ensino Superior; Comitê de Organização e | <ul style="list-style-type: none"> Diretrizes do sistema; Emendas parlamentares; Demandas por credenciamento e catalogação; Diretrizes do MD; Instrutores, instalações, material didático, desportivo e alimentação; | <ul style="list-style-type: none"> Cooperação para o desenvolvimento nacional | <ul style="list-style-type: none"> Informações estratégicas sobre a Amazônia (mapas, boletins, relatórios e alertas); Convênios e contratos de repasse; Empresa credenciada e produto catalogado; Fortalecimento da cidadania e | <ul style="list-style-type: none"> Sociedade; Entes do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia; Estados e Municípios do Programa Calha Norte; Empresas de Defesa; Crianças e adolescentes em situação |

| | | | | |
|--|--|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> Supervisão do Projeto Rondon; Instituições parceiras; Fundo de Amparo do Trabalhador. | <ul style="list-style-type: none"> Equipe multidisciplinar de apoio ao projeto; Plano de gestão do Programa Soldado Cidadão. | | <ul style="list-style-type: none"> inclusão social; Inclusão de pessoas com necessidades especiais; Militar capacitado. | <ul style="list-style-type: none"> de vulnerabilidade social; Estudantes universitários; População vulnerável da sociedade brasileira. |
| FORNECEDOR <ul style="list-style-type: none"> Ministério das Relações Exteriores; Organismos Internacionais; Setor de Defesa dos países amigos; Forças Armadas; Adidos de Defesa. | INSUMOS <ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa; Acordos e Tratados Internacionais. | MACROPROCESSO <ul style="list-style-type: none"> Apoio à política externa | ENTREGAS <ul style="list-style-type: none"> Cooperação internacional; Intercâmbio internacional; Acordos de Defesa. | CLIENTES <ul style="list-style-type: none"> Sociedade; Base Industrial de Defesa; Forças Armadas; Ministério das Relações Exteriores; Instituições Públicas. |
| FORNECEDOR <ul style="list-style-type: none"> Governo; Instituições Públicas; Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Forças Armadas. | INSUMOS <ul style="list-style-type: none"> Cenários de Defesa; Constituição Federal; Conjuntura Nacional; Conjuntura Internacional; Diretrizes Ministerial; Lei Complementar 97/1999; Proposta de normas sobre produtos de defesa, pessoal, ensino e C&T; Proposta de diretrizes, doutrinas e legislação de emprego das Forças Armadas. | MACROPROCESSO <ul style="list-style-type: none"> Política e Estratégia de Defesa | ENTREGAS <ul style="list-style-type: none"> Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa; Política Militar de Defesa; Estratégia Militar de Defesa; Normas sobre produtos de defesa, pessoal, ensino e C&T; Diretrizes, doutrinas e legislação de emprego das Forças Armadas. | CLIENTES <ul style="list-style-type: none"> Sociedade; Academia; Base Industrial de Defesa; Organismos internacionais; Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Forças Armadas. |
| FORNECEDOR <ul style="list-style-type: none"> Instituições de Ensino Superior; Ministério da Educação / Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Escola Superior de Guerra; Escolas militares; Institutos de C&TI; Pesquisadores de Defesa nacional; Programas de pós-graduação. | INSUMOS <ul style="list-style-type: none"> Sociedade acadêmica (professores, mestres e doutores); Estrutura de ensino; Bolsas acadêmicas; Articulação institucional com a indústria de defesa; PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional); PRO-DEFESA (Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica Tecnológica em Defesa Nacional). | MACROPROCESSO <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento de Defesa | ENTREGAS <ul style="list-style-type: none"> Conhecimento de Defesa difundido e fortalecido; Estudo e Pesquisa de Defesa realizados; Curso de extensão realizado; Ensino ministrado; Pós-graduação (Stricto sensu e Lato sensu); Conhecimento em C&TI gerenciado; Livro Branco de Defesa Nacional. | CLIENTES <ul style="list-style-type: none"> Sociedade; Alunos militares e civis da Escola Superior de Guerra; Militares das Forças Auxiliares; Militares das Forças Armadas; Bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Meio acadêmico. |

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DO MD



ÓRGÃOS COLEGIADOS

| COLEGIADO | DETALHAMENTO |
|--|--|
| Conselho Superior de Governança | <p>Instrumento de criação: Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018 (atualizado pelo Decreto nº 9.835, de 2019)</p> <p>Principais competências: Definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.</p> <p>Principais Integrantes: Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e Secretário-Geral do Ministério da Defesa.</p> |
| Conselho Militar de Defesa | <p>Instrumento de criação: Lei Complementar nº 97/1999 e Decreto nº 7.276/2010</p> <p>Principais competências: Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais.</p> <p>Principais Integrantes: Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).</p> |
| Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares | <p>Instrumento de criação: Portaria Normativa nº 22/MD, de 24 de março de 2016</p> <p>Principais competências: Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contra-inteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas (FA); e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares.</p> <p>Principais Integrantes: Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA)</p> |
| Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia | <p>Instrumento de criação: Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019 (atualizado pelo Decreto nº 10.131, de 2019)</p> <p>Principais competências: Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), observado o disposto na política nacional integrada para a Amazônia Legal</p> <p>Principais Integrantes: Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá; Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República; Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores; Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional; e Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.</p> |
| Comissão Mista da Indústria de Defesa | <p>Instrumento de criação: Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013 (atualizado pelo Decreto nº 9.857, de 2019)</p> <p>Principais competências: Assessorar o Ministro de Estado da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa</p> <p>Principais Integrantes: Quatro representantes da Administração Central do Ministério da Defesa; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> |

INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

| ÓRGÃO | DETALHAMENTO |
|-------|--------------|
|-------|--------------|

| | |
|-------------------------------------|---|
| Assessoria Especial de Planejamento | órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: coordenar o processo do SISPED e acompanhar a execução e medir os resultados das ações e decisões do planejamento estratégico de defesa. |
| Assessoria de Gestão Estratégica | órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho. |
| Secretaria de Controle Interno | órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar o Ministro, como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia de seus resultados; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos federais; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar, no exercício de suas funções, atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos federais e comunicar as autoridades competentes para as providências cabíveis |
| Comitê de Governança Digital | instituído pela Portaria Normativa nº 57/MD, de setembro de 2016 (“Dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito da administração central do Ministério da Defesa”), com a finalidade de deliberar, conforme procedimentos a serem definidos em regimento interno, sobre os assuntos relativos à Governança Digital, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.638, de 2016. |

INSTÂNCIAS DE APOIO À GESTÃO DA INTEGRIDADE

| ÓRGÃO | DETALHAMENTO |
|---|--|
| Núcleo da Assessoria de Integridade | O Núcleo da Assessoria de Integridade foi instituído pela Portaria Normativa nº 2/GM-MD, de 7 de janeiro de 2020, para atuar na gestão da conformidade, com a finalidade de sistematizar e aperfeiçoar práticas relacionadas à governança, à gestão de riscos, ao controle interno, à integridade e à ética no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa. |
| Ouvidoria | A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada ao Gabinete do Ministro, é a instância que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa |
| Comissão de Ética | É um órgão que visa apurar denúncias e julgar desvios éticos dos agentes públicos, bem como orientar, informar e aconselhar sobre a conduta ética, no âmbito desta Pasta. Esta Comissão foi instituída pela Portaria nº 69/MD, de 14 de janeiro de 2002, e teve seu regimento interno aprovado pela Portaria nº 580/MD, de 10 de outubro de 2002. O órgão faz parte do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República. |
| Núcleo de Correição | Compete ao Núcleo de Correição da ACMD, no âmbito de sua atuação, com exceção do Censipam, auxiliar o Diretor de Administração Interna no desempenho das competências de unidade seccional de correição (art. 27, do Anexo VIII, da Portaria Normativa nº 12/MD/2019). |
| Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) | O SIC é uma área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na LAI e no Decreto nº 7.724, de 2012, encarregado, portanto, da transparência passiva. |
| Consultoria Jurídica (CONJUR) | Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas. |
| Assessoria de Gestão Estratégica | Órgão de assessoria do Secretário-Geral, que tem como principais competências: assistir o Secretário-Geral, na coordenação, na condução e no monitoramento da gestão estratégica da Secretaria-Geral, contemplando, dentre outras, as dimensões de planejamento estratégico, de governança, de integridade, de gestão de riscos, de controles internos da gestão, de desburocratização, de melhoria da gestão e de desempenho. |

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Atento à permanente necessidade de interagir com a sociedade e as partes interessadas, o Ministério da Defesa (MD) atua com o compromisso de:



Promover a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos



Garantir o acesso às informações



Aprimorar a qualidade de seus serviços, e assegurar o atendimento simplificado



Priorizar o atendimento preferencial



Assegurar a acessibilidade

A disponibilização de informações e o relacionamento do MD com a sociedade e as partes interessadas se dá, principalmente, por meio da Ouvidoria, do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), do sítio eletrônico na internet, da disponibilização de dados abertos, da Carta de Serviços e das ações de comunicação social (imprensa, promoção institucional, mídias sociais, vídeos e programas de rádio).

O MD, o Hospital das Forças Armadas (HFA) e a Escola Superior de Guerra (ESG) trabalham, de forma autônoma, no que se refere à atuação das ouvidorias; dos serviços de informações ao cidadão; das assessorias de comunicação; e da disponibilização dos sítios eletrônicos, das políticas de dados abertos e das cartas de serviços. O Censipam trabalha, de forma autônoma, apenas no que se refere às atividades da assessoria de comunicação e do sítio eletrônico, no restante dos itens, é atendido pelas instâncias da administração central do MD. Atualmente, as Assessorias de Comunicação da ESG e de Controle Interno respondem também pela ouvidoria e pelo SIC. A Assessoria de Comunicação do HFA responde, também, pelo SIC.

A intranet é um importante canal de comunicação com o público interno, sendo utilizada também para disponibilizar serviços, orientações, legislações, documentos, etc.

| Comunicação do MD com a sociedade e partes interessadas: | CANAL | ATUAÇÃO |
|--|--|---|
| | Ouvidoria | <ul style="list-style-type: none"> Recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações de simplificação dos serviços prestados pelo MD. Ouvidorias: Ouvidoria/MD; Ouvidoria/HFA; e ACS e ACI/ESG. |
| | Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) | <ul style="list-style-type: none"> Atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos com base na LAI Serviços de Informações: SIC/MD; ASCOM/HFA; e ASCOM/ESG |
| | Ações de Comunicação Social | <p>Divulgação de atividades e ações institucionais e de informação sobre temas relevantes – aproximação com a Sociedade e com público interno</p> <p>Assessorias de Comunicação: ASCOM/MD; ASCOM/HFA; ACS/ESG; e ASCOM/Censipam</p> |
| | Sítio eletrônico na internet, dados abertos e cartas de serviços | <ul style="list-style-type: none"> Informações gerais sobre o MD (organização e dirigentes; áreas de atuação; principais projetos e serviços; etc); Divulgação de informações em meio digital, em formato sem restrições ou controles exclusivos, a fim de que possam ser reutilizadas por toda a sociedade; e Informações sobre os serviços prestados, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público. Ações autônomas: administração central do MD; HFA; ESG e Censipam (apenas sítio eletrônico na internet). |

SIC E RESULTADOS

| RESULTADOS | SIC/MD | SIC/HFA | SIC/ESG |
|---|--|--|---|
| Total de pedidos recebidos: | 599 pedidos (1.900 perguntas) | 66 pedidos (84 perguntas) | 23 pedidos (40 perguntas) |
| Pedidos respondidos sem prorrogação (até 20 dias): | 93% | 94% | 91% |
| Prazo médio de resposta: | 12 dias | 12 dias | 16 dias |
| Total de recursos ao Chefe Superior: | 49 | 3 | 0 |
| Total de recursos à autoridade máxima do órgão: | 19 | 0 | 0 |
| Total de recursos à CGU: | 8 | 0 | 0 |
| Atendimento: | www.esic.cgu.gov.br https://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao e-mail: sic@defesa.gov.br End.: Esplanada dos Ministérios, bloco "Q", portaria B, 1º andar, sala 151, Brasília/DF Tel.: (61) 3312-8542 e 3312-8528 | www.esic.cgu.gov.br www.hfa.mil.br/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic E-mail: comunicacaosocial@hfa.mil.br End.: Prédio da administração, ASCOM/HFA, Setor HFA, Sudoeste, Brasília/DF Tel.: (61) 3966-2383 | www.esic.cgu.gov.br www.esg.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-2013-sic E-mail: acessoainformacao@esg.br End.: Fortaleza de São João, Av. João Luiz Alves, s/nº, Urca, Rio de Janeiro/RJ Tel.: (21) 3545-9889 e 3545-9837 |
| Relatórios estatísticos (geral): | Pedidos de acesso – link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx Recursos e reclamações - link: esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualRecursos.aspx | | |

Satisfação dos usuários:

Relatório gerado pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), acessível no link:
esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx

OUVIDORIAS E RESULTADOS

| | Ouvíndoria/MD | Ouvíndoria/HFA | Ouvíndoria/ESG |
|------------------------------|--|--|--|
| Pedidos recebidos: | E-OUV: 1549 E-mail: 276 Carta: 134 Telefone: 17 Pessoalmente: 4 Total: 1980 | E-OUV: 74 E-mail: 469 Carta: - Telefone: - Pessoalmente: 360 Total: 903 | E-OUV: 18 E-mail: - Carta: - Telefone: - Pessoalmente: - Total: 36 |
| Tipo de manifestação: | Elogio: 23 Solicitação: 806 Reclamação: 321 Denúncia: 226 Sugestão: 219 Comunicação: 338 Simplifique: 47 | Elogio: 155 Solicitação: 42 Reclamação: 681 Denúncia: - Sugestão: 25 Comunicação: - Simplifique: - | Elogio: - Solicitação: 6 Reclamação: 1 Denúncia: 1 Sugestão: 5 Comunicação: 5 Simplifique: 0 |
| Atendimento: | Links: www.ouvidorias.gov.br www.defesa.gov.br/ouvidoria End.: Esplanada dos Ministérios-Bloco "Q", Portaria "B", 4º andar, Sala 458 Tel.: 61 2023-9400 | Links: www.ouvidorias.gov.br www.hfa.mil.br/ouvidoria-menu e-mail: ouvidoria@hfa.mil.br End.: Policlínica HFA, Ala B Tel.: (61) 3966-2314 | Links: www.ouvidorias.gov.br www.esg.br/contatos |

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O MD interage com a sociedade de diversas formas, buscando dar transparência e publicidade aos atos da instituição e fomentar a criação de laços com os cidadãos. Vale destacar as informações disponibilizadas por meio do sítio na internet e pelas redes sociais, canais de interação direta com o cidadão:



| | |
|--|---|
| | Sítio do MD na internet: www.defesa.gov.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: ascom@defesa.gov.br |
| | Sítio da ESG na internet: www.esg.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: esg@esg.br |
| | Sítio do CENSIPAM na internet: www.sipam.gov.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: comunicacaosocial@sipam.gov.br |
| | Sítio do HFA na internet: www.hfa.mil.br Segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) E-mail institucional: comunicacaosocial@hfa.mil.br |
| | Protocolo Integrado: https://protocolointegrado.gov.br/ , um canal disponibilizado para facilitar o acompanhamento de processos e documentos em andamento no órgão. |
| | Carta de Serviços: MD: https://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/csu_vs_2018.pdf HFA: http://www.hfa.mil.br/acoes-e-programas |

PRINCIPAIS RESULTADOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

| | | | |
|--|---|--|--|
| | MD: 544.127 seguidores ESG: 2.784 seguidores CENSIPAM: 703 seguidores | | MD: 775.589 seguidores HFA: 8.037 seguidores ESG: 7.563 seguidores CENSIPAM: 1.637 seguidores |
| | MD: 245 mil seguidores (166 publicações) HFA: 3.859 seguidores (261 publicações) ESG: 195 seguidores CENSIPAM: 407 seguidores (68 publicações) | | MD: 35 mil seguidores (3.863.349 visualizações) HFA: 643 seguidores (53.268 visualizações) ESG: 281 seguidores (3.432 visualizações) |
| | MD: 62 programas radiofônicos | | MD: 1904 demandas atendidas (61 veículos de comunicação) e 592 produtos gráficos gerados. |

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS

Consultas públicas: No ano de 2020, o MD não disponibilizou novos documentos para consulta pública.

Ouvidorias: Disponibiliza acesso ao “Simplifique”. As manifestações recebidas subsidiam aperfeiçoamentos dos processos e serviços do órgão. No entanto, no ano de 2020, não foram recebidas solicitações para aperfeiçoamento ou simplificação de serviços ou processos por meio do “Simplifique”.

HFA: Realiza pesquisas mensais de satisfação, aplicadas aos usuários, desde 2015, como subsídio relevante para a realização de melhorias no Hospital.

AMBIENTE EXTERNO

A pandemia da Covid-19 acarretou uma série de repercussões na governança, gestão e atribuições institucionais do Ministério da Defesa, gerando a necessidade de serem implementadas medidas de contingenciamento e de mitigação da crise.

A Operação Covid-19, coordenada pelo Ministério da Defesa, em conformidade com a diretriz presidencial, redirecionou as diversas ações das Forças Armadas, para o combate à pandemia.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Política de Gestão de Riscos¹ do Ministério da Defesa busca instituir uma gestão de riscos relacionada a processos e projetos, prioritariamente finalísticos, decorrentes de planos estratégicos, táticos e operacionais, de forma progressiva e contínua.

O Ministério da Defesa se encontra no estágio inicial de maturidade com relação ao tema gestão de riscos, ou seja, o tema começou a ser discutido, as pessoas começaram a ser preparadas e foram adotadas medidas iniciais com relação ao tema. A maturidade em gestão de riscos pode ser determinada pelas capacidades existentes em termos de liderança, políticas e estratégias, e preparo das pessoas para gestão de riscos, bem como pelos resultados decorrentes do emprego dessas capacidades².

Nesse contexto, considerando que a capacitação e o benchmarking com instituições reconhecidas são fundamentais para a realização de ações de implantação da Política de Gestão de Riscos, desde 2018 vêm sendo levantadas boas práticas relacionadas a governança e gestão de riscos e vêm sendo realizadas capacitações do pessoal envolvido no aperfeiçoamento da governança e implantação da Política de Gestão de Riscos do MD, mediante a participação em cursos, seminários e palestras, principalmente com temáticas relacionadas a gestão de riscos, gestão estratégica e governança.

CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Ministério da Defesa possui uma força de trabalho híbrida, composta por servidores, que são regidos pelos preceitos da Lei no 8.112, de 1990, e militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares), com regras específicas quanto à apuração e responsabilização disciplinar (legislações internas). Caso a violação seja cometida por militar, o fato é comunicado à autoridade militar que possui competência para apuração e aplicação de sanção disciplinar à luz do Regulamento Disciplinar da respectiva Força singular, conforme disposto no art. 1º, inciso II, da Portaria Normativa nº 3.604/MD, de 22 de novembro de 2011 ("Dispõe sobre a aplicação de disciplinas, recompensas, medidas regulamentares e normativas aos militares lotados no âmbito da administração central do Ministério da Defesa").

No Ministério da Defesa, o Departamento de Administração Interna (DEADI) desempenha as funções de órgão de correição e condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, conforme dispõe o art. 35, inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e o art. 25, do Anexo VIII da Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, excetuada a competência do Censipam.

Cabe ressaltar que os processos administrativos não correcionais ou disciplinares de natureza militar (voltados à gestão de recursos humanos), por suas características, não são objeto de análise da Controladoria-Geral da União; consequentemente, não são inseridos no sistema CGU-PAD. Desse modo, com exceção dos processos disciplinares que tratem de matérias exclusivamente militares, os processos instaurados no âmbito do MD atendem ao que estabelece a Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União, e da Portaria Normativa nº 899/MD, de 9 de junho de 2008, notadamente no que se refere ao cumprimento do prazo de até 30 dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o devido registro no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

¹ [Portaria Normativa nº 29/GM-MD, de 22 de maio de 2018](#) – Institui as instâncias de supervisão da gestão da integridade, governança, riscos, controles internos da gestão e desburocratização e aprova a Política de Gestão de Riscos, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

² BRASIL. Tribunal de Contas da União. Processo 011.745/2012-6. Acórdão nº 2467/2013-TCU-Plenário. Ata 35, Sessão de 11/09/2013. Levantamento de auditoria para elaboração de indicador para medir o grau de maturidade de entidades públicas na gestão de riscos.

OS RESULTADOS DO MD

CAPÍTULO 2

O PPA 2020-2023

O Ministério da Defesa (MD) está representado no PPA 2020-2023 por meio de três Programas: Defesa Nacional; Cooperação com o Desenvolvimento Nacional; e Oceanos, Zona Costeira e Antártica; sendo este último, de caráter multissetorial, conduzido pela Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Comando da Marinha.

O Programa de Defesa Nacional representa a missão constitucional da Pasta, ou seja, a garantia da soberania do país, dos poderes constitucionais, da Lei e da Ordem, para a proteção do patrimônio nacional, salvaguarda dos interesses nacionais e para a projeção do Brasil no cenário internacional.

O Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional abrange as ações subsidiárias de responsabilidade do Ministério da Defesa, as quais contribuem com o desenvolvimento nacional, favorecendo diversos segmentos da sociedade, por meio da realização de ações em prol das políticas públicas, notadamente às relacionadas à infraestrutura, saúde, educação e defesa civil.

Os resultados do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica não serão objeto do presente relatório, visto que sua condução se dá pela Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Comando da Marinha.

PROGRAMA DEFESA NACIONAL (6012)

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção, vive em paz com seus vizinhos e defende uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, e na busca da paz entre as nações. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, o país pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, seja por ameaça ao seu patrimônio ou aos seus interesses vitais.

De acordo com o artigo 142 da Constituição Federal, as Forças Armadas (FA) destinam-se à defesa da Pátria à garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. Por essa razão a Política de Defesa Nacional tem como foco o preparo das Forças, visto que essas instituições têm como principal entrega de valor à sociedade brasileira o emprego de seu poder.

Nesse sentido, compete ao Ministério da Defesa promover a coordenação do Programa Defesa Nacional, por meio do qual são materializadas das ações da Política Nacional de Defesa, que se dá pela atuação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Especialmente em 2020, em virtude da Pandemia da Covid 19, a atuação das Forças Armadas se fez mais premente. Esse cenário vem requerendo, de forma mais intensa, o emprego das FA, nos níveis estratégico, operacional e tático, fato que reforça a necessidade de que essas estejam adequadamente preparadas, para que possam fazer frente a essas novas demandas.

OBJETIVO DO PROGRAMA DEFESA NACIONAL

O Programa de Defesa Nacional tem por objetivo preparar adequadamente as Forças Armadas Brasileiras para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.

Na perspectiva de operacionalidade, as ações das FA são orientadas para cinco áreas principais, quais sejam: adestramento; efetivo; organizações militares; aparelhamento e; logística e mobilização.

O adestramento do efetivo dos Comandos Militares proporciona o nivelamento e a padronização de técnicas, táticas e procedimentos específicos, o incremento da interoperabilidade entre as Forças Singulares e a discussão doutrinária. Além disso, possibilita a avaliação de estratégias e equipamentos, na medida em que são exploradas situações de guerra, sem que haja combate real.

Destaca-se, em 2020, a realização de exercícios militares, no contexto da Operação Amazônia, na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Apesar de já terem sido realizados eventos semelhantes na região, essa operação teve dimensões maiores e articulação entre as três Forças Armadas brasileiras.

Estava prevista a realização de 14 exercícios de adestramento em 2020. Em decorrência da Pandemia do COVID 19 não foram executados os seguintes eventos: um Exercício Guardião Cibernético 2; um FELINO 2020; dois Exercícios de Adestramento Conjunto Específico 2020; um Planejamento da Revisão Diamante 2018 e um Exercício Multinacional PANAMAX.

Outra oportunidade de adestramento dos efetivos das Forças são as operações militares, que consistem no conjunto de ações realizadas com forças e meios militares, coordenadas em tempo, espaço e finalidade, de acordo com o estabelecido em uma diretriz ou um plano.

No que se refere aos efetivos militares, as forças armadas vêm trabalhando na racionalização seus quadros, em conformidade com as orientações estratégicas de cada comando.

A adequação da infraestrutura de organizações militares (OM), possibilita o incremento da capacidade de vigilância e monitoramento dos arcos fronteiriços. Da mesma forma, o correto

posicionamento das OM, no território nacional, em diversos pontos estratégicos, contribui para a elevação da capacidade de dissuasão às ameaças reais e potenciais ao país, na medida em que proporciona condições favoráveis à mobilidade das tropas.

Vale registrar, que em 2020 o Exército Brasileiro prosseguiu com as construções da 22ª Brigada de Infantaria de Selva; Brigada da Foz, localizada em Macapá –AP; bem como do Complexo Forte Santa Bárbara, localizado em Formosa-GO.

A Força Aérea Brasileira concluiu a construção do hangar de manutenção para o KC-390; a reforma do hangar do GLOG-NA, para recebimento do F-39 e; a construção da sede administrativa das unidades aéreas.

No que se refere ao aparelhamento das Forças Armadas, cabe frisar, que equipamentos modernos proporcionam às Forças Armadas as capacidades bélicas necessárias para transformá-las em efetivos instrumentos representativos do poder militar e em elementos de dissuasão. A evolução dessa categoria está detalhada no subcapítulo xxx deste relatório. Fazer link para os resultados dos projetos prioritários do MD.

Sobre a logística e a mobilização, cabe aduzir, inicialmente, que primeira compreende a obtenção, a determinação de necessidades e a distribuição de suprimentos, enquanto a segunda é a vertente da mobilização nacional que atua com mais intensidade na fase da obtenção daquilo que não pode ser suprido naturalmente pela cadeia logística.

No âmbito do Comando da Marinha, é importante mencionar, que o baixo atendimento às necessidades previstas para a realização da manutenção dos meios, comprometeu o aprestamento da Força em 2020. Esse fato, recorrente nos últimos anos, vem impactando negativamente a operacionalidade daquela Força.

No Comando do Exército, em 2020, as condições logísticas foram adequadas ao cumprimento de suas missões, entretanto, há necessidade de ampliação do estoque de munição e de combustível, tanto para as viaturas quanto para a aviação.

A Força Aérea Brasileira recebeu duas aeronaves (FAB 2855 e FAB 2856) e materiais de suprimento aeronáutico e realizadas manutenções programadas e não programadas nas aeronaves já existentes, o que permitiu uma disponibilidade média anual de 64% da frota.

Sobre a mobilização para o serviço militar obrigatório, cabe mencionar que o Decreto nº 10.384/2020 prorrogou até 30 de setembro de 2020, o alistamento militar em razão das medidas de enfrentamento à Pandemia de COVID-19. O alistamento online foi implementado em todo o território nacional, o que viabilizou a inscrição do público-alvo.

Além das áreas do adestramento, efetivo, organizações militares, aparelhamento e logística e mobilização, há de se considerar também a importância da Base Industrial de Defesa e das áreas espacial e cibernética para a operacionalidade das Forças Armadas.

O Ministério da Defesa vem adotado ações para incentivar o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e de tecnologias relacionadas ao setor, por meio da promoção comercial, implementação de políticas públicas, da obtenção de linhas de financiamentos públicos ou privados e do incentivo à ciência e à tecnologia voltados para a defesa nacional.

Em 2020 o MD participou de 14 missões internacionais, visando a promoção comercial de produtos, serviços e tecnologias de defesa e o estabelecimento de parcerias estratégicas. O trabalho realizado nessas missões resultou no incremento da venda de produtos de defesa para outros países na ordem de 32,8%, em relação com ano anterior, chegando ao valor de US\$ 1,3 bilhão de autorização de exportações de produtos sujeitos à controle.

Ainda em 2020, houve acréscimo de 34% de Empresas de Defesa e de Estratégicas de Defesa. De igual forma, houve incremento no credenciamento de Produtos de Defesa e Estratégicos de Defesa na ordem de 48%. O mesmo percentual foi registrado nas habilitações ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), conjunto de medidas que proporcionam ganho de competitividade por parte das empresas de Defesa do Brasil.

O fortalecimento do Setor Espacial é uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa END). Em 2020 destaca-se a importância do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) para a área de Defesa, principalmente no controle das fronteiras e do mar territorial, assim como o suporte ao controle do espaço aéreo, a todos os sistemas de navegação civil e militar e ao sistema de busca e salvamento na área de competência do Brasil.

Cabe mencionar, que o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) passou a ser operado definitivamente a partir da infraestrutura do Centro de Operações Espaciais (COPE) e do COPE Secundário (COPE-S), respectivamente, situados em Brasília e no Rio de Janeiro.

O SGDC viabilizou a conexão de internet para comunidades espalhadas pelo território nacional, através do Plano Nacional de Banda Larga, além de possibilitar enlaces de comunicação entre meios marítimos da Marinha do Brasil e entre as diversas organizações militares das Forças Armadas do Brasil.

Outra área que consta das diretrizes da END é a Cibernética. Nesse sentido, destaca-se, em 2020, o desenvolvimento de Sistemas de Comando e Controle, do Comando do Exército, bem como aquisições de equipamentos voltados para o Comando de Defesa Cibernética, que viabilizaram a integração de diversas áreas com maior segurança e confiabilidade e permitiram a melhoria do processo de prontidão da Força Terrestre, uma vez que as informações são tramitadas de forma criptografadas e seguras.

INDICADOR

O desempenho do Programa é aferido por meio do Índice de operacionalidade das Forças Armadas. O nível de operacionalidade geral é apurado por meio da média aritmética dos índices de operacionalidade do Comando da Marinha, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB), que envolve, entre outros aspectos, a avaliação sobre o adestramento, a capacidade operativa e a prontidão logística.

Em 2020 o índice de operacionalidade apurado foi de 71,57%, sendo que, individualmente, o Exército Brasileiro atingiu 84,2%; o Comando da Aeronáutica 67,5%; e a Marinha 63%.

META

A meta do Programa consiste no alcance de 75% de operacionalidade ao final de 2023, sendo 71,57% em 2020. Dessa forma, a meta estabelecida para o exercício foi alcançada. Ressalta-se, contudo, que o bom desempenho do índice do Comando do Exército contribuiu para que a meta chegassem a esse patamar.

O resultado alcançado pelo Comando do Exército deveu-se principalmente ao volume de recursos disponíveis para aquisição de munição e ao início do Projeto Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON), que selecionou dez brigadas prioritárias para o programa de adestramento avançado. Essa iniciativa contribuiu para a elevação da capacidade operacional daquela Força no exercício de 2020.

O Comando da Marinha citou como principais fatores que dificultaram o cumprimento da meta a insuficiência de recursos - que prejudicou a obtenção de combustíveis, munição e manutenção de meios operativos - e a Pandemia da Covid 19, que provocou a redução do adestramento necessário à prontidão da Força.

Por sua vez, o Comando da Aeronáutica argumentou que principais razões para o não atingimento de 70% de operacionalidade em 2020 foram a Pandemia do COVID-19; as panes de equipamentos, de motores e de sistemas e; a obsolescência tecnológica.

PROJETOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA

O Portfólio de Projetos Prioritários de Defesa reúne os principais projetos estratégicos, entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, que são geridos pelas Forças Armadas e pelo EMCFA.

Vale destacar que os Projetos Prioritários de Defesa são fundamentais para o aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, principalmente no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa, e com a geração de emprego e renda. No período de 2008 a 2040, a carteira de projetos do MD está distribuída conforme abaixo:

| VALOR TOTAL DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS (2008/2040): | | R\$ 134,9 bilhões | |
|--|--------------------------------|--------------------|------------|
| ÓRGÃO | DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS | | |
| | PROJETOS | VALOR (R\$ BILHÃO) | PERCENTUAL |
| MARINHA | 4 | 43,9 | 32,6% (*) |
| EXÉRCITO | 3 | 35,2 | 24,2% (*) |
| AERONÁUTICA | 3 | 49,1 | 33,8% (*) |
| EMCFA | 1 | 6,7 | 4,6% (*) |

(*):Percentual da Carteira do MD

Em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão do Plenário do TCU 1519/2017, o MD, na condição de órgão supervisor, faz o acompanhamento sistemático, a partir de informações fornecidas pelas Forças Armadas e pelo EMCFA, da execução físico-financeira dos projetos prioritários de Defesa, sem prejuízo de informações mais detalhadas que venham a ser apresentadas pelas Forças Armadas no âmbito de seus respectivos relatórios de gestão, uma vez que aquelas instituições são responsáveis pela gestão de tais projetos. São essas as informações sobre os projetos prioritários do Ministério da Defesa, no exercício de 2020:

PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB RESPONSABILIDADE DO COMANDO DA MARINHA

SUBMARIOS CONVENCIONAIS

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2009 | 2021 | 2025 | Contrato: € 2.200,4 Pago: € 1.725,3 | Total do projeto: 12.484,8 Pago até 31/12/2020: 8.498,5 Dotação 2020: 628,2 | | Realizada: 76,1 A realizar: 23,9 |

PRODUTO FINAL

4 submarinos convencionais construídos com todos os seus sistemas integrados e em operação.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- S-BR-1: Primeira saída ao mar ocorreu em agosto; primeira imersão dinâmica em novembro; e, primeira imersão em grande profundidade em dezembro;
- S-BR-2: Embarque das baterias em outubro; cerimônia de lançamento ao mar ocorrida em dezembro;
- S-BR-3: Embarque do Módulo de Movimentação e Armazenamento de Torpedos em abril, dos cradles (berços de equipamentos): auxiliar de ré, de motores diesel e de elétrica em junho; e do cradle de vante em julho; transferência das seções da UFEM para o ESC em outubro; cerimônia de integração das seções em dezembro;
- S-BR-4: Término da fabricação do escotilhão e da instalação dos tubos de torpedo em dezembro.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

| | |
|------------|--------|
| Diretos: | 672 |
| Indiretos: | 5.472 |
| Induzidos: | 31.200 |
| Total: | 37.344 |

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando da Marinha

SUBMARINO DE PROPULSÃO NUCLEAR

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2009 | 2025 | 2034 | Contrato: € 1.855,5 Pago: € 705,3 | Total do projeto: 12.140,6 Pago até 31/12/2020: 3.557,1 Dotação 2020: 321,9 | | Realizada: 21,9 A realizar: 78,1 |

PRODUTO FINAL

Um submarino com propulsão nuclear, projetado e construído no Brasil.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- Início da integração do projeto da planta nuclearembarcada ao projeto da plataforma.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

| | |
|------------|-----|
| Diretos: | 350 |
| Indiretos: | 100 |
| Induzidos: | - |
| Total: | 450 |

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando da Marinha

ESTALEIRO E BASE NAVAL

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2009 | 2025 | 2030 | Contrato: € 112,3 Pago: € 117,2 | Total do projeto: 12.497,9 Pago até 31/12/2020: 8.997,2 Dotação 2020: 434,1 | | Realizada: 72,1 A realizar: 27,9 |

PRODUTO FINAL

Unidade de fabricação de estrutura metálica, estaleiro de construção, estaleiro de manutenção e base naval construídos.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- Base Naval: Central de utilidades da área sul (dezembro); Cais 2 e 3A (dezembro); Portaria (julho); e Brigada de Incêndio (julho).

GERAÇÃO DE EMPREGOS

| | |
|------------|--------|
| Diretos: | 13.717 |
| Indiretos: | 6.469 |
| Induzidos: | 21.122 |
| Total: | 41.308 |

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando da Marinha

PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA (PNM)

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|--|--|---------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2000 | 2030 | 2036 | Contrato: - Pago: - | Total do projeto: 6.834,7 Pago até 31/12/2020: 2.061,9 Dotação 2020: 135,0 | | Realizada: 55 A realizar: 45 |

PRODUTO FINAL

Laboratório de geração de energia nucleoelétrica (Labgene), Unidade piloto de hexafluoreto de urânio (Usexa), Laboratório de enriquecimento isotópico (LEI) e Laboratório

de materiais nucleares (Labmat).

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- Continuação das obras de acabamento do prédio do reator (PR), prédio das turbinas (PT) e prédio auxiliar não controlado (PANC);
- Conclusão das obras estruturais da subestação 2 (emergência);
- Tratativas para a retomada das obras do prédio auxiliar controlado (PAC);
- Tratativas para a contratação da montagem eletromecânica do Labgene (Bloco 40/circuito primário e Bloco 30/circuito secundário);
- Continuação da fabricação da Seção do Reator do Labgene, por meio da empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados (NUCLEP);
- Tratativas para viabilização de convênio com a Fundação PATRIA, por meio da Lei de Inovação Tecnológica, para a conclusão da montagem eletromecânica e comissionamento da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (USEXA);
- Tratativas para a contratação das montagens de equipamentos do Prédio do Combustível (PC), do PAC e do sistema de HVAC do Labgene;
- Continuação do processo de fabricação de componentes dos elementos combustíveis para o Labgene;
- Continuação do desenvolvimento de novas gerações de ultracentrífugas para separação isotópica de urânio;
- Fabricação e montagem da Cascata de ultracentrífugas C9 para operação na Industria Nucleares do Brasil (INB); e
- Melhoria da infraestrutura de desenvolvimento de sistemas de separação isotópica.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Diretos: 1.200

Indiretos: 5.000

Induzidos: -

Total: 6.200

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando da Marinha

PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB RESPONSABILIDADE DO COMANDO DO EXÉRCITO

PROGRAMA GUARANI

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--|---------------------|-------------|--|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2012 | 2040 | 2040 | Contrato: - Pago: - | Total do projeto: 20.800 Pago até 31/12/2020: 2.229,6 Dotação 2020: 323,4 | | Realizada: 12,0 A realizar: 88,0 |
| PRODUTO FINAL | | | | | | |
| 2.096 viaturas blindadas | | | | | | |
| PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020 | | | | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> Aquisição de 46 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6); Melhoria da Infraestrutura das Unidades que receberam Viaturas Blindadas (estruturas de Manutenção e Garagem); Desenvolvimento (Proposta de Modelo de Obtenção) das Viatura Blindada de Combate – Morteiro Pesado (VBC Mrt P Guarani 6x6), Início do Desenvolvimento (Fase Conceitual) da Viatura Blindada Especializada Média de Rodas Posto de Comando (VBE MR PC) e Especializada Média de Rodas de Comunicações (VBE MR COM); e Capacitação: manutenção de chassis - 20 militares; operador - 20 militares. | | | | | | |
| GERAÇÃO DE EMPREGOS | | | | | | |
| Diretos: | 713 | | | | | |
| Indiretos: | 2.522 | | | | | |
| Induzidos: | 810 | | (O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.) | | | |
| Total: | 4.045 | | | | | |

Fonte: Comando do Exército

PROJETO ASTROS

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--|---------------------|-------------|---|--|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2011 | 2019 | 2031 | Contrato: - Pago: - | Total do projeto: 2.435 Pago até 31/12/2020: 1.234,1 Dotação 2020: 105,1 | | Realizada: 50,7 A realizar: 49,3 |
| PRODUTO FINAL | | | | | | |
| Implantação de 100% do Sistema Estratégico de Artilharia de longo alcance, com capacidade de lançar foguetes guiados e mísseis até 300 km. | | | | | | |
| PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020 | | | | | | |

- Continuação do Projeto de Instrumentação de Campo de Instrução;
- Continuação do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado;
- Implantação de 1 Grupo de Mísseis e Foguetes equipado com viaturas no padrão MK-6;
- Implantação de mais 03 Organizações Militares, início da construção dos Próprios Nacionais Residenciais da Vila Militar e da construção da Base de Administração do Forte Santa Bárbara;
- Aquisição de 3 Viaturas ASTROS padrão MK6, de Simuladores Virtuais Técnicos e de munição para o Sistema ASTROS; e
- Assinatura do 2º Termo de Execução Descentralizada para o Sistema Integrado de Simulação ASTROS, com o meio acadêmico (UFSM).

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Diretos: 7.700
 Indiretos: 2.900
 Induzidos: -
 Total: 10.600

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando do Exército

PROJETO SISFRON

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2012 | 2035 | 2039 | Contrato: - Pago: - | Total do projeto: 11.992 Pago até 31/12/2020: 1.873,1 Dotação 2020: 248,0 | | Realizada: 15,6 A realizar: 84,4 |

PRODUTO FINAL

Implantação de 100% do sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e à operação, composto, entre outros meios, de: sistemas de sensoriamento portáteis ou instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação; simuladores; e sistemas operacionais de defesa.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- 98,5% do Projeto Piloto do SISFRON (4ª Bda C Mec) no Estado do Mato Grosso do Sul implantado;
- Prosseguimento da implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia; e
- Início da implantação do SISFRON na 13ª Bda Inf Mtz (MT) e na 18ª Bda Inf Fron (MS), ambas integrantes do Comando Militar do Oeste.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Diretos: 5.484
 Indiretos: 8.119
 Induzidos: 25.594
 Total: 39.197

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando do Exército

PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB RESPONSABILIDADE DO COMANDO DA AERONÁUTICA

PROJETO FX-2

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) | | | | |
|---|---------------------|-------------|--|---|---------------------------------|---------------------|--|--|--|--|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | | | | |
| 2014 | 2024 | 2028 | Contrato: SEK 39.561,3 Pago: SEK 17.500,3 Contrato: \$ 245,3 Pago: \$ 61,1 | Total do projeto: 26.966,9 Pago até 31/12/2020: 7.712,9 Dotação 2020: 926,4 | Realizada: 0 A realizar: 100 | | | | | |
| PRODUTO FINAL | | | | | | | | | | |
| 36 aeronaves de caça multiemprego adquiridas, armamentos, simuladores de voo, logística inicial, transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratados, serviços de integração de sistemas e armamentos. | | | | | | | | | | |
| PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020 | | | | | | | | | | |
| • 0 aeronave | | | | | | | | | | |
| GERAÇÃO DE EMPREGOS | | | | | | | | | | |
| Diretos: | 129 | | (O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.) | | | | | | | |
| Indiretos: | 400 | | | | | | | | | |
| Induzidos: | - | | | | | | | | | |
| Total: | 529 | | | | | | | | | |

Fonte: Comando do Aeronáutica

PROJETO KC-X

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|---|---------------------|-------------|---|--|------------------------------------|---------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | |
| 2009 | 2018 | 2023 | Contrato: \$ 603,7 Pago: \$ 540,2 | Total do projeto: 5.899,8 Pago até 31/12/2020: 5.419,7 Dotação 2020: 159,7 | Realizada: 98,4 A realizar: 1,6 | |
| PRODUTO FINAL | | | | | | |
| 100% da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, desenvolvida e certificada. | | | | | | |
| PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020 | | | | | | |
| • Avaliação de Warning Bell System (WBS) e Ensaios Tow Test; Preparação de carga para a Fase 3; e Combat Offload. | | | | | | |
| GERAÇÃO DE EMPREGOS | | | | | | |

| | | |
|------------|---|--|
| Diretos: | - | |
| Indiretos: | - | |
| Induzidos: | - | (O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.) |
| Total: | - | |

Fonte: Comando do Aeronáutica

PROJETO KC-390

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) |
|--------|---------------------|-------------|---|---|--|-------------------------------------|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | |
| 2014 | 2026 | 2035 | Contrato: € 1.859,5 Pago: € 473,1 | Total do projeto: 16.192,4 Pago até 31/12/2020: 3.537,5 Dotação 2020: 601,1 | | Realizada: 14,3 A realizar: 85,7 |

PRODUTO FINAL

19 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020

- 02 aeronaves.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

Diretos: 1.100

Indiretos: 5.000

Induzidos: -

Total: 6.100

(O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.)

Fonte: Comando do Aeronáutica

PROJETOS ESTRATÉGICOS SOB COORDENAÇÃO DO EMCFA

HELICÓPTEROS H-X BR

| INÍCIO | PREVISÃO DE TÉRMINO | | VALORES | | | EXECUÇÃO FÍSICA (%) | | | | |
|--|---------------------|-------------|--|------------------------|--|-----------------------------|-------------------------------------|--|--|--|
| | INICIAL | EM DEZ/2020 | PARCELAS CONTRATUAIS EM MOEDA ESTRANGEIRA (MILHÃO) | | EM REAIS (R\$ MILHÃO) | | | | | |
| 2008 | 2023 | 2026 | Contrato: Pago: | € 1.891,4 € 1.560,5 | Total do projeto: Pago até 31/12/2020: Dotação 2020: | 6.681,5 5.562,3 159,7 | Realizada: 74,0 A realizar: 26,0 | | | |
| PRODUTO FINAL | | | | | | | | | | |
| 47 helicópteros de médio porte de emprego geral (14 para a MB; 15 para o EB; e 18 para a FAB, sendo 2 delas para Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República). | | | | | | | | | | |
| PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2020 | | | | | | | | | | |
| • Entrega de duas aeronaves. | | | | | | | | | | |
| GERAÇÃO DE EMPREGOS | | | | | | | | | | |
| Diretos: | 500 | | (O total de empregos se refere à previsão de empregos a serem gerados durante o ciclo total do projeto.) | | | | | | | |
| Indiretos: | 246 | | | | | | | | | |
| Induzidos: | - | | | | | | | | | |
| Total: | 746 | | | | | | | | | |

Fonte: EMCFA

PROGRAMA COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL (6011)

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações que contribuem com o desenvolvimento nacional, notadamente em prol das políticas públicas de infraestrutura, saúde, educação e defesa civil. Essas iniciativas ajudam a promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional e também reduzem o prazo de resposta do Governo Federal frente às contingências. Essas atribuições estão previstas parágrafo único do artigo primeiro da LC nº 97/1999:

“...

Art. 1º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar.

...”

OBJETIVO

O Programa tem como objetivo realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade. Cita-se como exemplos emblemáticos dessas iniciativas, as ações desenvolvidas no âmbito Programa Calha Norte; Projeto Atleta de alto rendimento; Programa Forças no Esporte (Profesp); Ensino Profissional Marítimo; Soldado Cidadão; Projeto Rondon; e Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

No que diz respeito à Proteção da Amazônia, o Ministério da Defesa, por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) tem como objetivo promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. No bojo das ações realizadas está o apoio a órgãos e instituições parceiras fornecendo terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia, como as comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas e pelotões de fronteira.

Além dos pontos de internet de uso geral, o sistema também realiza a comunicação de dados de estações meteorológicas de superfície e de radares meteorológicos. Em 2020 foi dada a continuidade na substituição dos pontos de internet distribuídos pela Amazônia por antenas e modens do programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, que se utiliza do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC).

Vale mencionar, também, a atuação do Programa Calha Norte (PCN), que desde sua criação tem sido um vetor do Estado Brasileiro na manutenção da soberania e integração das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O objetivo fundamental do PCN é a presença do poder público naquelas regiões, contribuindo para o exercício da defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem à sua região de origem.

O Programa atende os municípios mais carentes, com ênfase naqueles localizados nas áreas mais remotas, inóspitas, pouco desenvolvidas economicamente, com dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos. Para viabilizar a execução do Programa, foram celebrados 377 convênios, em 2020, com 173 entes da federação.

Nesse sentido, foram realizadas ações a exemplo da construção de escola na Comunidade Indígena Maruway em Pacaraima/RR, de praças em Tefé/AM e em Borba/AM; urbanização de área pública em Ji-Paraná/RO e do canteiro central em Tarauacá/AC; eletrificação rural em Mucajá/RR e na área rural de Rorainópolis/RR e de Alto Alegre/RR; iluminação pública em Caracaraí/RR e; implantação de rede elétrica urbana em Normandia/RR, dentre outras.

Na área a social, merece destaque o Programa Forças no Esporte (Profesp), destinado à inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, com idades entre 6 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social.

Em 2020 foram beneficiadas 30.036 crianças e adolescentes de todos os estados brasileiros. Com a suspensão das atividades educacionais presenciais, como medida de enfrentamento da Pandemia da Covid-19, fez-se necessária a implementação de ações, visando assegurar a continuidade da provisão de insumos, para o oferecimento de uma alimentação aos participantes do Profesp. Assim, alternativamente, foram fornecidos Kits alimentação aos participantes do Projeto.

Para apoiar o desporto militar, o Ministério da Defesa (MD) criou, em 2008, o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento às Forças Armadas Brasileiras (PAAR), com o objetivo de fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível. Atualmente, o PAAR contempla 42 modalidades e, aproximadamente, 500 atletas, que têm à disposição os benefícios da carreira, além de disporem de instalações esportivas militares adequadas para treinamento nos centros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Em 2020 foram incorporados às Forças Singulares 27 atletas nas modalidades de natação, atletismo e boxe. Contudo, em função da Pandemia do Coronavírus e do cenário de incertezas nos primeiros meses dessa crise, os eventos esportivos programados para o exercício foram cancelados. Os recursos inicialmente destinados às competições, foram direcionados para a infraestrutura desportiva das organizações militares, aquisição de materiais de apoio ao desporto e treinamentos centralizados.

Quanto ao ensino profissionalizante, destaca-se o Projeto Soldado Cidadão (PSC), ação desenvolvida pelo Ministério da Defesa, por intermédio dos Comandos das Forças Singulares, cuja finalidade é qualificar social e profissionalmente os jovens voluntários que prestam o serviço militar para ingressos no mercado de trabalho, após a conclusão do tempo de serviço militar.

O PSC foi lançado oficialmente pelo governo federal em 2004, com abrangência em todo o território nacional. Desde a sua origem já beneficiou mais de 255 mil jovens. No exercício de 2020 foram investidos no Projeto 4,7 milhões de reais, que permitiram a formação de 4.688 jovens. A meta para o exercício, portanto, foi superada em 40%.

Outra iniciativa na área do ensino profissionalizante é o Ensino Profissional Marítimo (EPM). As constantes atualizações operacionais do mercado no qual está inserido o aquaviário requerem dessa categoria profissional e, por conseguinte, do EPM uma busca frequente por especialização e aperfeiçoamento de seu público-alvo.

Os cursos são ministrados nos estados da federação (exceto o Estado de Roraima). Para muitos cidadãos a qualificação técnica proporcionada pelo EPM se constitui na habilitação requerida para a obtenção do primeiro emprego. Para outros, já integrantes da comunidade marítima, a oportunidade de ascensão profissional.

Apesar do cenário de instabilidade causada pela pandemia de COVID-19, que culminou no cancelamento de diversos cursos presenciais, a partir de março de 2020, foi ampliada a oferta de cursos na modalidade online, o que proporcionou a superação da meta prevista para o exercício de 2020.

Por fim, cabe mencionar o Projeto Rondon, ação realizada, com o suporte logístico e segurança das Forças Armadas, em coordenação com os governos estadual e municipal que, em parceria com as instituições de ensino superior, visa a somar esforços com as lideranças comunitárias e com a população, a fim de contribuir com o desenvolvimento local sustentável e na construção e promoção da cidadania.

O Projeto busca, ainda, consolidar no universitário brasileiro o sentido de responsabilidade social coletiva, em prol da cidadania, contribuindo, dessa forma para a formação acadêmica dos estudantes e proporcionando-lhes o conhecimento da realidade brasileira.

As Operações do Projeto Rondon ocorrem nos períodos de recesso escolar, contudo, em decorrência da Pandemia da Covid19, as operações previstas para ocorrerem em 2020 foram adiadas para 2021.

INDICADOR

O desempenho do programa é medido por meio do Índice de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, que reflete a média aritmética da realização das ações desenvolvidas no âmbito Programa Calha Norte; Projeto Atleta de alto rendimento; Programa Forças no Esporte (Profesp); Ensino Profissional Marítimo; Soldado Cidadão; Projeto Rondon; e Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Em 2020 o índice apurado foi de 75,08%. Individualmente, o projeto o Soldado Cidadão atingiu 141,45; o Ensino Profissional Marítimo 104,78%; o Projeto Forças no Esporte (Profesp) 100,12%; o Sipam 100%, o Projeto Atleta de Alto Rendimento 47,29%; o Programa Calha Norte 31,89%; e o Projeto Rondon 0%.

META

A meta do Programa consiste no alcance de 82% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento ao final de 2023, sendo 81% o índice estabelecido para 2020. Dessa forma, a meta estabelecida para o exercício não foi alcançada, apesar de as ações de alguns projetos terem superado o índice planejado para o exercício.

O Projeto Soldado Cidadão atingiu 141,45%, mesmo em se tratando de um ano atípico, em decorrência dos efeitos advindos da Pandemia de Covid19.

No que se refere ao Projeto Forças no Esporte (Profesp), as restrições impostas pela Pandemia do Covid-19 impediram que as atividades do Programa fossem realizadas de forma presencial. Ainda assim, os beneficiados foram atendidos com kits alimentação e o índice atingido foi de 100,12%.

Apesar de ter sido atingida a meta de 100% na manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia, a Pandemia da Covid-19 provocou dificuldades para a realização do Plano de Capacitação de Recursos Humanos, no cumprimento de contratos de fornecimento de serviços e nas ações realizadas em campo

Por sua vez, o Projeto Atleta de Alto Rendimento sofreu grande impacto com as medidas protetivas contra a disseminação do Covid, visto que foi cancelada a maioria dos eventos desportivos planejados para o exercício, fato que explica o resultado de 47,29%.

O índice de 31,89% obtido pelo Programa Calha Norte (PCN) pode ser explicado pelo fato de a execução dos objetos dos convênios ocorrerem, em sua maioria na rubrica de Restos a Pagar, fato peculiar do Programa, uma vez que a execução do convênio por vezes demanda o ajuste do projeto e a resolução de entraves técnicos. Particularmente em 2020, a Pandemia da Covid 19 também contribuiu para a redução do índice.

Excepcionalmente em 2020, devido à Pandemia do Covid-19, não foi possível realizar as operações do Projeto Rondon, as quais foram adiadas para 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PPA 2020-2023

A despeito das adversidades enfrentadas em 2020, tais como a insuficiência de recursos, dificuldades técnicas e contratuais e a Pandemia de Covid 19, o Ministério da Defesa, por meio da atuação das Forças Armadas envidou esforços visando o avanço dos objetivos e das metas planejadas para os Programas de Defesa Nacional e Cooperação com o Desenvolvimento Nacional.

No que se refere ao Programa de Defesa Nacional, para minimizar os efeitos dos óbices supracitados, as Forças Armadas adotaram medidas a exemplo da priorização de investimentos em projetos estratégicos, a repactuação de contratos, a otimização de recursos humanos e materiais e a revisão de seus planejamentos e cronogramas de aquisição e modernização de meios.

Quanto ao Programa de Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, afetado, principalmente pelo efeito da Pandemia de Covid 19, cita-se como exemplo de arranjos de gestão adotados para contornar os óbices da crise sanitária a realização de cursos na modalidade online, a exemplo da formação de aquaviários e do Projeto Soldado Cidadão; a distribuição de kits alimentação aos assistidos do Projeto Forças no Esporte; e o direcionamento de recursos, inicialmente destinados às despesas de competições de atletas de alto rendimento, para a melhoria infraestrutura desportiva das organizações militares, aquisição de materiais de apoio ao desporto e treinamentos centralizados.

Nos próximos anos o Ministério da Defesa continuará perseguindo a meta de 75% de operacionalidade relativa ao Programa de Defesa Nacional, assim como a de 82% de realização de ações de Cooperação com a Sociedade, a depender da recuperação da capacidade econômica do país, da suficiência e regularidade no aporte de recursos, da variação cambial, dos efeitos positivos da vacinação da Covid 19, dentre outros fatores.

A GESTÃO DE RECURSOS

CAPÍTULO 3

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

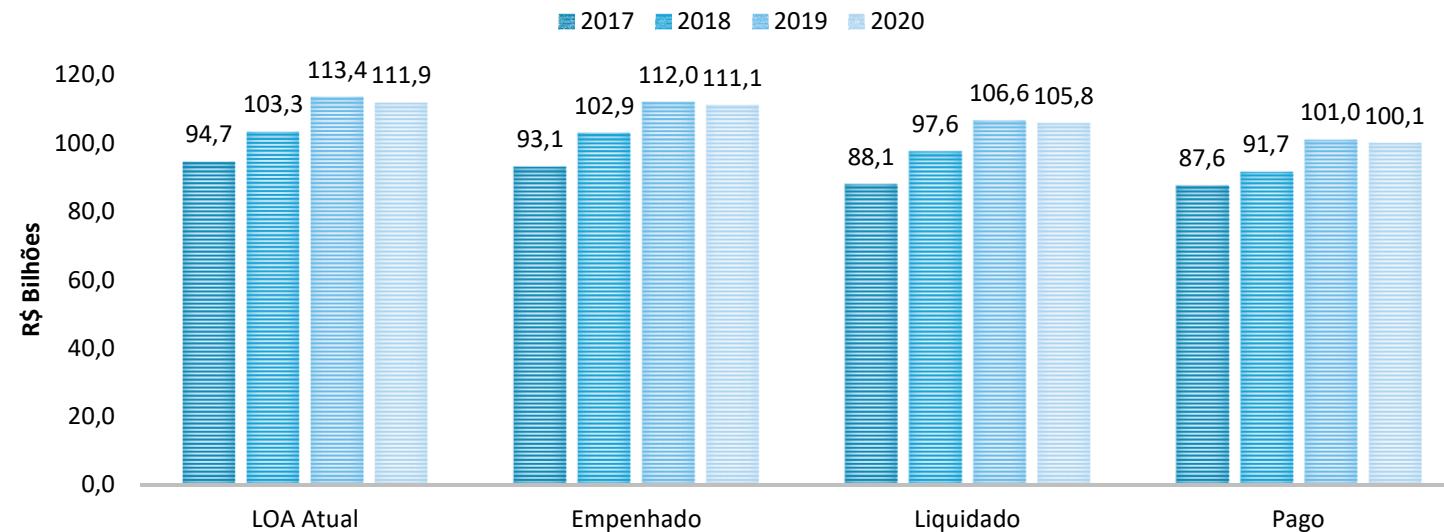
O Ministério da Defesa (MD) foi criado por meio da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com o objetivo de coordenar o esforço integrado das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, visando contribuir para a garantia da soberania, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, do patrimônio nacional, a salvaguarda dos interesses nacionais e o incremento da inserção do Brasil no cenário internacional.

Nos últimos 15 anos, os recursos orçamentários destinados ao Ministério da Defesa tiveram incremento nominal, saltando de R\$ 37,5 bilhões em 2006, para R\$ 111,9 bilhões em 2020. Uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) do País cresceu 309,1% em valores correntes no mesmo período, percebe-se que houve uma leve redução do orçamento do MD em relação ao PIB brasileiro, cuja média destinada a todo o Ministério da Defesa, incluindo os Comandos Militares, tem se mantido entre 1,4% e 1,5% do PIB. Vale frisar, ainda, que tal patamar encontra-se abaixo do que está consubstanciado na Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2% do PIB, e também de muitos países de mesmo porte no cenário internacional ou de países que fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, cujo percentual médio de gastos em defesa tem se mantido em torno de 2% do PIB.

Vale ressaltar que o orçamento das Forças Armadas é destinado em grande parte para o pagamento de despesas obrigatórias de pessoal, representando cerca de 80% de todo o orçamento, haja vista o grande quantitativo de militares a prestados e mobilizados, característica da natureza de suas funções precípuas, inerentes à Defesa Nacional. As restrições financeiras do país, somadas às limitações impostas pela Emenda Constitucional nº 95, ou “teto de gastos”, têm levado ao alongamento dos investimentos em defesa, que se caracterizam por possuírem alto valor científico e tecnológico, e longa maturação. Esses investimentos estratégicos em Defesa Nacional, de caráter estrutural e dual (para uso civil e militar), tem a capacidade de produzir um círculo virtuoso de crescimento econômico e social, que é benéfico para a sociedade brasileira como um todo, pois afeta diretamente a geração de oportunidades de emprego e renda, e o desenvolvimento do país.

Na Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA 2020), o MD obteve um orçamento total da ordem de R\$ 111,9 bilhões, empenho de R\$ 111,1 bilhões, liquidação de R\$ 105,8 bilhões, e pagamento de R\$ 100,1 bilhões. Em relação ao ano de 2019, o orçamento do Ministério da Defesa apresentou queda nominal de sua dotação orçamentária, da ordem de R\$ 1,5 bilhão (1,3%). Por consequência, apresentou redução do empenho, da ordem de R\$ 900 milhões (0,8%); dos valores liquidados, da ordem de R\$ 800 milhões (0,8%); e dos valores pagos, da ordem de R\$ 900 milhões (0,9%). No bloco de pagamento, não foram considerados os pagamentos de Restos a Pagar (RAP's).

MINISTÉRIO DA DEFESA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017 A 2020 (EM R\$ BILHÃO)



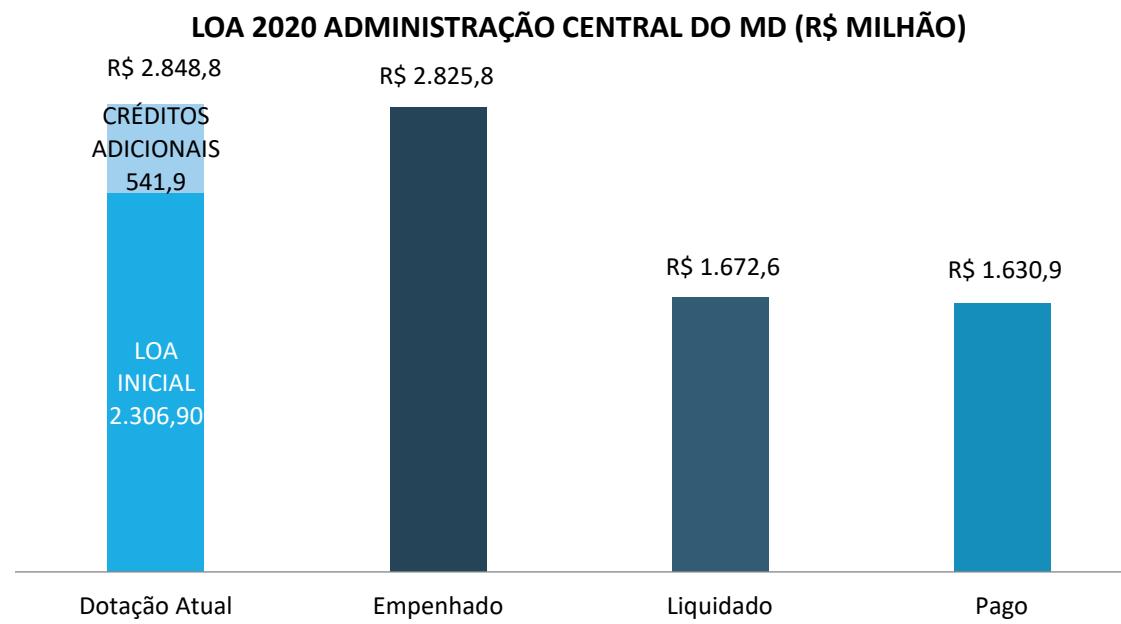
Fonte: SIOP-BI

Cumpre destacar, que não será objeto deste relatório a análise da execução orçamentária e financeira dos Comandos Militares, tendo em vista a autonomia de gestão orçamentária conferida a estes pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, ressaltando, ainda, que essas instituições apresentarão relatórios de gestão próprios.

Desta forma, o escopo deste relatório inclui todas as despesas (ordinárias e extraordinárias) da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), qual seja, os valores alocados às Unidades Orçamentárias 52.101 (Administração Direta), 52.901 (Fundo do Serviço Militar), 52.902 (Fundo do Hospital das Forças Armadas) e 52.903 (Fundo do Serviço Militar). Além disso, também compõem as despesas oriundas de emendas parlamentares. Por outro lado, estão excluídos os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios e das Forças Singulares (Marinha, Exército e Aeronáutica) por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). Cabe frisar que a visão utilizada na análise da execução orçamentária e financeira do orçamento da ACMD difere da visão utilizada na análise do balanço orçamentário, principalmente no que tange ao custeio e aos investimentos. Enquanto aquele utiliza todos os valores alocados às Unidades Orçamentárias vinculadas à ACMD, inclusive os destaques/repasses concedidos; este utiliza os valores efetivamente executados exclusivamente no orçamento alocado na Administração Central do Ministério da Defesa.

Em termos orçamentários, o perfil da despesa da ACMD difere do perfil orçamentário dos Comandos Militares, haja vista que 95% do ativo militar que trabalha no MD é pago pelas próprias Forças Militares às quais o militar está vinculado, sendo a folha de pessoal da Administração Central composta pelos ativos civis e os encargos do pagamento de eventuais gratificações por desempenho de funções militares, permitindo assim que a maior parte do orçamento da Administração Central seja apropriada no custeio e nos investimentos, o que será demonstrado mais a frente.

A LOA 2020 consignou aos órgãos da dotação orçamentária o total de R\$ 2,3 bilhões; contudo, o orçamento foi impactado pelo acréscimo advindo dos créditos adicionais extraordinários, aprovados para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), na Administração Direta, da ordem de R\$ 531,3 milhões, e da reabertura de crédito extraordinário para acolhimento humanitário de pessoas advindas da República Bolivariana da Venezuela (Operação Acolhida), no valor de R\$ 10,6 milhões; o que redimensionou o orçamento 2020 da ACMD para a cifra de R\$ 2,85 bilhões, conforme demonstrado no gráfico 2.

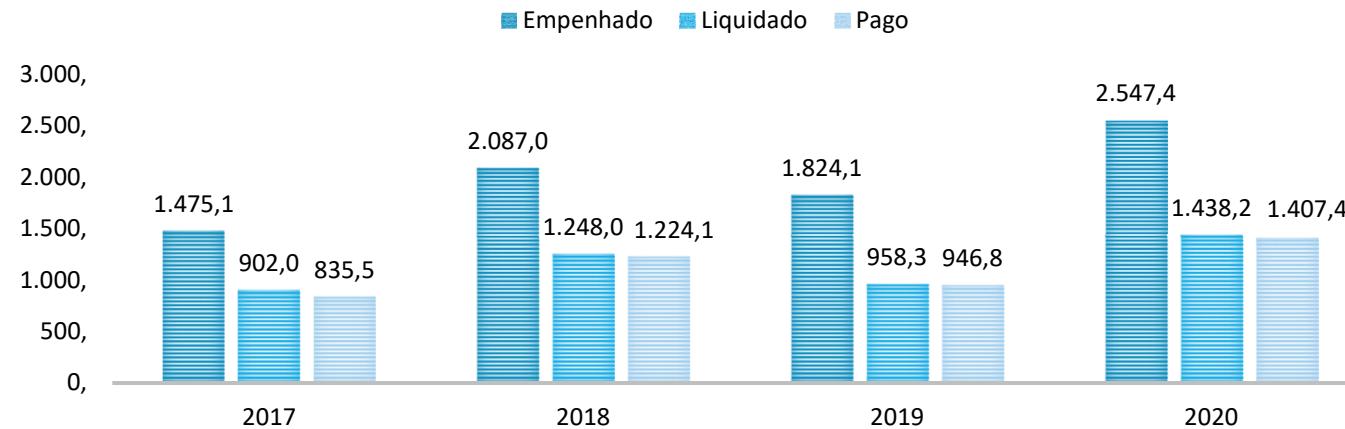


PERFIL DO GASTO DE 2017 A 2020, DO MD, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (UO)

No que tange à Unidade Orçamentária 52.101 – Administração Direta (MD), avaliando o comportamento da execução orçamentária em de 2017 a 2020, destaca-se que em termos nominais, houve

crescimento de 41,5% nas despesas empenhadas de 2017 para 2018, seguido de queda de 12,6 % dos valores empenhados de 2018 para 2019. Em 2020 houve crescimento nominal de 39,6% dos valores empenhados, quando comparado a 2019.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (R\$ MILHÃO)



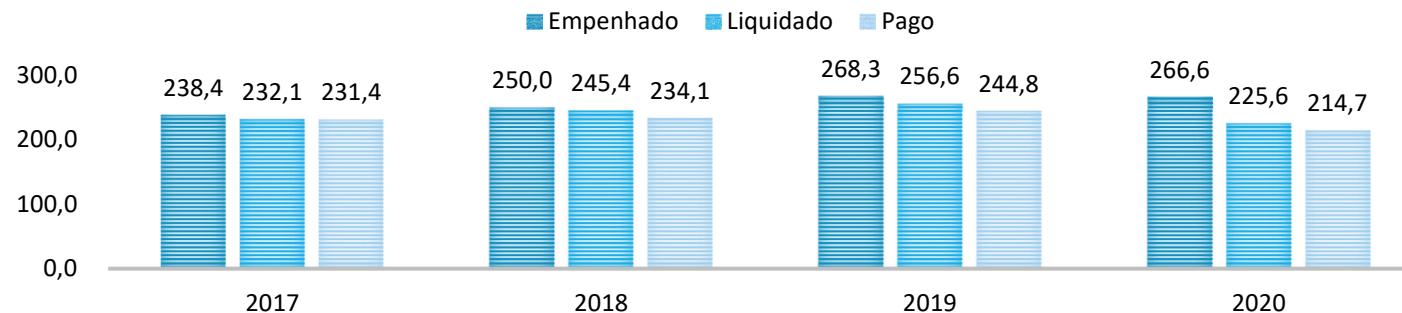
Fonte: SIOP-BI

Fatores que explicam aumento nominal de 39,6% dos valores empenhados de 2019 para 2020

- O principal fator que explica o aumento dos valores empenhados em 2020 é advindo da abertura de créditos adicionais extraordinários para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), da ordem de R\$ 531,3 milhões na ação orçamentária 21C0, da Administração Direta, sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA.
- Aumento do nível de empenho das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em especial da *Operação Verde Brasil 2*, na Amazônia Legal, e das ações de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras.

Com relação à Unidade Orçamentária 52.902 – Hospital das Forças Armadas (HFA), verifica-se que houve entre 2017 e 2018, um crescimento nominal do nível de empenho, de aproximadamente 5%, ligeiramente acima da inflação do período. Entre 2018 e 2019 houve um crescimento nominal de 7,2% do seu empenho, seguida de uma queda 0,7% nominal, do nível de empenho em 2020, quando comparado a 2019.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA U.O 52.902 - FUNDO DO HFA (R\$ MILHÃO)



Fonte: SIOP-BI

Fatores que explicam queda nominal de 0,7% dos valores empenhados de 2019 para 2020

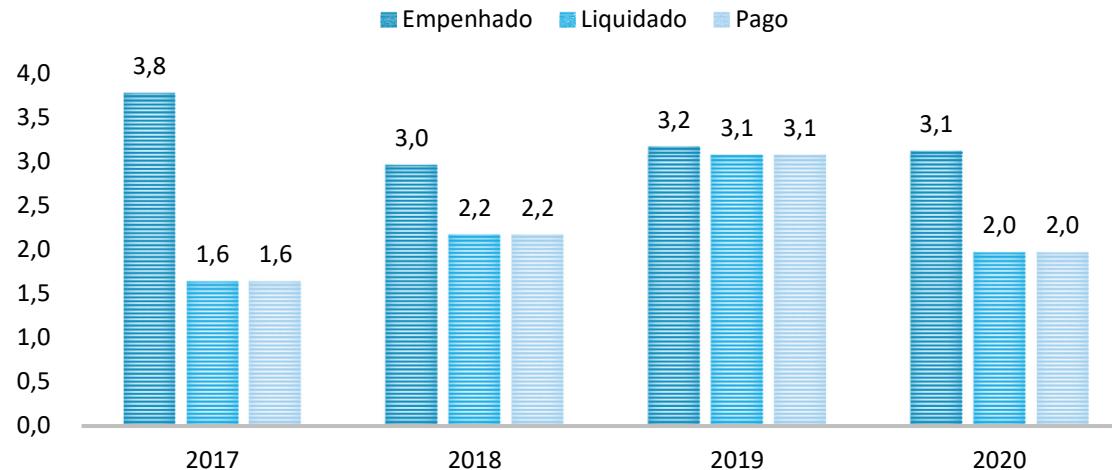
- Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, em 2020 o Hospital das Forças Armadas (HFA) se preparou para esse novo cenário de enfrentamento da pandemia, e investiu em projetos inovadores de atendimento ao público, como o sistema SMART HFA, que é uma plataforma digital de atendimento médico online, além da triagem médica com Inteligência Artificial (Robô Laura). Com isso, em que pese a queda do orçamento empenhado de 0,7% em termos nominais, houve aumento de 170,8% do empenho de recursos em investimento (GND 4) em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, uma queda de 10,5% nas despesas correntes e 2,7% nos gastos de pessoal.

No que tange aos Fundos vinculados ao Ministério da Defesa, quais sejam, o Fundo do Ministério da Defesa (FMD) e o Fundo do Serviço Militar (FSM), ambos são Unidades Orçamentárias (UO's) próprias, e apresentam volumes de recursos orçamentários menores, se comparados à Administração Direta e ao HFA.

Com relação ao FMD, instituído pela Lei nº 7.448, de 20 de dezembro de 1985, com a denominação original de Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas (Fundo do EMFA), compete atender, com aporte financeiro, as demandas da Administração Central do Ministério da Defesa quanto à manutenção dos imóveis funcionais sob sua jurisdição, como também as demandas dos comandos militares, com ações referentes à pesquisa na área de segurança alimentar das Forças Armadas, dentro do planejamento estabelecido pelo Fundo de Rações Operacionais (FRO).

Em relação à sua execução orçamentária, verifica-se que houve queda do nível de empenho entre 2017 e 2018 de 21,7%, crescimento nominal de 7,1% do nível de empenho em 2019, comparado com 2018, e nova queda do nível de empenho, de 1,7% em 2020, se comparado ao mesmo período de 2019.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA U.O 52.901 - FMD (R\$ MILHÃO)



Fonte: SIOP-BI

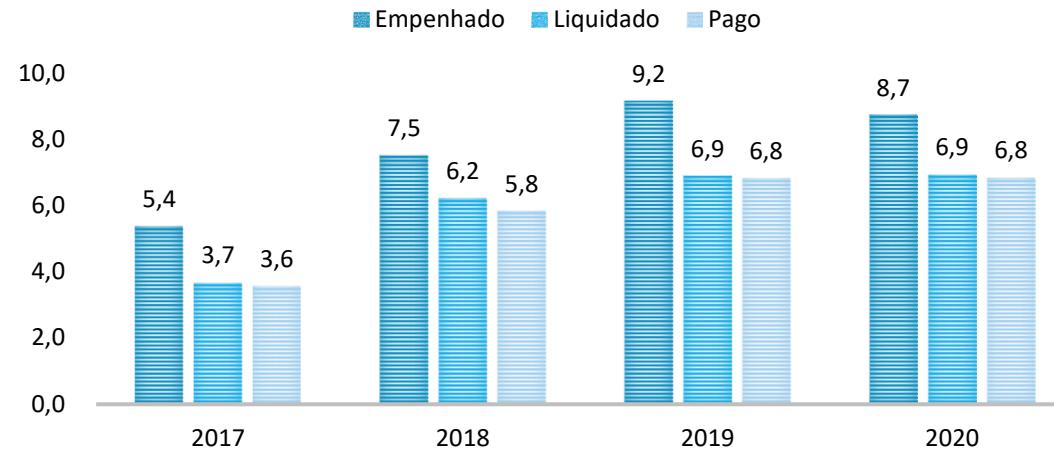
Fatores que explicam a execução orçamentária do FMD

- As oscilações dos valores empenhados e liquidados entre os anos de 2017 a 2020 são explicadas pela própria finalidade do Fundo que é de atender as demandas da ACMD quanto à manutenção dos imóveis funcionais sob sua jurisdição, como também as demandas para os comandos militares, com ações referentes à pesquisa na área de segurança alimentar das Forças Armadas, dentro do planejamento estabelecido pelo Fundo de Rações Operacionais.
- Somado a esse fator, as fontes de recursos que constituem as despesas do FMD são constituídas de recursos próprios (Fontes 50 e 80), e sua disponibilização é impactada pelos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95 (Teto de Gastos), aprovado em dezembro de 2016.

Com relação ao FSM, criado por meio da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar (LSM), o Fundo tem a finalidade de prover recursos destinados à mobilização para o Serviço Militar Obrigatorário (SMO), que consiste no alistamento, na seleção e na incorporação ou matrícula da classe convocada, anualmente, pelo Plano Geral de Convocação.

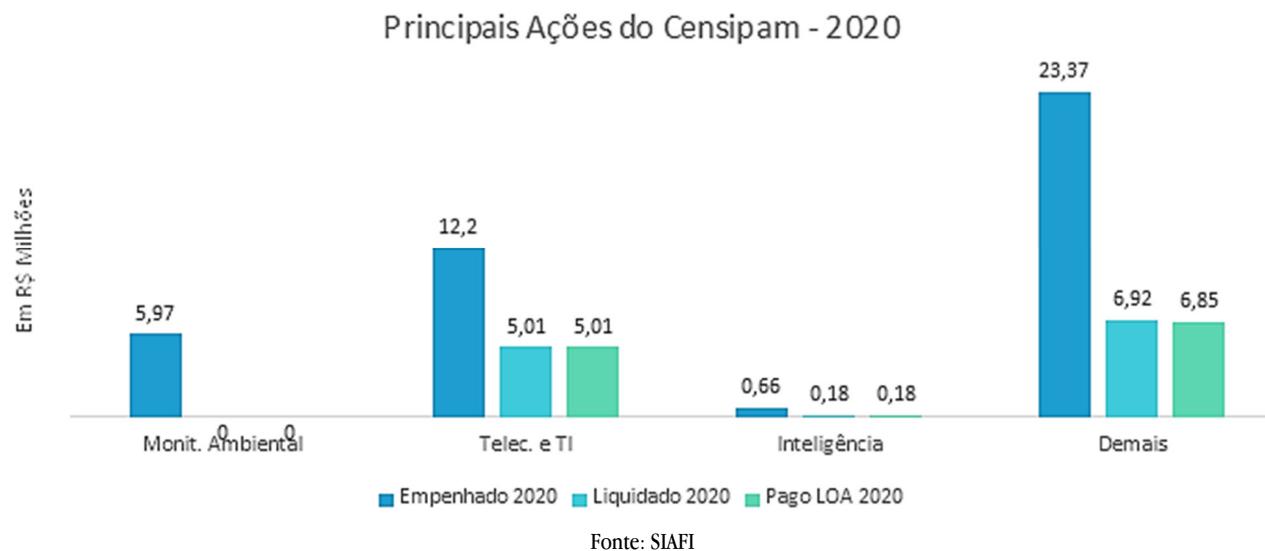
Em relação à execução orçamentária do FSM verifica-se que houve aumento nominal do nível de empenho entre 2017 e 2018 de 39,6%, e novo crescimento nominal de 22,1% do nível de empenho em 2019, comparado com 2018. No ano de 2020, houve queda de 4,7% do nível de empenho, quando comparado com o exercício anterior.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA U.O 52.903 - FSM (R\$ MILHÃO)



Fonte: SIOP-BI

No que tange ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), suas ações estão voltadas à produção e veiculação de informações técnicas necessárias para promover a proteção da Amazônia. A execução dessas ações em 2020 apresentou as seguintes despesas:



Fonte: SIAFI

Monitoramento Ambiental: Processo produtivo de monitoramento sistemático ambiental, com uso de dados de satélites ambientais e de meteorologia, de meios de superfície, tais como radares e estações meteorológicas e de detecção de descargas atmosféricas, aplicados em toda região amazônica, gerando alertas, boletins, previsões, entre outros dados da natureza nos temas da meteorologia, climatologia, hidrologia, descargas atmosféricas, abalos sísmicos, focos de calor, entre outras. Está inserido no Monitoramento Ambiental o projeto Amazônia SAR, o qual consiste

em adquirir bens e serviços necessários para realizar a detecção de desmatamento a partir de imagens e de telemetria radar recebidas em estações virtuais, com vistas à detecção do desmatamento. Em 2020 foram empenhados R\$ 5,97 milhões.

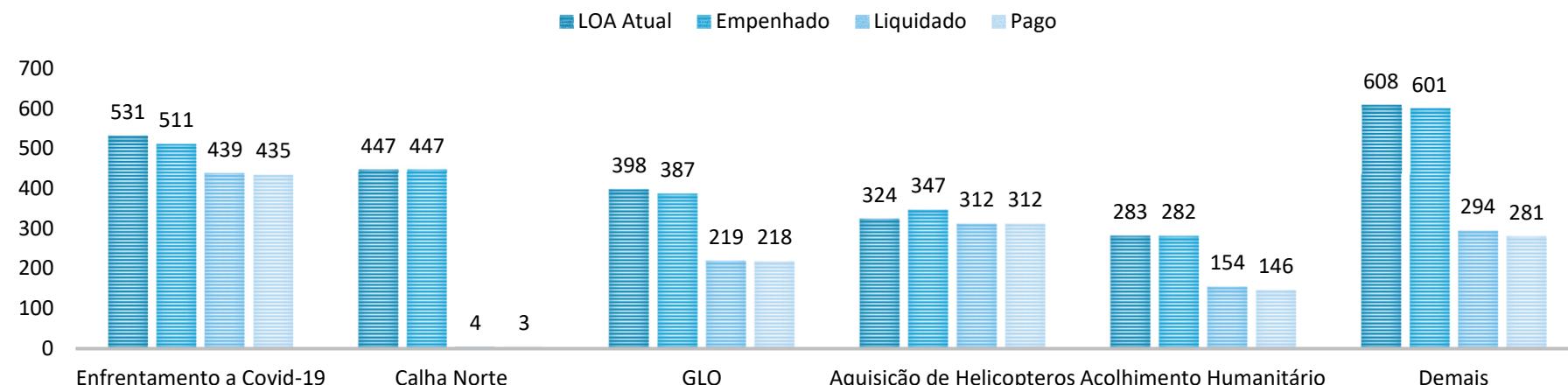
Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores: O suporte tecnológico visa garantir os canais de comunicação críticos e essenciais, e a operacionalidade dos equipamentos instalados na Amazônia, de forma a permitir a comunicação entre os entes regionais e os órgãos centrais, aos sistemas governamentais, e institucionais, bem como a atualização do banco de dados do SIPAM. Para esta finalidade foram empenhados R\$ 12,20 milhões e pagos R\$ 5,01 milhões.

Inteligência: Trata-se da elaboração de produtos de geointeligência, incluindo o apoio ao planejamento e controle em operações interagências. Em 2020 foram empenhados R\$ 0,66 milhão e pago 0,18 milhão.

PRINCIPAIS PROJETOS/PROGRAMAS DO MD

Em 2020, a atuação do MD esteve fortemente pautada no enfrentamento à pandemia do Covid-19, e na execução de ações finalísticas a cargo do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), tais como: Aquisição de Helicópteros para o Emprego nas Forças Armadas; Acolhimento Humanitário e interiorização de migrantes; ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), especialmente a *Operação Verde Brasil 2*, bem como na execução de convênios com outros entes no âmbito do Programa Calha Norte

PRINCIPAIS PROJETOS/PROGRAMAS ACMD (R\$ MILHÃO)



Fonte: SIOP-BI

ACÕES DE ENFRENTAMENTO À COVID-19

Em 2020, o orçamento do MD foi impactado para fazer frente ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), constituída por meio da Ação Orçamentária 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus, que teve como objetivo realizar ações de prevenção, preparação e assistência à população no enfrentamento do Coronavírus. Nesse sentido, foram adicionados à ACMD, por meio de créditos extraordinários, R\$ 531,3 milhões, por meio de três Medidas Provisórias, a saber:

- Medida Provisória nº 921, de 07 de fevereiro de 2020 - visou custear despesas com a retirada de nacionais e familiares, que se encontravam em Wuhan, na República Popular da China, em decorrência do surto de Coronavírus (Operação Regresso), no valor de R\$ 11,3 milhões.
- Medidas Provisórias nº 929, de 25 de março de 2020; e nº 985, de 25 de junho de 2020 – as quais visaram financiar despesas com custeio e investimento no emprego das Forças Armadas em apoio às ações governamentais no combate à pandemia do Covid-19, dentro do território nacional, nos valores de R\$ 220 milhões de reais, e de R\$ 300 milhões de reais, respectivamente.
- A ação orçamentária para enfrentamento da Covid-19 (21C0) apresentou elevado grau de empenho de recursos (96,2%), liquidação (82,5%) e pagamento (81,9%) no exercício de 2020.

PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)

O PCN é um Programa do Ministério da Defesa com atuação na Região Norte do País, especialmente para o apoio às organizações militares em faixa de fronteira ou em regiões geograficamente isoladas e municípios da região. Grande parte da sua execução orçamentária é realizada por meio de convênios com municípios, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Em 2020 o programa empenhou R\$ 447,2 milhões, ou seja, 99,9% do crédito consignado na LOA, entretanto, houve pagamento de apenas 0,8% da despesa empenhada. A não realização de pagamento é justificada por se tratar de uma ação que depende da celebração e execução de convênios entre a União e outros Entes da Federação. Assim, a formalização do convênio, sua execução, e prestação de contas por parte do convenente pode ultrapassar um exercício financeiro, e dessa forma, forçar a inscrição destes recursos em Restos a Pagar (RAP) para que seu efetivo pagamento se complete nos exercícios subsequentes. Em decorrência deste interregno entre as fases da despesa, notadamente entre o empenho da despesa e do seu efetivo pagamento, em 2020 o PCN pagou R\$ 294,7 milhões de Restos a Pagar processados e não processados inscritos até aquele ano (inscritos em diversos exercícios) na ação orçamentária 1211 – Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte.

OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM (GLO)

Em 2020, as Operações de GLO receberam dotação orçamentária da ordem de R\$ 398,5 milhões, dos quais R\$ 387,3 foram empenhados (97,2%), nas seguintes Operações:

- R\$ 6,4 milhões foram empenhados para a proteção do perímetro externo da penitenciária federal em Brasília, Distrito Federal, no período de 7 de fevereiro a 6 de maio de 2020 (Operação Cérbero).
- R\$ 10,2 milhões foram empenhados para o emprego das Forças Armadas, no Estado do Ceará, no período de 21 a 28 de fevereiro de 2020, com a finalidade de preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (Operação Mandacaru).
- R\$ 370,7 milhões foram empenhados ao emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal, no período de 11 de maio a 31 de dezembro de 2020 (Operação Verde Brasil 2).

PROJETO DE AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS PARA EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

Projeto de aquisição de helicópteros destinados à realização de missões associadas ao treinamento e à tarefa de sustentação ao combate e às missões relacionadas à tarefa de interdição, bem como para utilização em ações cívico-sociais, de integração nacional, e humanitária. O projeto apresentou, em 2020, alto grau de execução financeira, voltado à continuidade da aquisição dos Helicópteros H-X BR, com o consórcio EUROCOPTER/HELIBRAS, com um valor pago da ordem de R\$ 312 milhões, ou seja, foram pagos 96,3% dos valores consignados na LOA 2020.

ACOLHIMENTO HUMANITÁRIO E INTERIORIZAÇÃO DE MIGRANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E FORTALECIMENTO DO CONTROLE DE FRONTEIRAS

Em 2020, o acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras recebeu R\$ 282,6 milhões nesta ação orçamentária, com o objetivo de fornecer o apoio logístico e de pessoal necessários à assistência emergencial e para o acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório por crise humanitária. Deste total, foram empenhados 99,8% e pagos 51,6%.

PROTEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMBATE A ILÍCITOS NA AMAZÔNIA LEGAL E SUA REGIÃO FRONTEIRIÇA

A ação orçamentária destinada ao combate a ilícitos na Amazônia Legal (AO 21BT) foi criada a partir da Decisão do STF para que a Petrobrás devolvesse ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 2,6 bilhões em função dos ilícitos apurados pela Operação Lava Jato. Desta forma, em 13 de dezembro de 2019, por meio da Lei nº 13.947 foi adicionado ao orçamento do Ministério da Defesa e respectivos Comandos o valor de R\$ 494 milhões, destes R\$ 145,4 milhões destinados ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

O crédito especial sob a responsabilidade do CENSIPAM de R\$ 145,4 milhões, aprovado na 1ª quinzena de dezembro de 2019, foi reaberto no exercício 2020 pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 12.646, de 21 de maio de 2020. No entanto, o valor de R\$ de 145,4 milhões da ação 21BT sob a responsabilidade do CENSIPAM foi objeto de cancelamento para suplementar programas de trabalho de outros órgãos do Poder Executivo, conforme a Lei nº 14.077, de 11 de novembro de 2020.

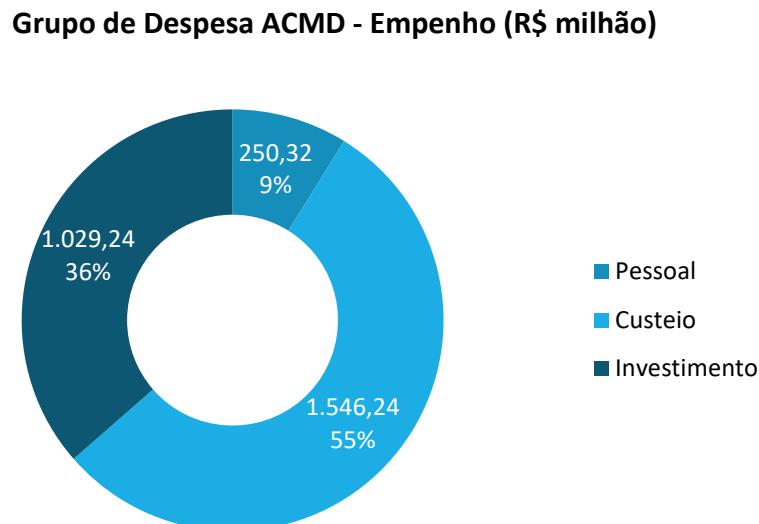
A Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA 2020) consignou ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) dotação orçamentária no total de R\$ 47,64 milhões; contudo, o cancelamento de créditos, da ordem de R\$ 5,41 milhões, redimensionou o orçamento de 2020 para a cifra de R\$ 42,23 milhões. Os recursos consignados na LOA 2020 para o Censipam foram alocados na atividade de Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). O Censipam não possui unidade orçamentária própria, seu orçamento está alocado na Unidade

Principais Ações do Censipam em 2020

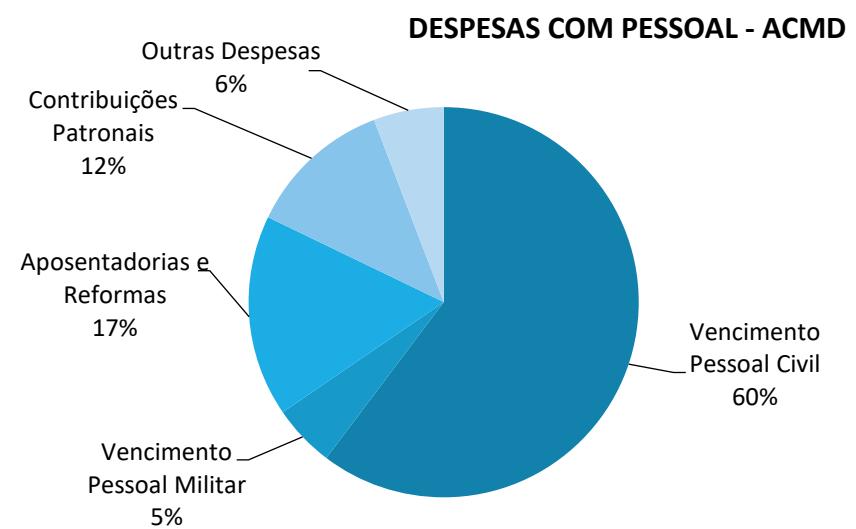
As principais ações desenvolvidas pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) estão voltadas à produção e veiculação de informações técnicas necessárias para promover a proteção da Amazônia. A execução dessas ações em 2020 apresentou as seguintes despesas:

- Monitoramento Ambiental: Processo produtivo de monitoramento sistemático ambiental, com uso de dados de satélites ambientais e de meteorologia, de meios de superfície, tais como radares e estações meteorológicas e de detecção de descargas atmosféricas, aplicados em toda região amazônica, gerando alertas, boletins, previsões, entre outros dados da natureza nos temas da meteorologia, climatologia, hidrologia, descargas atmosféricas, abalos sísmicos, focos de calor, entre outras. Está inserido no Monitoramento Ambiental o projeto Amazônia SAR, o qual consiste em adquirir bens e serviços necessários para realizar a detecção de desmatamento a partir de imagens e de telemetria radar recebidas em estações virtuais, com vistas à detecção do desmatamento. Em 2020 foram empenhados R\$ 5,97 milhões.
- Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores: O suporte tecnológico visa garantir os canais de comunicação críticos e essenciais, e a operacionalidade dos equipamentos instalados na Amazônia, de forma a permitir a comunicação entre os entes regionais e os órgãos centrais, aos sistemas governamentais, e institucionais, bem como a atualização do banco de dados do SIPAM. Para esta finalidade foram empenhados R\$ 12,20 milhões e pagos R\$ 5,01 milhões.
- Inteligência: Trata-se da elaboração de produtos de geointeligência, incluindo o apoio ao planejamento e controle em operações interagências. Em 2020 foram empenhados R\$ 0,66 milhão e pago 0,18 milhão.

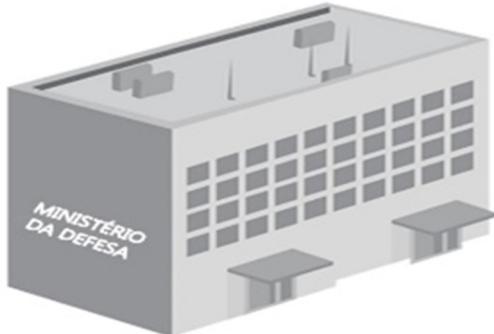
PERFIL DO GASTO: VISÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA (EM MILHÕES)



Fonte: SIOP-BI



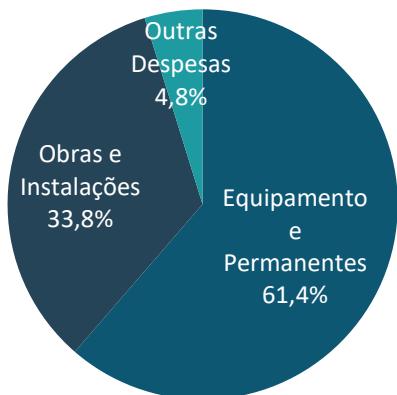
Fonte: SIOP-BI



Em R\$ milhões

Total R\$ 2.825,8

Despesas com Investimentos - ACMD



Fonte: SIOP-BI

Em 2020, houve queda percentual da despesa com pessoal, comparado com o ano de 2019, em relação à despesa total na ACMD. Em 2020, este percentual correspondeu à 8,9% de toda a despesa empenhada pela Administração Central, enquanto em 2019 este percentual foi de 12,2%. Em termos nominais, a despesa empenhada atingiu o montante total de R\$ 250,3 milhões, e R\$ 235,3 milhões para a despesa paga. Vale ressaltar que grande parte das despesas com o pagamento dos ativos militares lotados no MD está a cargo dos três Comandos Militares, ficando para o MD o pagamento de pessoal civil pelos encargos do pagamento de eventuais gratificações por desempenho de funções militares.

Em termos de investimentos, em 2020, na Administração Central, foram empenhados R\$ 1,03 bilhão em investimentos e priorizados equipamentos e materiais permanentes, atingindo 61% da despesa empenhada. O Projeto de aquisição de Helicópteros H-X BR foi responsável por 43,6% das despesas com equipamentos e materiais permanentes, no grupo investimentos, com R\$ 275,4 milhões.

Despesas de Custeio - ACMD



- Em 2020, o empenho das despesas de custeio, no âmbito da ACMD, totalizou R\$ 1,5 bilhão e o pagamento, R\$ 1 bilhão, correspondendo a 55% de toda a despesa empenhada pela Administração Central, enquanto em 2019, este percentual foi de 47%. Do total de custeio empenhado em 2020, R\$ 574 milhões foram em material de consumo e R\$ 795,3 milhões em serviços de terceiros/PJ.
- No caso do material de consumo, a ação orçamentária que mais contribuiu para esse tipo de despesa foi a ação de enfrentamento ao Covid-19, com 42,5%.
- Em Outros Serviços de Terceiros/PJ, as ações que mais contribuíram com esse tipo de despesa foram as ações de acolhimento humanitário (28,2%), enfrentamento à Covid-19 (19,5%) e operações de GLO (19,3%).

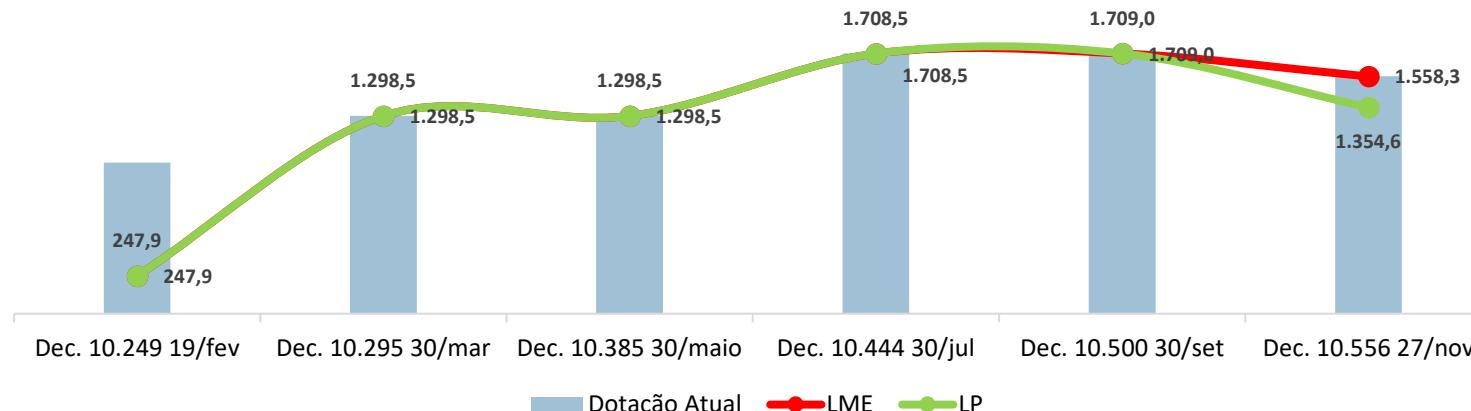
Fonte: SIOP-BI

COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MD EM 2019 E 2020

| TIPO DE DESPESA | 2019 | | | | 2020 | | | | VARIAÇÃO | |
|------------------------------|--------------------|------------------|-------------|-------------|------------------|------------------|-------------|-------------|--------------------------|---------------|
| | EMPENHADO (D)20 | LIQUIDADO (E) | PAGO (F) | RAP PAGO | EMPENHADO (D) | LIQUIDADO (E) | PAGO (F) | RAP PAGO | PAGO 2020 – PAGO 2019 | VARIAÇÃO % |
| PESSOAL | 257,4 | 254,8 | 239,4 | 15,4 | 250,3 | 250,3 | 235,3 | 15,4 | -4,1 | -1,7% |
| CUSTEIO | 982,8 | 635,3 | 628,2 | 379,9 | 1546,2 | 1029,5 | 1003,7 | 338,0 | 375,4 | 59,8% |
| INVESTIMENTOS | 864,6 | 334,7 | 333,8 | 333,3 | 1029,2 | 392,9 | 391,9 | 441,78 | 58,1 | 17,4% |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0% |
| AMORTIZAÇÃO | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0% |
| TOTAL | 2.104,8 | 1.224,9 | 1.201,5 | 728,6 | 2.825,8 | 1.672,6 | 1.630,9 | 795,1 | 429,4 | 35,7% |

Fonte: SIOP-BI

ADM. CENTRAL - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO, LME E LP AO LONGO DO EXERCÍCIO (R\$ MILHÃO)



Fonte: DEORF/SEORI/MD

DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL EM COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO ESPERADO/ORÇADO

- O gráfico explicita o Limite de Movimentação e Empenho (LME) e o Limite de Pagamento (LP), estabelecidos, por meio de Decretos do Poder Executivo, ao longo do ano de 2020 para a Administração Central do MD. Os valores contingenciados resultam da diferença entre a dotação autorizada na LOA 2020, o LME e o LP.
- Os dados extraídos referem-se às ações de despesas discricionárias e aos projetos estratégicos de Defesa, classificados como Resultado Primário 2. Não foram considerados no comparativo os créditos extraordinários, que não estão sujeitos a programação orçamentária e financeira; e as emendas parlamentares, que possuem limites de empenho e pagamento próprios.

CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NA LOA 2020 (%)

| | 19/fev | 30/mar | 30/mai | 30/jul | 30/set | 27/nov |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Dec. 10.249 | Dec. 10.295 | Dec. 10.385 | Dec. 10.444 | Dec. 10.500 | Dec. 10.556 |
| % Contingenciamento Orçamentário | 75% | 0% | 0% | 0% | 0% | 0% |
| % Contingenciamento Financeiro | 75% | 0% | 0% | 0% | 0% | 13% |

Fonte: DEORF/SEORI/MD

- Em 2020, verificou-se que no início do exercício houve contingenciamento de despesas, com baixos LME e LP em relação a dotação orçamentária consignada na LOA para a ACMD, em 75% tanto no contingenciamento orçamentário, quanto financeiro, em relação à dotação orçamentária. Em 20 de março de 2020 foi aprovado o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020, por causa da situação de pandemia da Covid-19. Com isso observa-se que a partir dessa data, o limite de movimentação e empenho iguala ao valor da dotação orçamentária, não ocorrendo, a partir daquela data, contingenciamento orçamentário até o final do exercício.
- Por outro lado, de acordo com o apresentado no gráfico 12, em novembro de 2020 a dotação das despesas discricionárias da ACMD sofreu um corte orçamentário, devido a cancelamentos realizados pelo Ministério da Economia (ME), instrumentalizado pela Lei nº 14.077, a qual reduziu a dotação orçamentária de custeio e investimentos na ordem de R\$ 171,1 milhões.

- Verifica-se, também, que os LPs acompanharam os valores dos LME ao longo do ano (mesmos valores), exceto no Decreto nº 10.556, de 27/nov, que estabeleceu o LP no valor de R\$ 1.354,6 milhões, montante 13% inferior ao LME e à dotação orçamentária.

Somado a isso, verifica-se o aumento da dotação orçamentária consignada ao Ministério da Defesa ao final de 2019, impactando o desempenho do LP no Decreto nº 10.181, de 19 de dezembro de 2019. Isso se deve à publicação de créditos adicionais ao final do exercício, notadamente da Lei nº 13.947, de 13 de dezembro de 2019, que criou a ação orçamentária destinada ao combate a ilícitos na Amazônia Legal (AO 21BT), recursos estes destinados ao Poder Executivo em função do Acordo da Petrobrás com o Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato, suplementando o orçamento do Ministério da Defesa e respectivos Comandos no valor de R\$ 494 milhões, dos quais R\$ 145,4 milhões destinados ao CENSIPAM, na Administração Direta. O crédito especial sob a responsabilidade do CENSIPAM de R\$ 145,4 milhões, aprovado na 1ª quinzena de dezembro de 2019, foi reaberto no exercício de 2020 pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 12.646, de 21 de maio de 2020. No entanto, o valor de R\$ de 145,4 milhões da ação 21BT sob a responsabilidade do CENSIPAM foi objeto de cancelamento para suplementar programas de trabalho de outros órgãos do Poder Executivo, conforme a Lei nº 14.077, de 11 de novembro de 2020.

A Lei Orçamentária Anual de 2020 (LOA 2020) consignou ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) dotação orçamentária no total de R\$ 47,64 milhões; contudo, o cancelamento de créditos, da ordem de R\$ 5,41 milhões, redimensionou o orçamento de 2020 para a cifra de R\$ 42,23 milhões. Os recursos consignados na LOA 2020 para o Censipam foram alocados na atividade de Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). O Censipam não possui unidade orçamentária própria, seu orçamento está alocado na Unidade Orçamentária – Administração Direta.

PRINCIPAIS IMPACTOS NO DESEMPENHO DO ORÇAMENTO

Apesar da decretação do estado de calamidade por Covid-19, e consequente descontingenciamento orçamentário da dotação, de forma geral, não houve um impacto para a execução do orçamento, haja vista que, ao final dos exercícios anteriores, o LME também alcançou a dotação orçamentária, próximo a 100%.

Entretanto, com o descontingenciamento antecipado, houve menor necessidade de reprogramações orçamentárias, de custeio e investimentos, para garantir a execução das obrigações contratuais.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Gerenciamento intensivo do orçamento, notadamente no que tange às despesas discricionárias, de forma a reduzir o impacto, principalmente, do descasamento entre LME e LP, e permitir maior eficiência na despesa.
- Priorização das despesas nos grupos de custeio e investimento, de forma a atender os contratos em andamento.
- Gestões junto à Presidência da República e Ministério da Economia por meio do encaminhamento de Ofícios, apresentando os impactos das alterações orçamentárias (contingenciamento orçamentário/financeiro e cancelamento de despesas) e as principais demandas de expansão dos limites orçamentários/financeiros para o conjunto dos programas e projetos estratégicos do MD e para as demais programações discricionárias.

EXPLICAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO RESULTADO SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO

Os resultados da execução orçamentária e o desempenho financeiro sobre o resultado do MD, no exercício de 2020, foram impactados com o enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19), haja vista que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas estiveram na linha de frente do combate a esta pandemia, desde o seu início, quando foram os responsáveis pela coordenação e execução da “Operação Regresso” que retirou os nacionais e familiares, que se encontravam em Wuhan, na República Popular da China, em decorrência do surto daquela doença.

Desta forma, os resultados observados em relação a este ano atípico estão em consonância com o que a sociedade brasileira espera quanto ao papel e a atuação das Forças Armadas, para que estejam preparadas e em condição de pleno e pronto emprego, especialmente em situações excepcionais, como o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, das operações de GLO e em ações subsidiárias (acolhimento humanitário, combate a incêndios e ilícitos ambientais, poluição marítima, endemias, dentre outros), no qual é condição necessária a disponibilidade orçamentária e financeira compatível e regular.

Se considerarmos tal contexto, a discussão da variação do resultado sobre o desempenho financeiro pode ser analisada verificando quatro grandes blocos de financiamento da estrutura orçamentária do MD *vis-à-vis* sua execução no decorrer do exercício de 2020:

BLOCO 1 - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 2020, os créditos extraordinários tiveram destaque na execução orçamentária, quando se avalia o nível de execução, no âmbito da Administração Central do MD. Esses créditos extraordinários, integraram na sua quase totalidade a ação de enfrentamento ao Coronavírus (21C0), adicionando o valor de R\$ 531,3 milhões à dotação da LOA consignada à ACMD. Adicionalmente, a reabertura da Medida Provisória nº 912, de 19 de dezembro de 2019, para a Operação de Acolhimento dos Venezuelanos (Operação Acolhida), no valor de R\$ 10,6 milhões, chegou-se ao valor total de R\$ 541,9 milhões de créditos adicionais extraordinários.

Cabe ressaltar que os créditos extraordinários não entram nos limites de movimentação, empenho e pagamento dos decretos de contingenciamento, nem nos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95, em 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

BLOCO 2 - EMENDAS PARLAMENTARES

As emendas parlamentares, no âmbito da Administração Central do MD, concentraram-se no Programa Calha Norte – Vertente Civil (Ação 1211), com 98% da dotação das emendas.

Em 2020, esse programa apresentou um empenho de recursos da ordem de R\$ 442,1 milhões, sendo que deste total, R\$ 432,6 milhões de investimento. Entretanto, houve apenas R\$ 3,7 milhões liquidados, e R\$ 3,4 milhões pagos, sendo todo o recurso empenhado inscrito em Restos a Pagar para 2021.

O baixo nível de liquidação e pagamento é justificado por se tratar de uma ação que depende da celebração e execução de convênios entre a União e outros Entes da Federação, conforme já explicitado no item de análise dos Principais Projetos da ACMD, referentes a execução do Programa Calha Norte.

BLOCO 3 - PROJETO ESTRATÉGICO AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS

O projeto de aquisição de helicópteros para emprego das Forças Armadas apresentou, em 2020, alto grau de execução financeira voltados à continuidade da aquisição dos Helicópteros H-X BR com o consórcio EUROCOPTER/HELIBRAS, com um valor empenhado de R\$ 347,1 milhões e um pagamento da ordem de R\$ 312 milhões, o que corresponde, respectivamente, a 12,3% e 19,1% de todo empenho e pagamento da ACMD.

Se levarmos em consideração apenas o grupo investimento, esse projeto representa 79,6% dos valores pagos em investimentos da ACMD no exercício de 2020.

BLOCO 4 - AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS NO CENÁRIO NACIONAL

(GLO, Operação Verde Brasil 2, Operação Acolhida)

Em 2020, as Operações de GLO totalizaram uma dotação orçamentária de R\$ 398,4 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 387,3 milhões (97,2%) nas ações de GLO. Destes, R\$ 370,7 milhões foram empenhados no emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem em unidades de conservação, terras indígenas e áreas de fronteira nos Estados da Amazônia Legal (Operação Verde Brasil 2).

Em relação ao acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, esta ação (219C) recebeu R\$ 282,6 milhões em 2020, os quais foram empenhados 99,8% dos recursos, e pagos 51,6%.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em relação aos desafios impostos no exercício de 2021 destacam-se os seguintes pontos:

DESAFIOS

- Manter e aperfeiçoar os instrumentos e entregas relacionadas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento público no âmbito da ACMD, mantendo o mesmo nível de qualidade e efetividade observado durante o exercício de 2020.
- Priorizar a despesa pública, focando na eficiência e efetividade do gasto, entregando produtos cada vez mais elaborados e com maior qualidade ao cidadão.
- Gerir de forma eficiente o orçamento público, para minimizar o impacto do contingenciamento orçamentário/financeiro, de modo a não prejudicar a entrega dos resultados à sociedade.

BLOCO 3 - PROJETO ESTRATÉGICO AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS

O projeto de aquisição de helicópteros para emprego das Forças Armadas apresentou, em 2020, alto grau de execução financeira voltados à continuidade da aquisição dos Helicópteros H-X BR com o consórcio EUROCOPTER/HELIBRAS, com um valor empenhado de R\$ 347,1 milhões e um pagamento da ordem de R\$ 312 milhões, o que corresponde, respectivamente, a 12,3% e 19,1% de todo empenho e pagamento da ACMD.

Se levarmos em consideração apenas o grupo investimento, esse projeto representa 79,6% dos valores pagos em investimentos da ACMD no exercício de 2020.

BLOCO 4 - AÇÕES SUBSIDIÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS NO CENÁRIO NACIONAL

(GLO, Operação Verde Brasil 2, Operação Acolhida)

Em 2020, as Operações de GLO totalizaram uma dotação orçamentária de R\$ 398,4 milhões, dos quais foram empenhados R\$ 387,3 milhões (97,2%) nas ações de GLO. Destes, R\$ 370,7 milhões foram empenhados no emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem em unidades de conservação, terras indígenas e áreas de fronteira nos Estados da Amazônia Legal (Operação Verde Brasil 2).

Em relação ao acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, esta ação (219C) recebeu R\$ 282,6 milhões em 2020, os quais foram empenhados 99,8% dos recursos, e pagos 51,6%.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Em relação aos desafios impostos no exercício de 2021 destacam-se os seguintes pontos:

DESAFIOS

- Manter e aperfeiçoar os instrumentos e entregas relacionadas à elaboração, execução e acompanhamento do orçamento público no âmbito da ACMD, mantendo o mesmo nível de qualidade e efetividade observado durante o exercício de 2020.
- Priorizar a despesa pública, focando na eficiência e efetividade do gasto, entregando produtos cada vez mais elaborados e com maior qualidade ao cidadão.
- Gerir de forma eficiente o orçamento público, para minimizar o impacto do contingenciamento orçamentário/financeiro, de modo a não prejudicar a entrega dos resultados à sociedade.

AÇÕES FUTURAS

- Promover constante aperfeiçoamento nos processos de execução orçamentária e financeira, de forma a maximizar os recursos disponíveis no âmbito do MD.
- Criar um ambiente colaborativo e recíproco entre as instâncias orçamentárias e financeiras no âmbito do MD, de forma a estimular parcerias e ambiente resolutivo para o enfrentamento da escassez de recursos após a instituição do Novo Regime Fiscal.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

No âmbito do Ministério da Defesa, constituem a legislação básica que rege os processos de licitações e os contratos: as Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, os Decretos 10.024/2019, 7.892/2013, atualizados pelos Decretos 8.250/14 e 9.488/18, 7.746/2012, 7.756/2012, 7.892/2013, 8.538/2015 e 9.507/2018, os Decretos 3.555/2000 e 5.540/2005, as Instruções Normativas nº. 01/2010, 02/2010, 03/2017, 05/2014 e 06/2013, do Ministério do Planejamento, dentre outros atos legais vigentes.

Merecem destaque, ainda, os seguintes normativos editados pelo MD: Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD, 8/8/2018, que estabelece procedimentos e critérios acerca da realização da Pesquisa de Preços; e Instrução Normativa nº 1/2019, que estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias no âmbito das Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2020.

PROCESSOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES REALIZADAS

Os processos licitatórios e as contratações realizadas no âmbito do MD, em 2020, guardam conformidade com os planejamentos dos órgãos respectivos. É importante destacar que o Censipam, a ESG e o HFA dispõem de autonomia de gestão e realizam, de forma autônoma, seus processos licitatórios e contratações, em conformidade com as suas necessidades. No âmbito do MD, os processos licitatórios e as contratações guardam conformidade com os objetivos estratégicos da Secretaria-Geral de "Prover o Ministério da Defesa de infraestrutura física adequada às suas condições de trabalho", "Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a qualidade, a agilidade e a produtividade do Ministério da Defesa" e de "Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho do Ministério da Defesa às necessidades institucionais."

| | | CERTAMES HOMOLOGADOS | | | |
|----------|------|----------------------|----------------------|--------------------|------------------------|
| | | PREGÃO SRP | PREGÃO ELETRÔNICO | CHAMADA PÚBLICA | PARTICIPAÇÃO EM IRP |
| MD | 2018 | 11 | 38 | 0 | 1 |
| | 2019 | 10 | 41 | 2 | 0 |
| | 2020 | 13 | 38 | 1 | 2 |
| CENSIPAM | 2018 | 34 | 20 | - | - |
| | 2019 | 0 | 29 | - | 5 |
| | 2020 | 4 | 32 | - | - |
| HFA | 2018 | 56 | 8 | - | 117 |
| | 2019 | 56 | 10 | - | 128 |
| | 2020 | 63 | 25 | 2 | 147 |
| ESG | 2018 | 17 | 8 | - | - |
| | 2019 | 16 | - | - | 4 |
| | 2020 | 16 | 3 | - | 16 |

Fonte: informações DEADI, Censipam, HFA e ESG

EFICIÊNCIA NAS LICITAÇÕES

Os principais procedimentos licitatórios realizados em 2020 geraram as economias abaixo relacionadas, levando em consideração o valor estimado e o homologado das licitações:

| ECONOMIA (R\$ 1,00) | % |
|---------------------|---|
| | |

| | | |
|-----------------|---------------|-------|
| MD | 19.381.042,26 | 31,94 |
| HFA | 62.054.813,72 | 29 |
| CENSIPAM | 19.978.427,77 | 50,93 |
| ESG | 4.178.114,25 | 40,92 |

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Proporcionar suporte logístico adequado e tempestivo, propiciando economicidade e eficiência;
- Realizar os processos administrativos de forma eficiente e eficaz, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e da publicidade;
- Proporcionar suporte logístico adequado e tempestivo, propiciando economicidade e eficiência; e realizar os processos administrativos de forma eficiente e eficaz, atendendo aos princípios da economicidade, da eficiência e da publicidade (ESG);
- Realizar processos licitatórios tempestivos e eficientes, tendo em vista a falta de padronização dos produtos/medicamentos hospitalares (HFA).

AÇÕES FUTURAS

- Prosseguir com a modernização dos processos;
- Aprimorar os controles existentes;
- Readequar a infraestrutura, a fim de proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade e redução do custo operacional;
- Investir em treinamento e capacitação do efetivo, visando aumentar a produtividade;
- Prosseguir com a modernização dos processos;
- Aprimorar os controles existentes;
- Readequar a infraestrutura, a fim de proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade e redução do custo operacional;
- Investir em treinamento e capacitação do efetivo, visando aumentar a produtividade;
- Prosseguir com a modernização dos processos; aprimorar os controles existentes; readequar a infraestrutura, a fim de proporcionar condições favoráveis ao aumento da produtividade e redução do custo operacional; investir em treinamento e capacitação do efetivo, visando aumentar a produtividade (ESG);
- Aprimorar os processos licitatórios, evitando suspensão e impugnação, através da padronização da nomenclatura dos produtos hospitalares e dos medicamentos.

O MD possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos que são regidos pelos preceitos da Lei nº 8.112/1990 e demais atos complementares, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos a regulamento próprio, qual seja, o Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980 e demais atos complementares editados, com regras específicas quanto à apuração e à responsabilização disciplinar (legislações específicas de cada Comando de Força Singular).

A Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (CODEGEP), do CENSIPAM, para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Nesse contexto, a CODEGEP verifica, diariamente, as publicações da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec). Por meio de informações extraídas do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), são realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências por intermédio do exame mensal de contracheques conforme dispõe Portaria nº 338/Diraf/Md, 26 de janeiro de 2018. Também são realizadas as diligências e apontamentos dos órgãos de controle TCU (sistema e-pessoal) e CGU (trilhas de auditorias). Atualmente não há justificativas a serem realizadas nos referidos sistemas da UPAF 149 (Censipam).

PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE PESSOAS

As atividades relacionadas à gestão de pessoas vinculam-se ao Objetivo Estratégico da Secretaria Geral, de “Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar a força de trabalho às necessidades institucionais”. No âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), as atividades relacionadas à Gestão de Pessoas vinculam-se ao Objetivo Estratégico do Censipam OE 04, de “Ampliar e garantir uma gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura. Na Escola Superior de Guerra (ESG) e do Hospital das Forças Armadas (HFA), essas atividades são orientadas pelos seus respectivos planejamentos estratégicos.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CIVIL

A força de trabalho civil do MD é composta por servidores públicos efetivos (estatutários); requisitados da Administração Pública Federal Direta, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos; e militares requisitados das três Forças Armadas, conforme apresentado a seguir. Cerca de 1% encontra-se cedida a outros órgãos.

No Censipam, O quadro é composto por militares designados pelas Forças e servidores requisitados da Administração Pública Federal Direta, empresas públicas, estados e municípios; empregados públicos e ocupantes de cargos comissionados. O órgão possui apenas a Carreira de Ciência e Tecnologia e conta com 43 servidores efetivos do quadro ocupantes do cargo de Analista em Ciência e Tecnologia. Atualmente, a força de trabalho do Censipam é composto por cerca de 65,07% de servidores e militares requisitados, 14,35% por ocupantes de cargos comissionados e 20,57% por servidores ocupantes da Carreira de Ciência e Tecnologia. Ressalta-se que cerca de 85% dos cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia, redistribuídos para o Órgão, encontram-se vagos por falta de autorização pelos órgãos competentes.

A ESG também enfrenta sérias dificuldades para a recomposição da sua força de trabalho, principalmente na atividade meio, não só pelo escasso número de servidores públicos em exercício, como também pelo fato de muitos já possuírem o tempo de serviço necessário para requerer aposentadoria. Em 2020, vinte e nove servidores civis estavam em exercício na Escola, sendo que cerca de 50% já possuem tempo para aposentadoria.

No HFA, um dos principais problemas é a contínua redução da força de trabalho civil, por aposentadoria e exoneração, sem haver previsão de concurso público, especialmente quanto ao cargo de Médico. A principal causa é a baixa atratividade da remuneração do cargo, quando comparada à remuneração do Governo do Distrito Federal para os mesmos cargos, e mesmo para cargos equivalentes de outros órgãos da Administração Pública Federal. Desde 2013, o MD tem solicitado, quase que anualmente, a reestruturação da Carreira do HFA, com a elevação da remuneração do Médico, pleito não acatado pelo órgão central de pessoal.

No Censipam, a força de trabalho civil é composta majoritariamente por servidores públicos de outros órgãos e servidores sem vínculo (72%), o que representa um risco potencial para o órgão. Cerca de 85% de seus cargos públicos efetivos encontram-se vagos, tendo em vista que os concursos para o seu preenchimento nunca foram autorizados. A ESG também enfrenta sérias dificuldades para a recomposição da sua força de trabalho, principalmente na atividade meio, não só pelo escasso número de servidores públicos em exercício, como também pelo fato de muitos já possuírem o tempo de serviço necessário para requerer aposentadoria. Em 2020, vinte e nove servidores civis estavam em exercício na Escola, sendo que cerca de 50% já possuem tempo para aposentadoria.

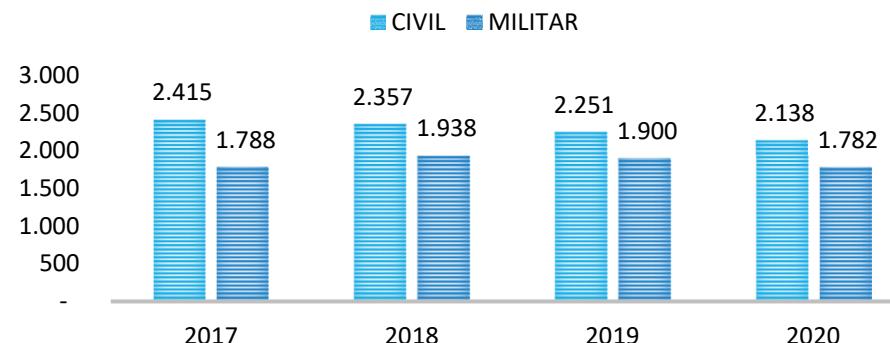
No HFA, um dos principais problemas é a contínua redução da força de trabalho civil, por aposentadoria e exoneração, sem haver previsão de concurso público, especialmente quanto ao cargo de Médico. A principal causa é a baixa atratividade da remuneração do cargo, quando comparada à remuneração do Governo do Distrito Federal para os mesmos cargos, e mesmo para cargos equivalentes de outros órgãos da Administração Pública Federal. Desde 2013, o MD tem solicitado, quase que anualmente, a reestruturação da Carreira do HFA, com a elevação da remuneração do Médico, pleito não acatado pelo órgão central de pessoal.

Finalmente, vale mencionar que o caráter transitório da permanência dos militares, nas diversas unidades do MD, resulta em dificuldade de continuidade de muitas das atividades, com perda de informações e conhecimentos, uma vez que a cada ciclo de três ou quatro anos ocorre a substituição da maioria desses militares.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CIVIL

Atualmente, a força de trabalho do MD é composta por cerca de 54% de servidores civis e 46% de militares, sendo que cerca de 72% dos servidores civis estatutários encontra-se no HFA. Nas demais unidades do MD, a força de trabalho civil é bastante reduzida e tem diminuído ao longo dos últimos anos, sendo que parte desse encolhimento vem sendo compensado pela alocação de militares. Essa situação tende a se agravar, devido à falta de provimento de vagas por concursos públicos e a iminente saída dos servidores que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria, com base nas regras atuais. Como resultado, a força de trabalho de muitas é composta majoritariamente por requisitados e sem vínculos.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO



Fonte: SEPESD-MD

| | MD | HFA | CENSIPAM | ESG |
|---------------------------------|-------|-------|----------|-----|
| Militares | 1.782 | 848 | 60 | 200 |
| Estatutários | 1.438 | 1.339 | 43 | 29 |
| Sem vínculo | 272 | 4 | 30 | 5 |
| Empregado Público | 159 | 164 | 17 | 0 |
| Requisitado | 147 | 0 | 58 | 0 |
| Estagiário | 0 | 0 | 60 | 8 |
| Cedido | 46 | 4 | 6 | 5 |
| Outros | 76 | 0 | 171 | 0 |
| Total da Força de Trabalho | 3.920 | 2.359 | 455 | 246 |
| Total Força de Trabalho Militar | 1.782 | 848 | 60 | 200 |

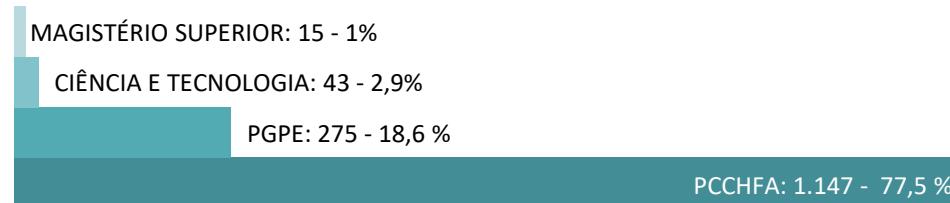
| | | | | |
|--------------------------------------|-------|-------|-----|----|
| Total Força de Trabalho Civil | 2.138 | 1.503 | 105 | 46 |
| Total Força de Trabalho Estatutários | 1.438 | 1.339 | 43 | 29 |

CARREIRAS

- O MD não possui carreira própria especializada, mas existem cinco carreiras/planos de cargos nas unidades que o integram, além dos militares.
- O HFA tem um plano de carreira próprio para a área de Saúde e empregos públicos;
- O corpo docente da ESG é da carreira de Magistério Superior;
- O Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia A seleção para provimento de cargos efetivos ocorreu por um único concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. O Censipam foi incluído na carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei nº 12.279, de 30 de junho de 2010. O Ministério da Economia, por intermédio da Portaria nº 2.434, de 10 de setembro de 2010, publicada no DOU nº 175, de 13/09/2010, redistribuiu para o Censipam 284 cargos vagos, sendo 179 de Analista em Ciência e Tecnologia e 105 de Assistente em Ciência e Tecnologia. A Portaria nº 74/MP, de 8 de março de 2012, publicada no DOU nº 48, de 9/03/2012, autorizou o Censipam a realizar concurso público para provimento de 40 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia A Portaria nº 49, de 18 de fevereiro de 2014, publicada no DOU nº 35, de 19/02/2014, autorizou a nomeação de mais 19 candidatos aprovados e não convocados que faziam parte do cadastro reserva. Ao todo, 58 cargos foram providos, restando ao final de 2020 apenas 43 Analistas em Ciência e Tecnologia.; e
- O PGPE é o plano de cargos administrativos no âmbito do MD.

O quadro a seguir apresenta a proporcionalidade de cargos de carreira/planos do MD ocupados, em relação ao quadro total de estatutários.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTATUTÁRIOS POR CARREIRA/PLANO



Fonte: SEPESD-MD

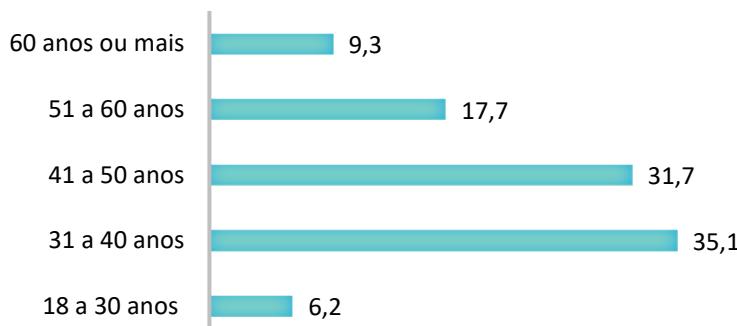
O MD submete, anualmente, suas demandas de concursos públicos ao órgão central de pessoal. O quadro a seguir relaciona as solicitações do MD nos últimos três anos, e a quantidade autorizada no período.

No caso dos militares, o provimento de cargos é realizado por solicitação às Forças Singulares, com base nas necessidades e considerando as tabelas de Lotação (da Marinha e da Aeronáutica) e o Quadro de Cargos Previstos do Exército.

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES CIVIS POR FAIXA ETÁRIA

Cerca de 66,8% da força de trabalho civil do MD tem entre 30 e 50 anos, em razão, principalmente, do efetivo de pessoal mais jovem que ingressou no HFA em virtude de concurso realizado em 2015; dos requisitados militares; e dos servidores sem vínculo.

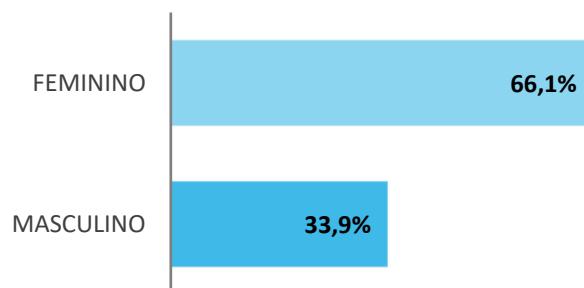
FAIXA ETÁRIA DOS SERVIDORES (%)



Fonte: SEPESD-MD

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL POR SEXO

FORÇA DE TRABALHO CIVIL POR SEXO



Fonte: SEPESD-MD

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Em face da inexistência de quadro próprio de pessoal, o MD supre sua demanda principalmente por meio da requisição de servidores públicos concursados de diversas carreiras e de militares das três Forças Armadas. Tanto em relação aos servidores civis, quanto aos militares, é exigido currículo acadêmico e profissional compatível com o cargo a ser ocupado.

O HFA, a ESG e o Censipam, quando autorizados pelo Ministério da Economia, realizam concursos públicos para recompor parte de seus quadros funcionais. Outra alternativa que vem sendo utilizada é a movimentação para compor a força de trabalho, com base no §7º do art. 93 da Lei nº 8.112/90, quando servidores de outros órgãos são autorizados a terem exercício no MD.

Em face da inexistência de quadro próprio de pessoal completo, o Censipam supre sua demanda, especialmente, por meio da requisição de servidores públicos concursados de diversas carreiras e de militares. Tanto em relação aos servidores civis quanto aos militares é exigido currículo acadêmico e profissional compatível com o cargo a ser ocupado. Ressalta-se que o Censipam realizou um concurso público, provendo apenas 15% dos cargos redistribuídos para o Órgão. Cerca de 37,5% da força de trabalho do Censipam tem mais de 50 anos, em razão, principalmente, pelo fato de não ter ocorrido, desde 2013, o ingresso de novos servidores por intermédio de novo concurso público. Ressalta-se que aproximadamente 12% já se encontram próximos de aposentar.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÃO E MERITOCRACIA

O MD, no âmbito da administração central, aplica processo de avaliação de desempenho para os servidores do quadro de pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). A referida avaliação tem por finalidade aferir o desempenho institucional e individual, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), instituída [Lei nº 11.357, de 2006](#), impactando diretamente na remuneração dos servidores. Esse processo ocorre anualmente, propiciando ao servidor uma reflexão sobre o seu ambiente de trabalho e seu desempenho.

Dentre os diversos elementos que compõem o referido processo de avaliação de desempenho, destacam-se a vinculação entre o desempenho institucional e o individual, a avaliação por múltiplas fontes (que prevê a possibilidade de o servidor ser avaliado pela chefia imediata, por seus colegas de equipe, bem como se auto avaliar), além da obrigatoriedade da existência de uma comissão de acompanhamento da Avaliação.

A avaliação do desempenho individual considera quesitos, como: participação, assiduidade, espírito de equipe, eficiência, dentre outros. A avaliação de Desempenho dos servidores do PGPE, realizada em 2020, referente ao 10º Ciclo Avaluativo, de atividades realizadas no período de 04/12/2019 a 03/12/2020, foi aplicada ao efetivo existente na ACMD de 64 servidores. Nesse ciclo foram avaliados 63 servidores, sendo 7 (sete) deles servidores cedidos; 1 (um) servidor não foram avaliados, em conformidade com o disposto nos art. 29 e 30, inciso I, da [Portaria nº 2.532/MD, de 2011](#) (não cumprimento de 2/3 do período avaliativo, em efetivo exercício).

O Hospital das Forças Armadas (HFA) aplica o processo de avaliação de desempenho para os servidores do Quadro de Pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e do Plano de Carreiras e Cargos do HFA (PCCHFA). A avaliação tem por finalidade aferir o desempenho institucional e individual, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), instituída pela Lei nº 11.357/2006 e da Gratificação de Desempenho de Atividades Hospitalares do Hospital das Forças Armadas (GDAHFA), instituída pela Lei 11.784/2008, impactando diretamente na remuneração dos servidores. Esse processo ocorre anualmente, propiciando ao servidor uma reflexão sobre o seu ambiente de trabalho e o seu desempenho.

Dentre os diversos elementos que compõem o referido processo de avaliação de desempenho, destacam-se a vinculação entre o desempenho institucional e o individual, a avaliação de múltiplas fontes (que prevê a possibilidade de o servidor ser avaliado pela chefia imediata, por seus colegas de equipe, bem como se auto avaliar), além da obrigatoriedade da existência de uma Comissão de acompanhamento da Avaliação.

A avaliação do desempenho individual considera quesitos como: participação, assiduidade, espírito de equipe, eficiência, dentre outros. As Avaliações de Desempenho dos servidores do PGPE e do PCCHFA, realizadas em 2020, referente ao 10º Ciclo Avaluativo, de atividades realizadas no período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020, foram aplicadas a 1.262 servidores, nos termos da Portaria nº 2963/SSRT/SDPC/DRH/CMT LOG/HFA/SEPESD/SG-MD, de 05 de julho de 2019.

Dos 1.262 servidores avaliados no ciclo, 1.242 estiveram em efetivo exercício no HFA, 20 cedidos e 7 não avaliados, em conformidade com o disposto no art. 11 do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 (não cumprimento de 2/3 do período avaliativo, em efetivo exercício).

O Censipam aplica processo de avaliação de desempenho dos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia. É aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo. A referida avaliação impacta diretamente na Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GACT) dos servidores e, consequentemente, em sua remuneração. Em 2020, os 43 servidores concursados foram avaliados. Anualmente, de acordo com o interstício avaliativo de cada servidor, inicia-se o processo de progressão e promoção funcional com a participação de todos servidores, os quais são submetidos à avaliação de desempenho com o intuito de promover o desenvolvimento funcional dentro da carreira, conforme critérios determinados na Instrução Normativa nº 3/Censipam/MD, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2014.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Em 2020, 48 servidores concluíram o estágio probatório, enquanto 43, ainda seguem no período de estágio.

| UNIDADE | CONCLUÍRAM O ESTÁGIO PROBATÓRIO | SEGUEM EM ESTÁGIO PROBATÓRIO |
|----------|------------------------------------|---------------------------------|
| CENSIPAM | 0 | 0 |

| | | |
|--------------|-----------|-----------|
| ESG | 0 | 15 |
| HFA | 3 | 4 |
| ACMD | 0 | 0 |
| TOTAL | 27 | 22 |

Fonte: Informações encaminhadas pelo DEADI, Censipam, ESG e HFA, posição dez-2020

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A política nacional para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (conforme Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, vigente até 27 de agosto de 2019, revogado pelo Decreto 9.991, de 28 de agosto de 2019) visa à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público (e do militar); adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, e está orientada para o alcance do Objetivo Estratégico “Investir continuamente nos recursos humanos, visando ao incremento de competências e à qualificação, em prol do alcance das metas institucionais”, do Plano Estratégico da Secretaria-Geral do MD, estabelecido para o período de 2017 a 2019.

| UNIDADE | CURSOS | CAPACITADOS | HORAS-AULA | CUSTO |
|----------|--------|-------------|------------|---------------|
| MD | 62 | 125 | 3.780 | R\$ 97.699,00 |
| CENSIPAM | 30 | 384 | 612 | R\$ 53.067,09 |
| HFA | 203 | 895 | 28.809 | R\$ 42.115,15 |
| ESG | 8 | 6 | 143 | R\$ 17.070,00 |

Fonte: informações CODEP-DEADI, Censipam, ESG e HFA

AÇÕES DETALHADAS DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

| UNIDADE | TIPO | CURSOS | CAPACITADOS | HORAS-AULA | CUSTO (R\$ 1,00) |
|----------|---------------------|------------|--------------|---------------|-------------------|
| MD | Eventos sem ônus | 33 | 68 | 1.356 | - |
| | Eventos com ônus | 29 | 57 | 2.424 | 97.699,00 |
| | Licença Capacitação | 0 | 0 | 0 | - |
| | Total | 62 | 125 | 3.780 | 97.699,00 |
| CENSIPAM | Eventos sem ônus | | | | |
| | Eventos com ônus | | | | |
| | Licença Capacitação | 1 | 1 | 410 | |
| | Total | 1 | 1 | 410 | - |
| HFA | Eventos sem ônus | 133 | 800 | 20.161 | - |
| | Eventos com ônus | 6 | 42 | 58 | 42.115,15 |
| | Licença Capacitação | 64 | 59 | 8.590 | - |
| | Total | 425 | 2.319 | 37.227 | 417.579,65 |
| ESG | Eventos sem ônus | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Eventos com ônus | 3 | 3 | 178 | 5.914,92 |
| | Licença Capacitação | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Total | 3 | 3 | 178 | 5.914,92 |

PAPEL DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE DEFESA

Cabe destacar o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) de Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, com a missão de desenvolver atividades acadêmicas nos campos da produção e da disseminação de conhecimento e preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento nos níveis político e estratégico relacionados à Defesa e às interações deste campo com aspectos atinentes à Segurança e ao Desenvolvimento Nacionais.

A ESG oferece diferentes qualificações na área de defesa, tais como o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), o Curso Superior de Defesa (CSD), o Curso de Pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa (CPGSID) – mestrado, o Curso de Altos Estudos de Defesa (CAED), o Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA), o Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE), o Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), o Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN), o Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLOD), o Curso de Análise de Crise Internacional (CACI) e o Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD).

Em 2020 foram ministrados 10 (dez) cursos regulares, incluindo o curso de pós-graduação em Segurança Internacional e Defesa (mestrado). Devido às restrições decorrentes da pandemia, três cursos foram cancelados. No entanto, houve a oportunidade de readequar o planejamento para que outros quatro cursos pudessem ser realizados, com o auxílio de ferramentas de videoconferência. Os diferentes cursos ministrados estão relacionados com a Defesa, Segurança e Desenvolvimento, contribuindo para a formação continuada de 697 civis e militares, do Brasil e de Nações Amigas.

Além desses cursos, foram realizados diversos eventos acadêmicos (seminários, ciclos de estudo, intercâmbios, exercícios, palestras, colóquios e reuniões), alcançando participantes oriundos de diferentes esferas de atuação na sociedade brasileira. Essas atividades constituem-se em oportunidade ímpar de intercâmbio entre pesquisadores, docentes e estagiários dos cursos da ESG e discentes das escolas congêneres e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais, bem como membros da Sociedade Brasileira em geral, produzindo reflexos positivos na disseminação e no aumento do interesse por temas da defesa, por parte de diferentes setores da sociedade, e, consequentemente, no maior envolvimento de integrantes dos setores governamental, industrial e acadêmico voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação, quanto à importância dos assuntos de Defesa para o país.



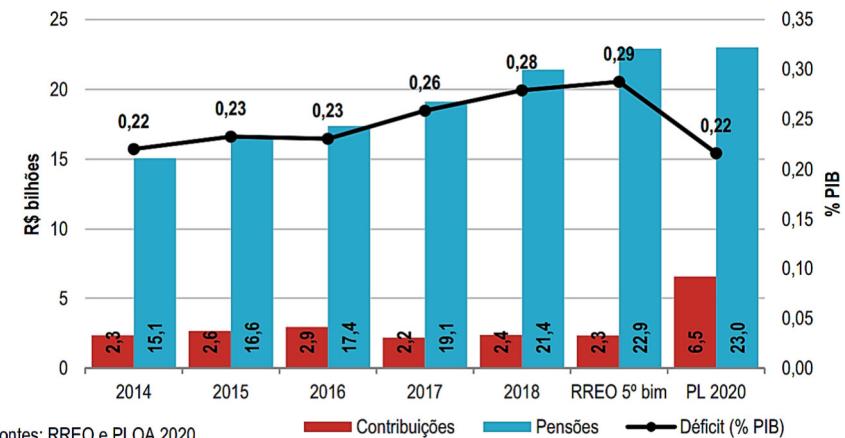
DESAFIOS

- Renovar a força de trabalho dos servidores estatutários (concursos públicos);
- Buscar alternativas ao concurso público:
 - aproveitamento de servidores de órgãos em extinção e de ex-territórios;
 - terceirização;
 - redistribuição de cargos para o MD;
 - contratação temporária;
- Incrementar as ações de capacitação; e
- Buscar a aprovação da carreira especializada de Defesa.
- aproveitamento de servidores de outros órgãos (SEPESD)
- terceirização dentro dos parâmetros legais (SEPESD)
- Renovar a força de trabalho dos servidores estatutários (concursos públicos);
- Buscar autorização para concurso público para provimento de cargos da Carreira de C&T.
- Aproveitamento de servidores de órgãos em extinção e de ex-territórios; Terceirização; Redistribuição de cargos para o Censipam;
- Contratação temporária;
- Incrementar as ações de capacitação.

SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

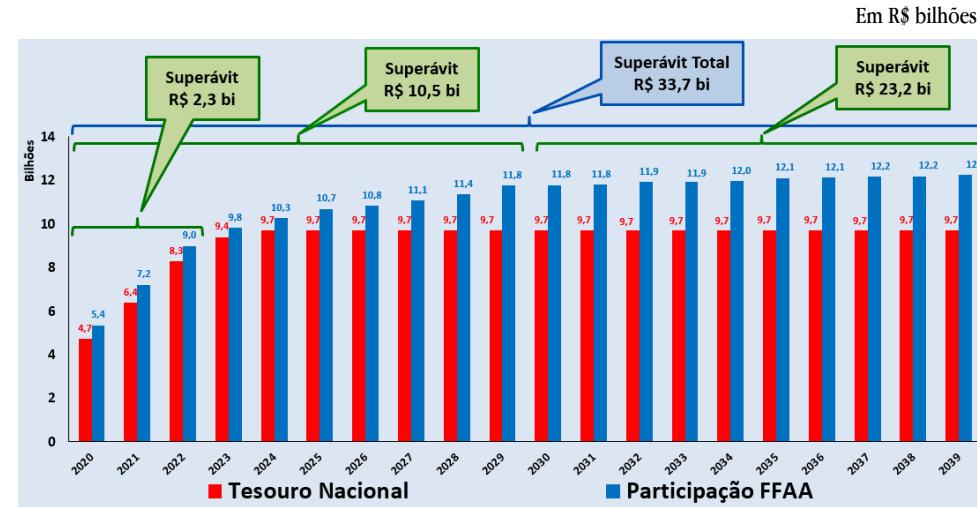
Em 2020, iniciaram-se os primeiros efeitos da Reforma do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA³), promovida pela Lei Ordinária 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Todos os militares e pensionistas que não contribuíam para a pensão militar passaram a fazê-lo e a alíquota foi majorada em 2%, passando de 7,5% para 9,5% da remuneração bruta. Ademais, foi dado continuidade no planejamento de redução dos efetivos e substituição de militares de carreira por temporários em tarefas pertinentes. Em complemento, o tempo de serviço mínimo necessário para a transferência para a inatividade foi aumentado de 30 para 35 anos, implementado de acordo com a regra de transição prevista para os militares incorporados em período anterior à referida Lei. Os impactos positivos das medidas implementadas com relação às pensões militares podem ser observados no gráfico ao lado, extraído do parecer preliminar sobre o Projeto de Lei nº 22/2019, do Congresso Nacional (PLOA 2020):

No mês de janeiro de 2020, além das medidas de controle fiscal citadas, os militares passaram a receber o adicional de compensação por disponibilidade militar, que tem como objetivo compensar as peculiaridades militares referentes à sua dedicação exclusiva e sua disponibilidade permanente ao serviço. Outrossim, em julho do mesmo ano entrou em vigor a primeira parcela da elevação do adicional de habilitação, que visa valorizar o desenvolvimento profissional do militar ao longo da carreira. A elevação total determinada pelo legislador para esse adicional foi dividida em quatro parcelas até 2023, garantindo um total de economias gerado ano a ano superior aos impactos previstos. Dessa forma, o resultado apurado entre economias e impactos foi estimado em R\$ 700 milhões em 2020. O gráfico abaixo sintetiza os efeitos esperados pela entrada em vigor da Lei nº 13.954/2019.



Fontes: RREO e PLOA 2020.

Obs.: Não inclui o FCDF.



Fonte SEORI/MD

³ O SPSMFA é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações, permanentes e interativas, de remuneração, pensão, saúde e assistência, que visa assegurar o amparo e a dignidade aos militares das FFAA e aos seus dependentes, haja vista as peculiaridades da profissão militar.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Além das normas estruturantes (artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 101/2000, Lei 4.320/64; Lei 8.429/92; Decreto-Lei nº 9.760/46; Decreto-Lei nº 200/67; Decreto nº 980/93; Decreto nº 9.373/2018); o MD orienta a gestão patrimonial e de infraestrutura de acordo com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/88; e na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, Instrução Normativa 05/2017 e Instrução Normativa ME 40/2020 e na Orientação Normativa nº 03/DEADI, de 29/09/2004. Além disso, os atos de gestão patrimonial e de infraestrutura implementados no âmbito do MD, do Censipam, do HFA e da ESG guardam conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93) e com o Decreto nº 7.983/2013. Além disso, os atos de gestão patrimonial do Censipam seguem Manual de Procedimentos Administrativos Patrimoniais, de 11/02/2010.

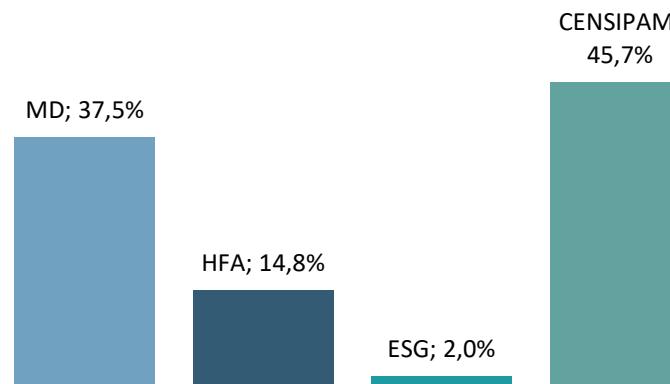
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL (INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS)

O MD investiu R\$ 50,1 milhões em infraestrutura e equipamentos



TOTAL: 157 demandas de investimento:
R\$ 32,0 milhões em Infraestrutura
R\$ 18,1 milhões em equipamentos

INVESTIMENTO DE CAPITAL: INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS



Fonte: DESEG/MD

| INVESTIMENTOS DE CAPITAL EM 2020 (R\$ milhões) | | | |
|--|--------------|----------------|--------------|
| MODALIDADE | EQUIPAMENTOS | INFRAESTRUTURA | TOTAL |
| MD | 733.193,49 | 11.114.737,75 | - |
| | 2 demandas | 2.877 demandas | |
| CENSIPAM | 4.684.663,69 | 4.072.256,12 | 8.756.919,81 |
| | 10 demandas | 8 demandas | |
| ESG | - | - | - |
| HFA | - | - | - |

Fonte: Censipam

PRINCIPAIS RESULTADOS

- MD: Realização da revitalização do 5º pavimento da sede - Bloco Q, com a modernização e padronização das instalações; Aquisição de novas persianas e condicionadores de ar inverter para o 5º pavimento da sede - Bloco Q; Readequação do escritório avançado do Ministro da Defesa a ESG-Rio; Revitalização das Escadas do Bloco Q; Revitalização de 54 Próprios Nacionais Residenciais; Realização permanente de manutenção predial preventiva e corretiva na ACMD; Realização permanente de manutenção dos Próprios Nacionais Residenciais sob a responsabilidade do MD; Realização permanente de manutenção nos sistemas de refrigeração, elevadores, cabeamento estruturado e no-breaks do MD; Contratação dos serviços de engenharia para a realização da revitalização do 9º pavimento do MD - Bloco Q; Aquisição de divisórias para a revitalização e padronização das instalações da ACMD; e Aquisição de divisórias de acrílico para instalação nas mesas dos ranchos do MD, com o objetivo de adequar as instalações para evitar a disseminação do COVID-19.
- Censipam: Manutenção de infraestrutura predial e a renovação de equipamentos contribui para o bom funcionamento dos quatro Centros, localizados em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém;
- HFA: Manutenção e reforma de Próprios Nacionais Residenciais; Término da reforma da Unidade de Tratamento Intensivo e da reforma da Central de Material de Esterilização; Modernização do Pronto Atendimento Médico; Reforma da Oncologia; Construção de estacionamento com 556 vagas; Aquisição de aparelhos e equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

O Ministério da Defesa realizou, em 2020, o desfazimento de bens móveis, entre transferências, doações e baixas. Dentre os bens móveis desfeitos, destacam-se equipamentos de comunicação, informática e veículos.. Em novembro de 2019, foi realizado o Leilão nº 001/2019- BCMS, NUP 64619.001969/2019-31, no qual foram arrematadas quatro viaturas pertencentes ao patrimônio da ESG. Além disso, no âmbito do HFA, foi realizado o desfazimento de 1.411 bens móveis, no valor total de R\$ 2.257.028,82. O MD realizou 6 processos de desfazimento de ativos, beneficiando 3 entidade benficiante e 10 órgãos públicos. Ao todo houve o desfazimento de 2.234 bens móveis. Os ativos desfeitos totalizou R\$ 3.206.976,72.

O Censipam realizou em 2020, 05 processos de desfazimento de bens móveis, entre doação, transferência e baixa administrativa totalizando o valor R\$ 1.080.072,48. Dentre os bens móveis desfeitos, destacam-se equipamentos de informática, comunicação, eletrônicos e mobiliários. Ao todo houve o desfazimento 391 ativos. Dentre as beneficiárias estão uma entidade benficiante e cinco órgãos públicos.

Os desfazimentos de bens ocorreram em conformidade com as orientações do Decreto nº 9.373/2018, e da Orientação Normativa nº 03/DEADI/2004, a qual disciplina os procedimentos para gestão do patrimônio e do almoxarifado do Ministério da Defesa, e a Nº 100/DA/ESG/2017, e dos Procedimentos Patrimoniais do Censipam.

Processos de desfazimento de ativos: 183

Os ativos desfeitos totalizaram: R\$ 14,619 milhões

GESTÃO PATRIMONIAL

Quanto à gestão patrimonial, em 2020, a administração central do Ministério da Defesa (ACMD) intermediou junto a Secretaria do Patrimônio da União no Distrito Federal a cessão de parte do espaço da antiga Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF para a ESG, vislumbra-se nessa empreitada uma oportunidade de melhorar as condições de operações da ESG, pois ocupava uma área de 856 m² de maneira precária no Anexo do Bloco O, na Esplanada dos Ministérios. Entretanto, tal edifício tinha e tem natureza essencialmente de escritório que não condiz com as necessidades inerentes a uma Escola de Governo como a ESG.

Nesse contexto, após a cessão em comento, a ESG passou a ocupar uma área, com vocação inerente à realização de cursos voltados à formação, à especialização, à extensão, ao aperfeiçoamento e execução de programas de pós-graduação, em assuntos de interesse da defesa, formando 350 pessoas por ano. Isso levou a ganhos representativos, em termos de custo de oportunidade para o Governo Federal, uma vez que a ESG Brasília não precisará despender de recursos públicos para o pagamento de aluguel e a SPU não mais terá que arcar com despesas relacionadas a administração do imóvel. Em outra vertente, tão importante quanto, foram envidados esforços para que ACMD conseguisse manter e colocar à disposição de militares e servidores inscritos em fila de espera aproximadamente 90 (noventa) apartamentos funcionais recebidos por esta Administração por ocasião de Protocolos firmados junto à Secretaria de Patrimônio da União no Distrito Federal (60585.000224/2017-76 / 60585.002635/2018-87).

Outra ação de extrema importância, tem sido a manutenção de outros 2 (dois) acordos firmados junto ao Exército Brasileiro e junto a Marinha do Brasil para a cessão da responsabilidade de 30 (trinta) imóveis funcionais localizados em Taguatinga Sul.

Em 2020, o Censipam deu prosseguimento às ações para solucionar as pendências existentes junto à extinta Comissão do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM). A Comissão mista de servidores do Censipam e do Comando da Aeronáutica, continua trabalhando a fim de regularizar pendências referentes às transferências patrimoniais. No que se refere as áreas dos imóveis onde se encontram instalados os Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, servidor continua designado para finalizar as tratativas junto às Gerências Regionais do Patrimônio da União-GRPU, visando a regularização patrimonial no sistema SPIUNet.

REDUÇÃO DE DESPESAS CONDOMINIAIS

Em 2020, o Ministério da Defesa, com a ações adotadas e mantidas, otimizou utilização de gastos públicos com a administração de imóveis funcionais, com isso, deixou de pagar, em média, R\$ 310.557,06 (trezentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e seis centavos) com taxas ordinárias de condomínios e R\$ 12.562,97 (doze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos), com taxas diversas (CEB, CAESB e TLP), por conta das reformas que possibilitaram a oferta de imóveis funcionais recebidos da SPU/DF. Ainda nessa linha, deixou de pagar R\$ 180.468,00 (cento e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais) de taxas ordinárias em Taguatinga Sul por conta dos Acordos firmados junto às forças.

O valor descentralizado para cobertura das despesas condominiais anuais do Censipam, referente ao condomínio junto à Administradora do complexo condominial foi de R\$ 760,1 mil em 2019 para R\$ 597,7 mil em 2020. As despesas foram reduzidas em virtude da repactuação dos contratos.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Finalizar os recebimentos das transferências patrimoniais ainda pendentes oriundos do antigo projeto SIVAM, atualmente a cargo do DECEA e Comissão Mista Censipam/DECEA;
- Efetuar a regularização patrimonial das áreas dos imóveis dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, junto às Gerências Regionais do Patrimônio da União-GRPU;
- Manter o controle da gestão de bens patrimoniais do CCG e dos demais 3 (três) Centros Regionais, em face do limitado quadro de pessoal;
- Modernizar as instalações físicas e renovar o patrimônio mobiliário do Censipam;
- Manter o processo de modernização das instalações físicas e renovar o patrimônio mobiliário do MD, com padronização, aperfeiçoamento e agilidade dos processos envolvidos;
- Capacitar o pessoal envolvido tanto no aspecto tecnológico quanto no que diz respeito à legislação vigente;
- Diminuir o gasto com recursos materiais consumíveis;
- Realizar leitura eficaz dos ambientes interno e externo ao HFA, e então realinhar adequadamente estrutura, processos e pessoas em função de um novo posicionamento pretendido.

AÇÕES FUTURAS

- Prosseguir com o processo de revitalização de 90% da infraestrutura predial da ACMD até 2023, buscando a modernização das instalações físicas e a renovação do patrimônio imobiliário do MD, prezando pela padronização dos ambientes e pelo conforto dos servidores, militares e colaboradores do Ministério da Defesa. Manter a tempestividade no atendimento e o elevado padrão dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva na ACMD.
- Prosseguir com o recebimento e a regularização patrimonial dos bens móveis e imóveis da época da criação do Comando da Aeronáutica utilizados pelo Censipam;
- Efetuar o desfazimento dos bens móveis pendentes de recebimento, após a incorporação e regularização dos registros patrimoniais e contábeis;
- Revitalizar 90% da infraestrutura predial até 2025;
- Prosseguir na modernização de ambientes e áreas sob a administração do HFA, buscando eliminar os desperdícios, adequar-se às normas preconizadas pelos órgãos governamentais e racionalizar o emprego de recursos;
- Efetuar gestões visando à elevação do volume de recursos orçamentários destinados a investimento, considerando a ampliação das atividades de ensino e pesquisa do HFA;
- Efetuar gestões visando à elevação do volume de recursos orçamentários destinados a investimento, considerando a ampliação das atividades de ensino e pesquisa da ESG.

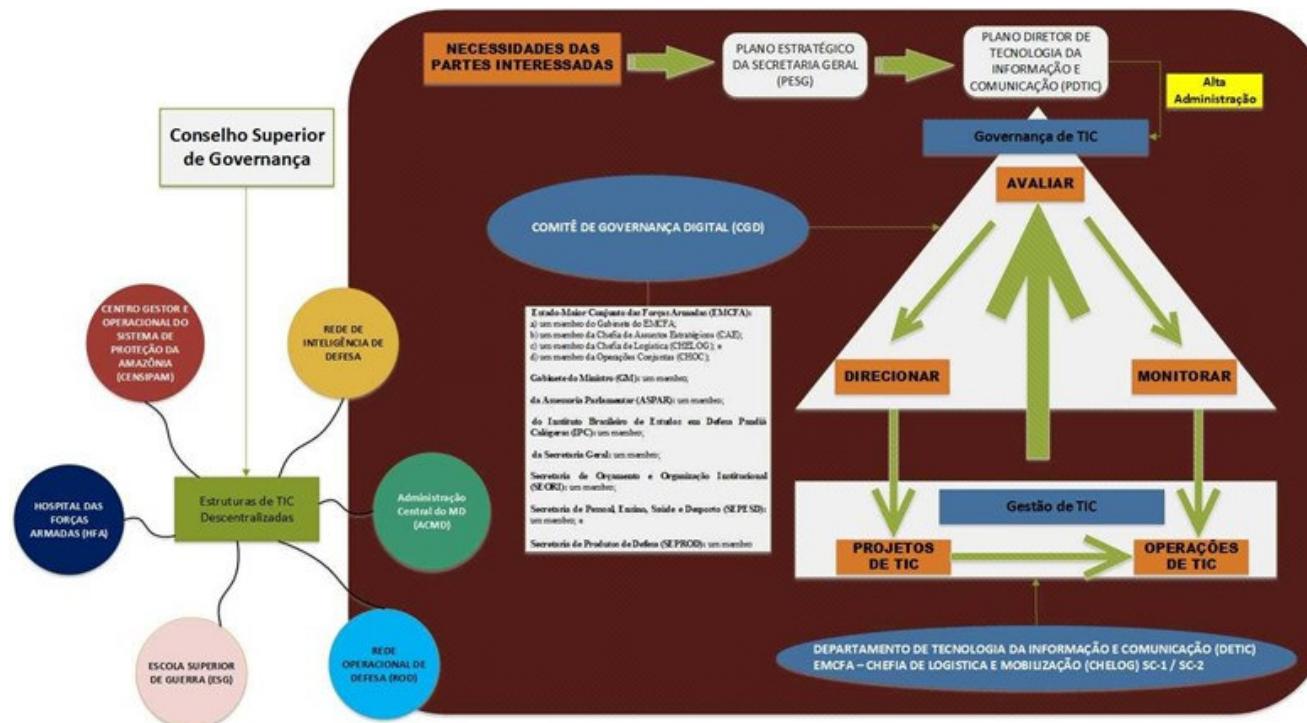
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão de Tecnologia da Informação do Ministério da Defesa aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, tais como: Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 7.845, de 14 de Novembro de 2012; Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; Decreto nº 9.637, de 26 de Dezembro de 2018; a Portaria MP/STI nº 20, de 14 de junho de 2016; Portaria SGD nº 778, de 4 de abril de 2019; Portaria Normativa nº 2/GM-MD, de 3 de Janeiro de 2019; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Instrução Normativa nº 1 SGD/ME, de 4 de Abril de 2019; e Instrução Normativa nº 1 SG/ME, de 10 de Janeiro de 2019. Além disso, são observados os normativos e padrões de Segurança da Informação editados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O Modelo de Governança de TIC do MD é dimensionado a partir das seis diferentes áreas do órgão: o MD; a Rede Operacional do EMCFA; a Rede de Inteligência do EMCFA; a ESG; o HFA e o Censipam. Importante esclarecer que ao ACMD, o EMCFA, a ESG, o HFA e o Censipam possuem estruturas próprias de governança de TIC e estruturas tecnológicas tecnicamente independentes



Fonte DETIC/MD

| ÓRGÃO | GOVERNANÇA |
|-------|---|
| MD | O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do MD, para o período 2020-2023, foi instituído pela Portaria Ministerial nº 70/GM/MD/2020 e tem por objetivo geral definir as ações operacionais para o emprego efetivo dos meios e dos serviços de TIC, constituindo-se em importante ferramenta para a governança, a gestão e o monitoramento das demandas e aquisições de TIC. |

O Plano de Dados Abertos do MD, para o período 2020-2022, documento que atualiza os parâmetros de implementação da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal no âmbito do órgão, detalhando e orientando as ações para manutenção do catálogo de bases de dados atuais, disponibilizadas à sociedade sob a forma de dados abertos, foi aprovado pela Instrução Normativa nº 04/SEORI/SG-MD/2020.

No âmbito do MD o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTINC foi extinto em 2019, não sendo recriado no ano de 2020, devido à reestruturação em curso e à consequente criação de novas estruturas administrativas, as quais deverão propor os seus respectivos representantes no Comitê a ser reconstituído. A proposta de recriação do Comitê de Governança Digital – CGD foi aprovada pela Portaria Normativa N° 54/GM-MD, de 29 de junho de 2020, devendo os seus membros serem designados pelas áreas administrativas de interesse, podendo ser formalizada ainda em 2021. Em seguida, será como primeiro ato, deverá ser elaborada proposta de seu regimento interno, a ser homologada por ocasião de sua primeira reunião. A governança e a gestão das ações previstas em Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) foi realizada com o acompanhamento e o monitoramento do Portfólio de TIC, a partir da Gerência de Governança de TI do DETIC. Foram encaminhadas às áreas de TIC, o Relatório de Acompanhamento de Ações do PDTIC – RA-PDTIC, instrumento introduzido há algum tempo e, por isso, culturalmente aceito na instituição, difundido e usado para as revisões periódicas do PDTIC.

| | |
|-----------------|--|
| Censipam | No Censipam, a principal instância é o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) que elabora e aprova políticas relativas à TIC, estabelecida pelo PDTIC, estabelece mecanismos para a comunicação e institucionalização, e monitora e avalia sistematicamente estas políticas. O Modelo de governança do Censipam possui vários componentes, merecendo destaque: elaboração do PDTIC; elaboração do mapeamento de gestão de riscos nos processos de contratações; definição de indicadores de desempenho de TIC; avaliação de investimentos e alocação de recursos de TIC; execução de projetos, serviços e inovações de TIC; elaboração de políticas relativas à TIC, estabelecidas no PDTIC; estabelecimento de mecanismos para a comunicação e institucionalização; e monitoramento e avaliação sistemática das políticas relativas à TIC. |
| HFA | O Modelo de Governança de TIC do HFA segue modelo semelhante ao do MD. A Orientação Normativa Nº 06/Cmt Log-HFA, 07 de Outubro de 2019, que dispõe sobre a implantação da Política de Governança Digital no âmbito do HFA, instituiu o Comitê de Governança Digital com a finalidade de deliberar sobre os assuntos relativos à Governança Digital, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) inicia os processos e realiza o acompanhamento das ações previstas no PDTIC e apresenta os resultados nas reuniões do Comitê de Governança Digital (CGD), que é acionado conforme a necessidade do Hospital. |
| ESG | O Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), é o responsável pela condução das tarefas relacionadas à Governança e à Gestão de TIC na ESG, sendo o órgão integrante dos seguintes Comitês: <ul style="list-style-type: none"> - Comitê Diretivo da Tecnologia da Informação; - Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação. A ESG não tem contrato firmado com terceiros na área de desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação, buscando atender suas necessidades fazendo uso de sistemas gratuitos e empregando sua equipe de TIC para o desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos da organização. |

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

NO ÂMBITO DO MD (R\$ MILHÃO)

| GRUPO DE DESPESA | MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI | | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|------|------|-----------|------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | EMPENHADO | PAGO | EMPENHADO | PAGO |
| INVESTIMENTO | 1,4 | 1,3 | 0,37 | 0,37 | 0,37 | 6,0 ⁴ | 4,6 ⁵ |
| CUSTEIO | 4,8 | 4,8 | 5,4 | 5,3 | 5,3 | 5,0 | 2,5 |

⁴ Em 2020 foi previsto o recebimento ordinário de R\$ 8,1 milhões e o recebimento extra de R\$ 2,9 milhões, tendo então como resultado alcançado a execução de 99,45% do orçamento destinado à área de TIC.

⁵ Os valores que ainda não foram pagos, não ocorreram ainda pelo fato de os produtos específicos estarem ainda em fase de recebimento no ano de 2021.

| | | | | | | |
|-------|-----|-----|-----|-----|------|-----|
| TOTAL | 6,2 | 6,1 | 5,8 | 5,7 | 11,0 | 7,1 |
|-------|-----|-----|-----|-----|------|-----|

Fonte: SIAFI Gerencial

Os recursos aplicados no exercício financeiro de 2020 foram distribuídos segundo as seguintes categorias: Aquisição de equipamentos de TIC (53,10%), Locação de Software (17,49%), Manutenção e Sustentação de Software (11,73%), Serviços de Telecomunicação (6,97%), Serviços Técnicos de Profissionais de TIC (5,42%) e Comunicação de Dados e Redes (5,30%).

NO ÂMBITO DO CENSIPAM (R\$ MILHÃO)

| TIPO DE DESPESA | VALOR | ARGUMENTAÇÃO |
|--|-------|--|
| Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores | 10,8 | A quantia foi destinada, dentre outros gastos, a prover despesas contratuais com internet, telefonia, imagens satelitais, e transporte de dados. Desse montante, cabe ressaltar os gastos contratuais com a empresa CLARO S.A. (STAR ONE), para cessão de capacidade espacial para promover serviços de comunicação digital via satélite, no valor de R\$ 6.836.675,97 |

Fonte: Censipam

NO ÂMBITO DO HFA (R\$ MILHÃO)

| GRUPO DE DESPESA | MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|------|-----------|------|-----------|------|
| | 2018 | | 2019 | | 2020 | |
| | EMPENHADO | PAGO | EMPENHADO | PAGO | EMPENHADO | PAGO |
| INVESTIMENTO | 1,64 | 1,64 | 1,00 | 1,00 | 3,9 | 3,2 |
| CUSTEIO | 1,66 | 1,66 | 1,65 | 1,65 | 1,6 | 1,6 |
| TOTAL | 3,30 | 3,30 | 2,65 | 2,65 | 5,5 | 4,8 |

Fonte: HFA

Os recursos aplicados no exercício financeiro de 2020 foram utilizados para aquisição de computadores, notebooks, solução de armazenamento (storage), material de consumo TIC, serviços continuados de impressão (outsourcing), manutenção e suporte técnico do sistema de gestão hospitalar e link de acesso infovia.

NO ÂMBITO DA ESG

| GRUPO DE DESPESA | MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|------|-----------|------|-----------|------|
| | 2018 | | 2019 | | 2020 | |
| | EMPENHADO | PAGO | EMPENHADO | PAGO | EMPENHADO | PAGO |
| INVESTIMENTO | - | | | | 0,46 | 0,22 |
| CUSTEIO | | | | | 0,67 | 0,19 |
| TOTAL | | | | | 1,13 | 0,41 |

Fonte: ESG

Os recursos aplicados no exercício financeiro de 2020 foram utilizados para a modernização da infraestrutura da Rede local, modernização do parque tecnológico e aquisição de licenças de plataformas para Web Conferência.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC

| OBJETO | CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM 2020 (R\$ MILHÃO) | | | |
|---|---|----------|-----|-------|
| | MD | CENSIPAM | HFA | ESG |
| Aquisição de computadores e monitores | 1,415 | | 2,7 | 0,37 |
| Aquisição de solução para infraestrutura de rede e solução de hiperconvergência | 5,083 | | 1,7 | 0,007 |
| Licenças de softwares - Firewall (Aquisição ou Renovação) | 0,502 | | - | - |

| | | | |
|---|-------|------|-------|
| Licenças de softwares - Antivirus (Aquisição ou Renovação) | 0,400 | - | 0,11 |
| Licenças de softwares - Microsoft (Aquisição ou Renovação) | 2,115 | - | - |
| Licenças de softwares - Banco de Dados (Aquisição ou Renovação) | 0,297 | - | - |
| Licenças de softwares - Outras (Aquisição ou Renovação) | 0,114 | - | 0,011 |
| Telecomunicações | 0,606 | 0,1 | 0,016 |
| Telefonia | 0,452 | - | 0,1 |
| Solução de rede sem fio (Wi-Fi) | 0,109 | - | - |
| Outsourcing de impressão | - | 0,6 | - |
| Locação de Copiadoras | - | - | 0,46 |
| Serviços de digitalização | - | 0,45 | - |
| Solução de hardware e software, switch, com serviços de instalação e configuração de nós e de cluster | - | - | 0,001 |

Fonte: MD, Censipam, HFA e ESG

PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) E RESULTADOS DE TIC NO ÂMBITO DO MD

A gestão da tecnologia da informação está vinculada aos objetivos estratégicos “Aprimorar a difusão de informação e dos serviços afetos à atuação do MD” e “Disponibilizar recursos de tecnologia da informação e comunicações, nas formas adequadas e nas quantidades necessárias para garantir a agilidade e a produtividade do MD. Em 2020, as principais iniciativas e resultados que contribuíram para o alcance dos objetivos estratégicos foram:

| PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS) | PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS) |
|--|--|
| Elaboração, publicação e execução do Plano Defesa Digital. | Serviços digitais entregues à sociedade, portal institucional do MD migrado para o GOV.BR, aplicativos de defesa disponibilizados nas lojas de governo. (Manutenção de serviços públicos digitais: Alistamento Militar online, Sistema de Aerolevantamentos e Boletins Climáticos da região Amazônica. Disponibilização do serviço de Exercício de Apresentação da Reserva no portal). |
| Celebração do Termo de Execução Descentralizada nº 2865652/2020 para serviços de comunicação e colaboração avançadas para unidades do Ministério da Defesa em conjunto com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. | As gestões para a execução e a renovação do TED com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) e a RNP foram realizadas sob a supervisão da GEGOVTI, desde janeiro de 2020, sendo elaborados o PLANO DE TRABALHO - PT N° 10/ 2020 – COPEC e seus respectivos artefatos. |
| Implementação de Firewall de aplicação web na rede administrativa do MD. | Melhorias na segurança de Tecnologia da Informação no MD, com um firewall de aplicação WEB open source nas aplicações, portais de conteúdo e Hot-Sites publicados no domínio defesa.gov.br. |
| Atualização dos sistemas de acesso remoto em produção na rede de dados administrativa | Foram atualizadas licenças do software de acesso remoto que se encontravam em produção na rede interna da ACMD e adquiridas novas licenças do software com vistas à viabilização do trabalho remoto para os servidores da ACMD. |
| Manutenção do Funcionamento da Instalação Técnica Secundária da AC Defesa | A Instalação Técnica Secundária da AC Defesa no MD (ITS-Defesa) no ano de 2020 formou novos Agentes de Registro Remoto (ARR) para emissão de certificados digitais. |
| Implantação plena de ferramenta para atendimento e suporte ao | Adoção da ferramenta ITSM para apoiar o gerenciamento das demandas de serviços de TIC. A ferramenta |

usuário para chamados de TIC com a campanha TI AJUDO.

initialmente foi disponibilizada no âmbito do DETIC e alguns setores específicos, para efeito de teste. Atualmente toda a ACMD utiliza a ferramenta, e é possível abrir chamados de TI de maneira online pela intranet do MD.

Planejamento e execução de ações para prover solução que sustente a operação dos Centros de Processamentos de Dados.

Os servidores e storages foram substituídos por equipamentos hiperconvergentes, conforme contrato nº 301/CAE DTI/2020.

Provimento de link de dados para os diversos locais de interesse da ACMD.

Renovação de contrato com a Telebrás e renovado Acordo com a RNP para o provimento de Internet. O produto dessa ação foi a celebração de Termo de Aditivo e do Plano de Trabalho

Aquisição ou extensão de garantia de microcomputadores do tipo notebooks, desktops e monitores.

Renovação de 25% dos ativos de computação pessoal (Desktops e Notebooks) da ACMD.

Sustentação de softwares de prateleira para: sistema eletrônico de Informações , sistema de pesquisas, ensino à distância, divulgação de informações, controle de serviços de TIC e Engenharia, e controle da biblioteca

Pleno funcionamento de ferramentas já prontas desenvolvidas/adequadas para necessidades preeminentes no âmbito do MD, visando a melhoria dos processos de trabalho de cada integrante do MD.

Sustentação ou evolução dos portais do MD

Realizada a sustentação dos portais do MD e realizado o apoio técnico para os novos portais da SEPROD e COVID19.

Sustentação dos seguintes sistemas legados: Sistema de base de dados da legislação de Defesa, Controle dos representantes do MD em grupos e comitês oficiais, controle de atletas e eventos esportivos, controle de viaturas, sistema de controle dos anistiados políticos, proposta de medalhas, sistema para a elaboração de documentos estratégicos e sistemas de inscrição em cursos.

Possibilidade de que as áreas usuárias do MD possam utilizar-se de sistemas de TI com garantia plena de funcionamento, possibilitando que cada área possa executar a sua missão institucional com o apoio adequado e oportuno de TI, melhorando a qualidade dos serviços prestados no âmbito do MD.

Apoio na elaboração da solução de software para ferramenta profissional de edição de imagens, áudio e vídeo

Estudos de viabilidade técnica, com vista a identificação da melhor ferramenta de software para atender as necessidades de TIC da ASCOM

Planejamento e coordenação, em conjunto com o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), as necessidades de recursos para a sustentação e evolução do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (APOLO), em particular a inserção de funcionalidades de análise de dados e apoio à decisão.

Sistema APOLO evoluído como sistema de apoio à decisão.

Realizar o desenvolvimento do Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGEODEF) e das ferramentas de TIC da Infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa), agregando funcionalidades de análise de dados e apoio à decisão.

Sistema SisGEODEF e ferramentas de TIC evoluídos como sistema de apoio à decisão.

Aquisição de ferramentas de escritório para apoio às atividades de rotina de apoio aos processos e de Teletrabalho.

Disponibilização de ferramentas de produtividade para todos os usuários da ACMD. Modernização e adequação das ferramentas utilizadas no Centro de Processamento de Dados do Ministério da Defesa. Disponibilização de ferramentas para o trabalho remoto.

Fonte: DETIC/MD

NO ÂMBITO DO CENSIPAM

Merecem destaque os seguintes projetos:

| PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS) | PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS) |
|--|--|
| <p>Projeto de conectividade à internet em banda larga</p> | <p>O CENSIPAM, com o órgão responsável pela operação de um sistema de comunicação satelital (sistema de terminais VSAT - Very Small Aperture Terminal) e pela distribuição, ativação, manutenção e operação deste sistema, fornece terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia. Este fornecimento de conectividade à Internet é realizado em atendimento a órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, no intuito de promover a inclusão digital e a facilidade de comunicação e o acesso a políticas públicas na região. Os terminais disponibilizados apoiam comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da Justiça. Além dos pontos de internet de uso geral, o sistema também realiza a comunicação de dados de estações meteorológicas de superfície e de radares meteorológicos.</p> <p>Diante dos avanços tecnológicos, da necessidade de modernização do sistema de comunicação satelital existente, que demandaria investimento significativo, e considerando as iniciativas governamentais em curso, verificou-se ser mais vantajoso, técnica e economicamente, estabelecer uma parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, no âmbito do programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), que oferece gratuitamente conexão à internet em banda larga - por via terrestre e satélite, com o objetivo de promover a inclusão digital em todo o território brasileiro, priorizando comunidades em estado de vulnerabilidade social, em todo o Brasil. A avaliação feita demonstrou que o apoio do Censipam ao fomento do programa GSAC, de maior amplitude e já em andamento, possibilitará reduções nas necessidades de investimentos e somará esforços para a plena utilização da infraestrutura disponível, com ganhos para todos. Esta conclusão se tornou mais evidente com o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas (SGDC-1), que é explorado pela Telebrás e utilizado pelo Programa GSAC do MCTIC para a disponibilização de sinal de internet para áreas remotas do país.</p> <p>Assim, o Censipam está substituindo os pontos de internet distribuídos pela Amazônia por antenas e modems do programa Gesac, gerenciado pelo MCTIC. O Gesac utiliza o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégicas, que fornece velocidade de 10 Mbps.</p> |
| <p>Projeto Panorama</p> | <p>O Projeto Panorama, iniciado em julho de 2019, tem o objetivo de estruturar e implantar uma infraestrutura de dados espaciais para a integração de dados, informações e produtos geoespaciais do Censipam, padronizando procedimentos e fluxos de trabalho necessários para armazenar, catalogar, integrar e harmonizar os dados geoespaciais produzidos, mantidos e geridos. A intenção é facilitar a localização, exploração e acesso dos referidos dados para os mais variados fins, pelos diversos tipos de usuários.</p> |



Dentre as etapas previstas para a primeira fase do Panorama, destaca-se a definição de um plano de capacitação permanente para o pessoal envolvido na plataforma. Desta forma, poderão ser desenvolvidas as competências necessárias tanto ao corpo técnico do projeto quanto para os gestores organizacionais e usuários da plataforma.

Requisitos de alto Nível:

- Possibilitar a disponibilização de Geoinformação na Internet;
- Operacionalizar a infraestrutura de dados espaciais;
- Permitir a interoperabilidade com sistemas do MD, demais parceiros e sociedade em geral;
- Possibilitar que o sistema seja auditável;
- Prover a Segurança da Informação e Comunicações;
- Prover a integração dos sistemas, projetos e/ou produtos;
- Permitir a manutenção do acervo de dados e metadados;
- Implementar política e governança de dados;
- Possibilitar análises espaciais, não espaciais e estatísticas.

Entregas Previstas:

- Geoportal para acesso e distribuição, de forma integrada;
- Projeto de banco de dados concluído;
- Servidores de geoserviços disponíveis;
- Catálogo atualizado de metadados;
- Catálogo atualizado de sistemas;
- Plano de Governança de Dados do CENSIPAM;
- Política de acesso e uso de dados do CENSIPAM;
- Plano de Dados Abertos do CENSIPAM;
- Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do CENSIPAM;
- Plano de gestão de conhecimento da plataforma;
- Programa de capacitação permanente do pessoal envolvido.

Fonte: Censipam

NO ÂMBITO DO HFA

Merecem destaque as seguintes iniciativas e seus respectivos resultados, de 2020

| PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS) | PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS) |
|--|--|
| Aquisição de computadores | · melhoria do parque computacional e ampliação da capacidade de atendimento |
| Aquisição de solução de armazenamento | · ampliação da capacidade de armazenamento |
| Outsourcing de impressão | · renovação do parque de impressão |
| Renovação da infovia | · manutenção do acesso à internet |
| Renovação do suporte técnico do sistema de gestão hospitalar | · manter atualizado e com suporte técnico o sistema de gestão |
| Aquisição de material de consumo tic | · manutenção da infraestrutura de rede cabeada, telefonia, equipamentos conectados à rede e por consequência o bom funcionamento do software de gestão hospitalar. |

Fonte: HFA

NO ÂMBITO DA ESG

Merecem destaque as seguintes realizações:

| PRINCIPAIS INICIATIVAS NA ÁREA DE TIC (SISTEMAS E PROJETOS) | PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS) |
|--|--|
| Migração do correio eletrônico para o zimbra | Conexão criptografada, Black List e Anti-Spam resultando em aumento da segurança e confiabilidade no trânsito dos e-mails |
| Implantação do repositório digital | Compartilhamento de forma digital da produção intelectual |
| Lançamento da nova intranet | Melhorias na organização e identidade visual, facilitando a comunicação e disponibilidade de documentos ao público interno |

Fonte: ESG

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Censipam, o HFA e a ESG têm suas Políticas de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) próprias, bem como executam as ações necessárias à sua implementação.

Em um ano bastante atípico, o DETIC por intermédio do NUSIC foi extremamente demandado e, com muito esforço e dedicação de toda a sua equipe, conseguiu realizar diversas entregas relevantes durante o ano de 2020. No início do ano houve o apoio direto na atualização do Sistema SEI e na implementação da funcionalidade Smartphone APP para os usuários do sistema via Internet. Ainda, sobre o SEI, foi realizada a configuração do balanceamento de carga, visando sua alta disponibilidade, e o sistema foi disponibilizado para todos os usuários na Internet. Foram adquiridas licenças do software para acesso remoto, com vistas à viabilização do trabalho remoto para os servidores da ACMD. O sistema foi implementado e o novo serviço disponibilizado aos usuários da ACMD, com a emissão de aproximadamente 1.400 certificados digitais de acesso em um curíssimo espaço de tempo. Apoio na Implantação de ferramentas observando as boas práticas de segurança da informação para permitir a realização de reuniões remotas em apoio a alta-administração do Ministério da Defesa, incluindo soluções abertas e sigilosas. Foram elaborados dois processos para a realização de aditivos contratuais, visando apoiar a SC-1 com a aquisição de licenças adicionais das

ferramentas de segurança e com a aquisição de suporte e garantia adicional de equipamento firewall. Na sequência, foram renovados os dois contratos responsáveis pelas ferramentas de segurança em operação na rede administrativa da ACMD, conforme previsto no PDTIC. Iniciou-se a formação de novos agentes de registro remoto, para a emissão de certificados digitais na unidade de atendimento da AC-Defesa localizada no Ministério da Defesa. Outro avanço foi a publicação da Equipe de Prevenção e Tratamento de Incidentes Cibernéticos da ACMD (ETIR-ACMD), em 6 de novembro de 2020, e o início imediato das atividades de prevenção de incidentes na rede administrativa da ACMD, conforme preconiza a Instrução Normativa GSI Nº 1, de 27 de maio de 2020. Além disso, houve a instalação, configuração e disponibilização do novo sistema de Antispam e Quarentena da ACMD e a implementação de firewall de aplicação WEB open source nas aplicações, portais de conteúdo e HotSites publicados no domínio defesa.gov.br, o que gerou uma economia de recursos públicos estimada em R\$300.000,00. Houve, também, o apoio direto na implantação de equipamento balanceador de carga, baseado em software livre, materializando uma economia da ordem de R\$ 1.200.000,00. Essa solução trouxe um equilíbrio e alta disponibilidade no uso dos enlaces de internet disponíveis. Por fim, foi dada continuidade na campanha de conscientização em Segurança da Informação e Comunicações com ataques phishing controlados, mini cursos, recomendações de segurança e boletins informativos.

Os principais resultados relacionados à segurança da informação na ESG foram:

- Atualização do Firewall;
- Instalação e implantação de sistema facilitando auditoria no tráfego da rede;
- Instalação e implantação de um novo servidor de AntiSpam para o servidor de e-mail; e
- Aperfeiçoamento do serviço de IPS - Sistema de prevenção de Intrusões.



Os principais resultados relacionados à segurança da informação no HFA são:

Acordo de cooperação com Centro de Defesa Cibernética para apoio às ações de segurança da informação e mitigação de ações que visavam obter informações de pacientes do HFA.

Acordo de cooperação com Centro de Defesa Cibernética para apoio às ações de segurança da informação e mitigação de ações que visavam HFA.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Reativação do Comitê de Governança Digital – CGD, com a designação de representantes das áreas administrativas, conforme as novas estruturas administrativas;
- Aprovação do Regimento do Comitê de Governança Digital e funcionamento pleno do Comitê, com pelo menos duas reuniões anuais;
- Cumprimento das ações previstas em Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, de acordo com o orçamento disponibilizado e com a força de trabalho especializada reduzida;
- Manutenção da Política de Governança Digital, com o atendimento integral do Plano de Transformação Digital do MD e do Plano de Dados Abertos, além do atendimento ao cidadão por intermédio de questionamentos oriundos da LAI;
- Manutenção e plena operação das ferramentas e infraestrutura de TIC, possibilitando o funcionamento do Ministério em regime de Teletrabalho, sem impactar nas atividades administrativas correntes dos servidores/militares;
- Modernização da infraestrutura de apoio de TI, para adequação à evolução tecnológica e atendimento às novas demandas por serviços de TIC, apesar

Com relação à ESG:

- Dar sequência à implementação de procedimentos para melhoria do atendimento ao usuário final;
- Cumprimento do PDTIC, considerando o orçamento e a força de trabalho disponíveis;
- Plena implementação da Política de Governança Digital: Plano de Dados Abertos, Serviços Públicos digitais e atendimento ao cidadão;
- Adequação da força de trabalho de TIC;
- Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Dar continuidade aos investimentos na adequação e modernização da infraestrutura de TIC.

Com relação ao HFA

- O principal desafio para o ano de 2020, foi o planejamento e aquisição da solução de armazenamento (*storage*), considerando que a solução em produção encontrava-se sem garantia, suporte técnico e apresentando defeitos.

AÇÕES FUTURAS

- Contratação gradativa de técnicos e especialistas, para o provimento de profissionais qualificados, de acordo com as necessidades das áreas internas ao DETIC;
- Manutenção dos Planos e acordos para o pleno cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e atendimento às diretrizes da Diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- Funcionamento operativo da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais da administração central do Ministério da Defesa (ETIR-ACMD);
- Planejamento das ações resultantes da análise elaborada visando a resiliência cibernética junto aos ativos da informação no âmbito da ACMD;
- Buscar cooperação com o EMCFA para aumentar o nível de segurança aos acessos externos; e
- Início das atividades de apoio técnico em TI à Governança e à Gestão dos dados, da informação e à geração de conhecimento para o suporte às decisões.
- Estruturação de ambiente tecnológico para a Implantação de painéis gerenciais para apoio à decisão.

GESTÃO DE CUSTOS

A Gestão de Custos do Ministério da Defesa está alinhada ao Objetivo Estratégico “Fortalecer a Gestão Orçamentária”, componente do Planejamento Estratégico da Secretaria Geral do Ministério da Defesa para o triênio 2017 a 2019. O Sistema de Custos tem como objetivo proporcionar conteúdo informacional para subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente de recursos e gerar as condições para melhoria da qualidade do gasto público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101, de 4/5/2000), determinou que a Administração Pública mantenha sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, cujas competências foram detalhadas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011.

No âmbito do Ministério da Defesa, tem-se promovido a estruturação de ações e mecanismos para permitir o incremento da utilização das informações de custos no âmbito da Administração Central do Ministério (ACMD) desde 2017, com o início da implantação de Projeto Piloto na Escola Superior de Guerra (ESG). Dentre as realizações em 2020, destaca-se a atualização do código SIORG no cadastro das Unidades Gestoras da ACMD. Isso permitirá a oferta de informações mais consistentes quando da utilização da ferramenta Detacustos na elaboração de relatórios no Sistema de Informações de Custo (SIC).

O Gestão de Custos na ESG, implantada em março de 2018, tem possibilitado a apuração de custos das atividades finalísticas e de suporte, proporcionando conteúdo para subsidiar as decisões do Comando da Escola e também dos gestores no que se refere à alocação eficiente de recursos, gerando, consequentemente, condições para melhoria da qualidade do gasto. A estrutura de custos da ESG apresenta uma codificação acessível e de simples assimilação pelos setores, o que facilitou a sua implantação e registros pelos setores responsáveis. As alterações regimentais em 2020 embasaram os ajustes na codificação que visaram à correção de pequenas discrepâncias na estrutura inicialmente criada, em função da reestruturação da ESG e da necessidade de conhecimento de custos específicos..

Os relatórios gerenciais passaram a ser apresentados e acompanhados mensalmente na reunião do Comitê de Gestão, Riscos e Controles (CGRC), com participação do Comando, Subcomando, Assessorias e Administração da ESG, expondo uma visão geral das atividades que consomem recursos, permitindo, assim, que o planejamento seja analisado e, se necessário, revisado, auxiliando a tomada de decisão de forma consciente e embasada. De forma complementar, os relatórios são utilizados como apoio para a elaboração do planejamento do exercício subsequente, principalmente para validação de valores estimados.

O quadro a seguir apresenta a apuração por tipo de atividade das apropriações nos exercícios de 2018 (nos meses de março a dezembro), 2019 e 2020:

| TIPO DE ATIVIDADE | CUSTOS POR TIPO DE ATIVIDADE NA ESG | | | | | |
|-------------------|-------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|-------------|
| | 2018 (MAR A DEZ) | | 2019 | | 2020 | |
| FINALÍSTICAS | 1.518,0 | 22,0% | 2.390,0 | 25,0% | 642,2 | 8% |
| SUPORTE | 5.393,0 | 78,0% | 7.218,0 | 75,0% | 7.463,5 | 92% |
| TOTAL | 6.911,0 | 100,0% | 9.608,0 | 100,0% | 8.105,7 | 100% |

Fonte: SIAFI

Observa-se que no exercício 2020 não houve a manutenção da proporção das apropriações entre as atividades finalística e de suporte como reflexo da readequação do planejamento das atividades de ensino (e respectivos gastos) em decorrência da pandemia. Em relação aos percentuais apresentados, é importante considerar que (i) A estrutura criada permite a identificação detalhada das atividades finalísticas da Escola como cursos, pesquisa e extensão, sendo possível o registro dos custos que podem ser alocados diretamente. Nesse aspecto, cabe ainda aperfeiçoamento de alguns processos de apropriação de custo; (ii) O método de custeio aplicado aloca os custos indiretos às atividades administrativas (suporte); e (iii) O sistema não adota a sistemática de rateio.

Assim, considerando a singularidade da Escola Superior de Guerra, toda a estrutura existente de suporte é essencial para que as atividades finalísticas sejam desenvolvidas na sua plenitude, em ambiente adequado e com serviços eficazes.

No que se refere à vinculação aos Programas Governamentais, as atividades da Escola encontram amparo, em sua maior parte, na Ação 2055 – Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra, do Programa 6012 – Defesa Nacional (PPA 2020-2023); e na Ação 2000 – Administração da Unidade, do Programa 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

Em um próximo momento, com base nas análises dos custos, em especial nas históricas, e em complemento às gestões ora realizadas, será possível proporcionar melhorias nas atividades de planejamento, nos processos e no acompanhamento, à medida que se permite a visualização em tempo real do consumo de recursos pelos centros de custos estabelecidos.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

- Tornar a alocação de recursos mais eficientes; e
- Melhorar continuamente a qualidade dos gastos públicos.

AÇÕES FUTURAS

- Aprimorar o projeto-piloto de centro de custos personalizados na ESG;
- Ampliar o universo de Unidades do MD que utilizam a metodologia de centro de custos personalizados;
- Ofertar informações mais consistentes nas bases de dados dos sistemas estruturantes integrados ao SIC.
- Ofertar informações mais consistentes com base nos relatórios gerenciais e comparativos de exercícios anteriores.

GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CONFORMIDADE LEGAL

O MD, o HFA e a ESG, na realização de contratações e aquisições, observaram as diretrizes inerentes à sustentabilidade ambiental contidas nas Leis nº 6.938/1981 e 12.305/2010; nos Decretos nº 2.783/1998, 5.940/2006 e 9.178/2017, e nas Resoluções CONAMA nº 275/2001, 307/2002, 358/2005.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (KW/H)

| | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|------------|--|--|
| MD | 4.090.951 | 4.053.750  | 1.563.454  |
| CENSIPAM | 1.502.498 | 1.562.420  | 1.622.342  |
| ESG | 805.171 | 791.840  | 778.509  |
| HFA | 10.008.223 | 10.459.861  | 10.911.499  |
| TOTAL | 16.406.843 | 16.867.871  | 17.328.899  |

Fonte: Ministério da Defesa

Iniciativas adotadas para reduzir o consumo de energia elétrica

- Em 2020 foi instalado o sistema de geração de energia fotovoltaica, entrando operação em agosto/20. A energia produzida por meio do sistema instalado resultou em uma redução média de 40% da necessidade de aquisição de energia elétrica do Anexo do Ministério da Defesa. O tempo de payback do sistema está estimado em 4 a 5 anos e a vida útil em 25 anos. Substituição gradual de aparelhos de ar condicionado tipo Janela e equipamentos antigos por novos aparelhos modelo “Split inverter”. Continuação da substituição gradual para lâmpadas de LED. Realização da readequação do quadro geral de baixa tensão do bloco Q. Com esta intervenção houve uma otimização do quadro e um balanceamento entre as cargas elétricas do medidor 1 e medidor 2 da CEB. Mensalmente são realizadas vistorias e apertos dos quadros de energia e instalações elétricas das salas técnicas do bloco Q e anexo do bloco O, com o objetivo de manter a manutenção dos mesmos, evitando riscos e possíveis fugas de corrente.
- Substituição de ar-condicionado de janela por modelo splits, nas instalações do nos Blocos “Q” e “O”, da Esplanada dos Ministérios, alas norte do 6º pavimento e térreo e 3º pavimento do Bloco Q.
- Substituição de aparelhos de ar condicionado tipo Janela por modelo “SPLIT” nas instalações do HFA
- Continuação da substituição gradual para lâmpadas de LED
- A ESG realizou Ações internas de reeducação - coordenadas pela Comissão Interna de Conservação de Energia e Água - com o objetivo de reforçar e formar atitudes positivas quanto ao uso consciente de energia, especialmente luzes e ares condicionados. Orientação interna para o uso preferencial de energia nos horários “fora da ponta”.
- O HFA realizou a substituição de aparelhos de Ar por mais econômicos, substituição de lâmpadas fluorescentes por Leds.



- No final de 2019, a ESG adquiriu, por meio de processo licitatório, cinquenta (50) unidades de aparelhos de ar condicionados, que substituirão os equipamentos mais antigos, que apresentavam baixo rendimento e elevado custo de manutenção
- Com o objetivo de reduzir os gastos contratuais em faturas de energia elétrica, o Ministério da Defesa realizou a contratação de um sistema de geração de energia fotovoltaica. Tal projeto, objetiva a implementação de uma usina capaz de gerar ao menos 520 KWP, quando plenamente implantando, em 2020. Almeja-se, com tal iniciativa, uma economia monetária mensal de R\$ 30.000,00, em média, na fatura de energia elétrica. Em 2019, foi iniciada a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura do Anexo do Ministério da Defesa (Anexo do Bloco O).
- No Censipam, houve a realização de campanha e divulgação para o uso consciente da energia elétrica e a substituição por lâmpadas de LED em que o consumo é mais econômico.
- No HFA, houve o controle do uso dos condicionadores de ar, substituição dos aparelhos de Ar por mais modernos e consequentemente mais econômicos, substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.
- O “Sistema Fotovoltaico com otimizador de Potência 528 KWP”, projeto-piloto do programa de eficiência dos gastos no Ministério da Defesa (MD), começou com a instalação dos primeiros painéis solares fotovoltaicos. Ao todo, serão colocadas 1,6 mil placas. Esse sistema permitirá gerar, em média, 72.000 KWh/mês e será capaz de suprir aproximadamente 40% do consumo, o que permitirá uma economia de cerca de R\$ 500 mil por ano com energia elétrica.



CONSUMO DE ÁGUA E ESGOTO (M³)

| | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|---------|--|--|
| MD | 22.951 | 24.572 ↑ | 21.117 ↓ |
| CENSIPAM | 1.046 | 1.200 ↑ | 970 ↓ |
| ESG | 19.724 | 21.695 ↑ | 21.563 ↓ |
| HFA | 145.490 | 150.499 ↑ | 145.490 ↓ |
| TOTAL | 189.211 | 197.966 ↑ | 189.211 ↓ |

Fonte: Ministério da Defesa

Iniciativas de redução de consumo de água

- Continuação da substituição de torneiras comuns por torneiras com válvula de acionamento automático, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios, HFA (100%);
- No Censipam foi realizada campanha e divulgação para o uso consciente de água e a manutenção do sistema hidráulico para reduzir perdas.
- Instalação de Bacias sanitárias com caixa acoplada e descarga dual flux, nas instalações do nos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios;
- O HFA utiliza água proveniente de poço artesiano para abastecer a lavanderia do Hospital e para regar as áreas jardinadas no período de seca;
- O HFA realizou a Substituição de tubulações metálicas enferrujadas por tubulações de PVC, de registros e conexão, manutenção preventiva de válvulas de descarga sanitária e substituição de torneiras com sensores de presença.
- Redução das regas das áreas ajardinadas no período de seca, nas instalações dos Blocos "Q" e "O", da Esplanada dos Ministérios.
- Semanalmente são realizadas vistorias nas instalações hidráulicas dos banheiros do MD; Para promover a racionalização e redução do consumo de água no MD, ao realizar a revitalização dos andares do bloco Q todas as instalações hidráulicas dos banheiros têm sido renovadas, as bacias sanitárias providas com



válvulas de descarga de alta vazão substituídas por bacias com caixa acoplada e válvula de duplo acionamento e as torneiras convencionais substituídas por torneiras econômicas com fechamento automático.

- Verificação rotineira, por equipe apropriada, de possíveis pontos de vazamento e comunicação tempestiva com a concessionária quando necessário. Orientação interna para utilização interna de água com parcimônia. (ESG)

RESÍDUOS POLUENTES

Consumo de copos descartáveis (pct c/ 100 unidades)

| | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|--------|--|--|
| MD | 5.224 | 4.199  | 4.752  |
| CENSIPAM | 1.000 | 524  | 48  |
| ESG | 5.500 | 4.900  | 4.300  |
| HFA | 17.064 | 18.231  | 19.398  |
| TOTAL | 28.788 | 27.854  | 28.498  |

Fonte: Ministério da Defesa

Iniciativas visando a redução do consumo de copos descartáveis

- Em 2020, foi dada continuidade às ações de racionalização originadas do Projeto Esplanada Sustentável (PES), que vêm resultando em uma significativa redução do consumo e respectivos gastos relativos a consumo de copos descartáveis. Dentre elas, merece destaque a limitação do fornecimento mensal pelo número de integrantes dos setores e incentivo a trazer copo/caneca de uso pessoal.
- Realizada campanha de conscientização "adote um copo", pela ESG e pelo HFA;
- No Censipam, não está previsto no contrato de copeiragem o fornecimento de copos descartáveis e foi realizada campanha para adoção de copo sustentável entre os servidores e colaboradores.
- Incentivo ao uso de garrafas ou canecas individuais para consumo de água e café. (ESG)
- Adoção de copos individuais para o público interno; e - Distribuição ao público externo, mediante solicitação. (HFA)



Cópia e papel

| | 2018 | 2019 | 2020 |
|-----------------|--------|--|---|
| MD | 4.760 | 3.720  | 3.068  |
| CENSIPAM | 597 | 205  | 139  |
| ESG | 3.000 | 1.390  | 717  |
| HFA | 7.449 | 8.373  | 4.416  |
| TOTAL | 15.806 | 13.688  | 8.340  |

Iniciativas visando reduzir o consumo de papel

- Em 2020, foi dada continuidade às ações de racionalização originadas do Projeto Esplanada Sustentável (PES), que vêm resultando em uma significativa redução do consumo e respectivos gastos relativos a consumo de papel. Dentre elas, merece destaque o incentivo ao uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a limitação do número de resmas por setor. A contratação dos serviços de outsourcing de impressão, com diminuição de quantitativo de impressoras, permitiu também redução significativa de consumo de papel e de cartuchos e toners para impressoras.
- No Censipam, em 2020 foi gerado a economicidade de 32%, em relação ao consumo de 2019, devido a realização de ampla divulgação para utilização dos meio eletrônicos correspondentes e otimização da utilização das impressoras.
- No HFA, redução da quantidade de impressoras adotando impressões por ilhas. Priorização da utilização de sistemas informatizados para a execuções das mais diversas atividades da organização. Utilização do Sistema de Informação Eletrônica (SEI); - Utilização de sistema eletrônicos internos para despachos e correções de documentos; - Reutilização de papéis impressos (rascunhos de caráter não reservados) na necessidade de arquivamento interno; e - Disciplina de uso parte do usuários.
- Reforço constante ao uso preferencial de documentos digitalizados e aos processos eletrônicos. (ESG)



Principais medidas adotadas para a redução do consumo de recursos naturais

- Manutenção da coleta seletiva do lixo, com separação dos resíduos recicláveis, e destinação adequada do material;
- Contínua substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED;
- Conclusão da instalação e início da operação do sistema fotovoltaico de geração de energia elétrica;
- Substituição gradual de bacias sanitárias convencionais com válvulas de alta vazão por bacias com caixa acoplada e válvula de duplo acionamento e de torneiras convencionais por torneiras econômicas com fechamento automático; e
- Utilização dos serviços de outsourcing de impressão, com redução de consumo de impressoras, permitiu também redução significativa de consumo de papel e de tinta de impressora.

No Censipam:

- Foi iniciado em 2020, o Processo para implementação de mini usina geradora de energia elétrica fotovoltaica no Censipam, que possibilitará uma economia estimada entre 80 e 90% nas faturas. Atualmente este processo está em fase de finalização pela equipe de planejamento e posterior encaminhamento para CONJUR/MD e após análise ser disponibilizado para pregão;
- Coleta seletiva realizada em dias alternados, disponibilização nas copas de lixeiras para resíduos secos e orgânicos e nas áreas comuns, utilização de lixeiras separadoras;
- Ampla divulgação na utilização do correio eletrônico para envio das correspondências; e
- Campanha nos setores visando a economia do consumo de energia e aquisição de lâmpadas LED mais econômicas e sustentáveis.

Na ESG:

- , as ações internas de reeducação que objetivam a mudança gradual de hábitos, com destaque para o incentivo ao uso de garrafas ou canecas individuais para redução de copos descartáveis. Reforço constante ao uso de documentos digitalizados e processos eletrônicos. Participação da ESG no Programa de Eficiência Energética da concessionária.

DESCARTE DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

- Utilização da coleta seletiva do lixo, com separação dos resíduos recicláveis, e destinação adequada do material;
- Existem coletores de pilhas e baterias em todos os órgãos;
- No MD foram encaminhados 330 Kg de resíduos sólidos para reciclagem, à Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos – RECICLO, 2.337 Kg de resíduos sólidos para a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis e de Educação Ambiental – NOVA SUPERAÇÃO, em cumprimento ao Dec nº 5.940/2006, que institui a

separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e pelo Decreto nº 37.568/2016, do Governo do Distrito Federal, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos. O controle e registro das atividades inerentes à tal coleta seletiva foram realizados pelos membros de uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária, criada com o objetivo de controlar a adequada destinação dos materiais recicláveis descartados pelas Unidades?Autônomas do MD.

No Censipam:

- Coleta seletiva realizada em dias alternados, disponibilização nas copas internas de lixeiras para resíduos secos e orgânicos.
- Lixeiras separadoras nas áreas internas e externas do CCG;
- Disponibilização de coletores para pilhas e baterias, e destinação no local adequado; e
- Descarte apropriado das lâmpadas que foram substituídas pelas de LED e dos materiais eletrônicos.
- Doação de recicláveis (papelão) para empresa Capital vinculada ao ICDF. HFA
- Execução de contratos com empresas especializadas a autorizadas a realizar o descarte apropriado.(ESG)

DESCARTE DE RESÍDUOS POLUENTES

- Os resíduos da construção civil do MD são descartados em estrita consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente;
- As contratações de serviços comuns de engenharia da ACMD seguem o preconizado na legislação e normas infra legais vigentes, com destaque para a Instrução Normativa N° 1 de 19 de janeiro de 2010, SLTI/MPOG, de 2010, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
- Os resíduos da Oficina Mecânica do HFA são armazenados em galões e recolhidos por empresa especializada;
- Os resíduos perfurocortantes oriundos do Serviço de Saúde são coletados em "descarpack" nas Clinicas e no Laboratório do HFA e recolhidos por empresa especializada;
- O Lixo Hospitalar, do HFA e da ESG, é recolhido por empresa especializada.
- Execução de contratos com empresas especializadas a autorizadas a realizar o descarte apropriado. (ESG)
- No Censipam, os resíduos poluentes existentes no CCG são: Lâmpadas, reatores, filtro de óleo, óleo diesel, e óleo queimado. O descarte desses materiais são realizados pelas empresas que prestam o serviço de troca e reposição dos equipamentos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Defesa está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o número 03.277.610.0001/25 e está localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco Q – Edifício Sede.

A Lei nº 10.180/2001, regulamentada pelo Decreto nº 6.976/2009, organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria STN nº 157/2011, instituiu o Sistema de Custos do Governo Federal, normatizado pela Portaria STN nº 716/2011, na qual foram definidas competências do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema.

A Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI) exerce a função de Órgão Setorial dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos. No âmbito do Ministério da Defesa (MD), o Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças (DEORF) coordena, dentre outros, as atividades relacionadas aos Sistemas de Contabilidade Federal e de Custos, cujas atividades são atribuídas à Divisão de Contabilidade (DICONT), conforme dispõe o Artigo 24 da Portaria Normativa nº 12/2019.

No exercício de suas atribuições, os principais processos de trabalho desenvolvidos pela DICONT têm por objetivo garantir a confiabilidade, a regularidade e a completude dos registros e das Demonstrações Contábeis no âmbito do Ministério da Defesa por intermédio de atividades como:

- Acompanhamento contábil diário das unidades gestoras e dos órgãos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI);
- Orientação, apoio técnico a ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda, para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas no SIAFI;
- Registro da conformidade contábil de unidades gestoras, de órgão e de órgão superior;
- Elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas; e
- Estruturação das atividades de Órgão Setorial de Custos.

Para tanto, a DICONT contava em 31/12/2020 com uma força de trabalho composta de cinco servidores, sendo um gerente, um coordenador, uma Contadora e dois Assistentes Técnicos. São Contadores responsáveis: Renato Pontes Dias (Titular), CRC nº 011149/0-4/DF, servidor da Secretaria do Tesouro Nacional há 26 anos com atuação nessa Divisão desde maio de 2018; e Carlos Antonio Araujo Cavalcanti (Substituto), CRC nº 014872/DF, servidor da Secretaria de Orçamento Federal há 18 anos, nessa Divisão desde outubro de 2018.

As Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa (DCON) são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquidos, extraídos do SIAFI, e por Notas Explicativas, podendo ser consultadas na íntegra no sítio <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/outros/demonstracoes-contabeis>.

A Unidade Prestadora de Contas (UPC) compreende apenas o Órgão 52000 – Ministério da Defesa no SIAFI. Portanto, foram considerados os valores contábeis consolidados nesse órgão nas DCON, que incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras Executoras (UG) constantes da tabela a seguir:

| Unidades Gestoras Executoras | | | |
|---|--------|--|----------|
| Unidade Administrativa | | Unidade Gestora | |
| Secretaria-Geral (SG) | 110404 | Departamento de Administração Interna | DEADI |
| | 110407 | Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças | DEORF |
| | 110594 | Departamento do Programa Calha Norte | DPCN |
| | 111415 | Fundo do Ministério da Defesa | FMD |
| Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) | 110406 | Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa | RBJID |
| | 113413 | Fundo do Serviço Militar | FSM |
| Escola Superior de Guerra (ESG) | 110402 | Escola Superior de Guerra | ESG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) | 110511 | Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | CENSIPAM |
| | 110572 | Centro Regional de Porto Velho | CR/PV |
| | 110573 | Centro Regional de Manaus | CR/AM |
| | 110586 | Centro Regional de Belém | CR/BL |

Fonte: Portaria Normativa nº 12/2019 e SIAFI.

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Órgão 52000 - Ministério da Defesa foram elaboradas em estrita observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964; do Decreto-Lei nº 200/1967; do Decreto nº 93.872/1986; da Lei nº 10.180/2001; e da Lei Complementar nº 101/2000, e abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A presente declaração refere-se às demonstrações contábeis do Ministério da Defesa e suas notas explicativas em 31 de dezembro de 2020.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, **DECLARO** que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem, em seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante à ressalva apresentada pela Unidade Gestora abaixo:

Unidade Gestora: 110404 – Departamento de Administração Interna –DEADI

Ressalva:

a-) Restrição 653 – Saldos Alongados nas Contas de Controle Classe 8.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília/DF, 29 de janeiro de 2021.

Renato Pontes Dias

Gerente de Contabilidade do Ministério da Defesa

CRC/DF nº 11.149/O-4

A seguir serão apresentadas as informações mais relevantes da gestão contábil no exercício de 2020.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** evidencia um Resultado Patrimonial positivo de R\$ 0,22 milhão em 2020 contra um superávit patrimonial de R\$ 153,19 milhões em 2019, o que representa uma variação negativa de 99,86%. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) apresentaram decréscimo de 1,80% em 2020 comparativamente a 2019. No caso das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), houve uma variação negativa de 1,66% em relação a 2019, conforme demonstrado na tabela a seguir.

| Variações Patrimoniais | Dez/2020 | Dez/2019 | R\$ milhares AH(%) |
|---|-------------|----------------|-----------------------|
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 105.568.008 | 107.507.682 | -1,80 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | 105.567.787 | 107.354.488 | -1,66 |
| Resultado Patrimonial do Período | 221 | 153.194 | -99,86 |

Fonte: SIAFI, em 24/2/2021.

Quanto às **Variações Patrimoniais Aumentativas**, cabe mencionar que as “Transferências e Delegações Recebidas” representam 99,68% do total (105,22 bilhões), e decorrem majoritariamente das Cotas Financeiras Recebidas da STN e registradas no DEORF.

Em relação às **Variações Patrimoniais Diminutivas**, as “Transferências e Delegações Concedidas” correspondem a 99,29% do total (104,81 bilhões), e se referem, principalmente, a Repasses e Sub-repasses Concedidos que são registrados no DEORF.

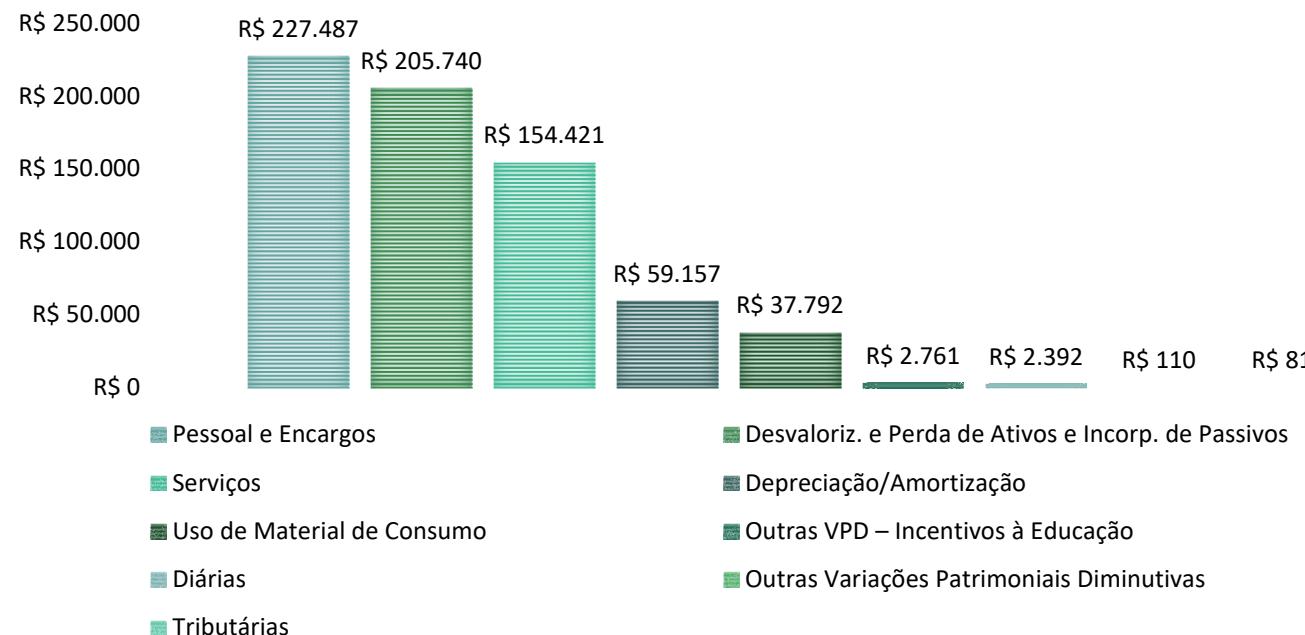
Os **Custos Operacionais** calculados com base nas informações da DVP apresentaram variação negativa de 57,35% em relação a 2019, conforme detalhado na tabela a seguir.

| Custos Operacionais | Dez/20 | Dez/19 | AH (%) | R\$ milhares AV (%) |
|---|----------------|------------------|---------------|------------------------|
| Pessoal e Encargos | 227.487 | 232.020 | -1,95 | 32,97 |
| Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos | 205.740 | 1.088.303 | -81,10 | 29,82 |
| Serviços | 154.421 | 171.742 | -10,09 | 22,38 |
| Depreciação/Amortização | 59.157 | 74.521 | -20,62 | 8,57 |
| Uso de Material de Consumo | 37.792 | 40.418 | -6,50 | 5,48 |
| Outras VPD – Incentivos à Educação | 2.761 | 2.713 | 1,77 | 0,40 |
| Diárias | 2.392 | 7.031 | -65,97 | 0,35 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 110 | 752 | -85,37 | 0,02 |
| Tributárias | 81 | 85 | -4,71 | 0,01 |
| Total | 689.941 | 1.617.584 | -57,35 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, em 24/2/2021.

O Gráfico a seguir demonstra a distribuição dos custos operacionais em 2020.

CUSTOS OPERACIONAIS (R\$ MILHARES)



Fonte: SIAFI, em 24/2/2021.

O **Resultado Não Financeiro** apurado a partir de informações da DVP foi déficit no montante R\$ 20,19 milhões em 2020, e apresentou um decréscimo de 113,90% em relação ao exercício anterior. A Tabela a seguir compara esse Resultado com o de 2019.

| Resultado Não Financeiro | Dez/2020 | Dez/2019 | R\$ milhares |
|--|--------------------|--------------------|--------------|
| Variações Patrimoniais Não Financeiras | | | AH(%) |
| Variações Patrimoniais Aumentativas – Não Financeiras | 105.133.336 | 107.054.473 | -1,79 |
| Transferências e Delegações Recebidas * | 104.815.713 | 105.729.858 | -0,86 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 219.400 | 1.233.689 | -82,22 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 62.406 | 43.831 | 42,38 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 27.049 | 30.958 | -12,63 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 8.768 | 16.137 | -45,66 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas – Não Financeiras | 105.153.521 | 106.909.280 | -1,64 |
| Transferências e Delegações Concedidas* | 104.405.030 | 105.241.505 | -0,79 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 253.762 | 293.711 | -13,60 |
| Pessoal e Encargos | 227.487 | 232.020 | -1,95 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 205.740 | 1.088.303 | -81,10 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 58.631 | 50.275 | 16,62 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 2.871 | 3.466 | -17,16 |

| | | | |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|
| Resultado Não Financeiro do Período | -20.186 | 145.193 | -113,90 |
|-------------------------------------|---------|---------|---------|

Fonte: SIAFI, em 25/1/2021.

*Para fins de consolidação, nas Transferências e Delegações Concedidas e Recebidas foram excluídos os valores relativos aos Sub-Repasses, que representam movimentações internas ao Órgão 52000.

Em relação às **Variações Patrimoniais Aumentativas – Não Financeiras**, o item “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” apresentou variação de 42,38% devido, principalmente, a doações / transferências recebidas.

A Tabela a seguir demonstra a composição da rubrica “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos”, que teve uma variação negativa de 82,22% em relação a 2019.

| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos - Composição | Dez/2020 | Dez/2019 | R\$ milhares AH(%) |
|---|----------------|------------------|-----------------------|
| Ganhos com Desincorporação de Passivos | 208.542 | 771.493 | -72,97 |
| Ganho com Incorporação de Ativos | 7.671 | 36.255 | -78,84 |
| Reavaliação de Ativos | 3.187 | 425.941 | -99,25 |
| Total | 219.400 | 1.233.689 | -82,22 |

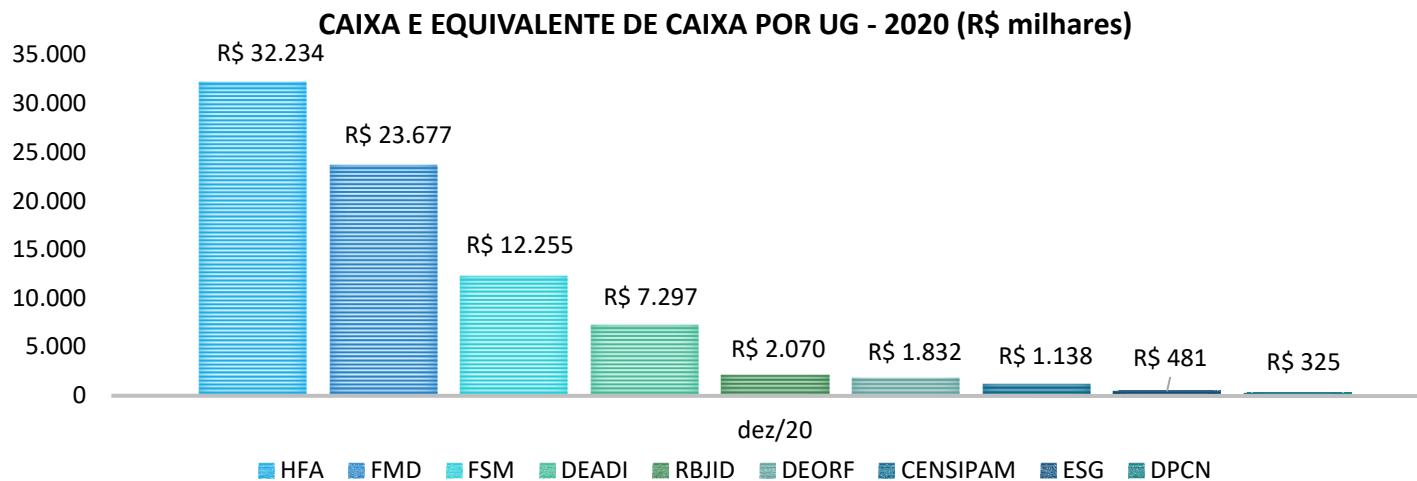
Fonte: SIAFI, em 25/1/2021.

Quanto às **Variações Patrimoniais Diminutivas – Não Financeiras**, o item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” obteve variação negativa mais expressiva (81,10%) se comparado a 2019. A tabela abaixo apresenta a composição da rubrica.

| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos - Composição | Dez/2020 | Dez/2019 | R\$ milhares AH(%) |
|--|----------------|------------------|-----------------------|
| Incorporação de Passivos | 187.828 | 1.071.345 | -82,47 |
| Desincorporação de Ativos | 13.519 | 9.010 | 50,03 |
| Perdas Involuntárias | 4.393 | 7.948 | -44,72 |
| Total | 205.740 | 1.088.303 | -81,10 |

Fonte: SIAFI, em 25/1/2021.

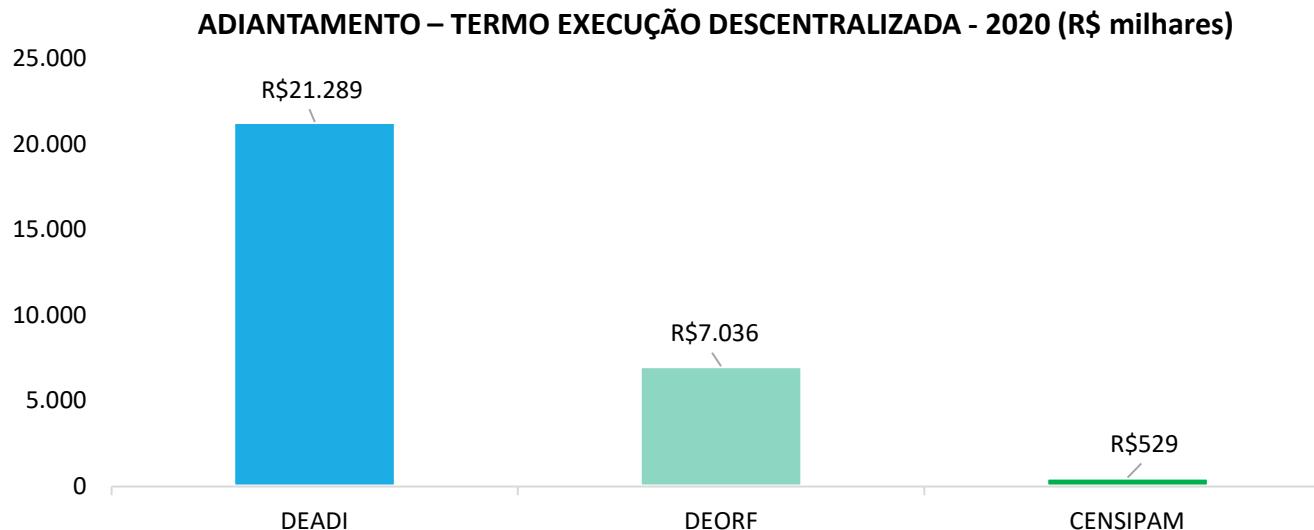
No **Balanço Patrimonial**, a rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” apresentou um saldo de R\$ 81,31 milhões e decréscimo de 74,31% com relação 2019, quando apresentou saldo de R\$ 316,46 milhões, com a seguinte distribuição por Unidade Gestora:



Fonte: SIAFI, em 24/2/2021.

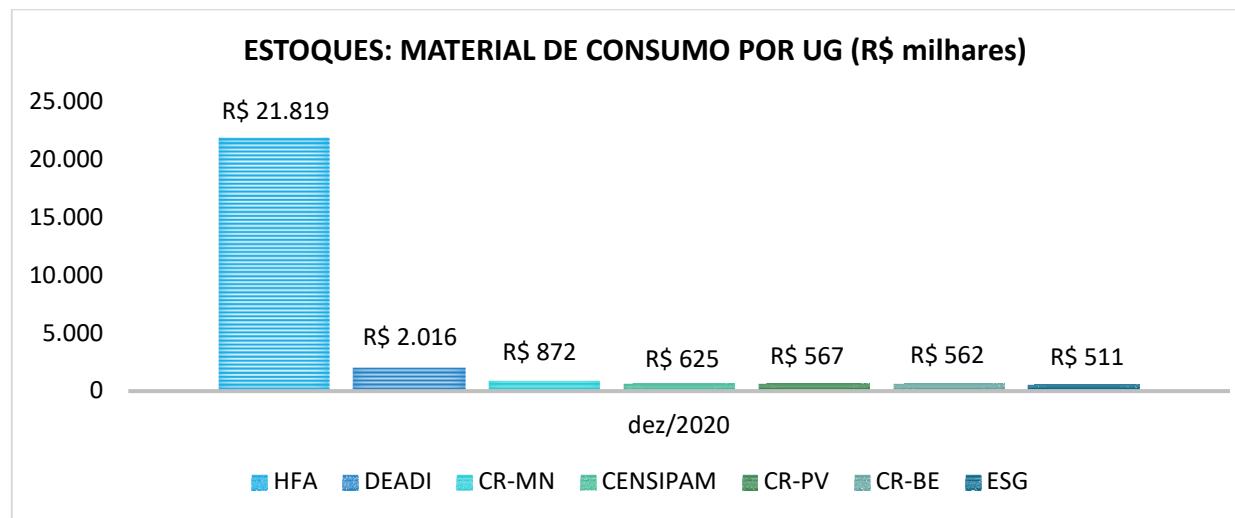
Na distribuição entre as unidades gestoras, o HFA apresentou o maior saldo no exercício (39,64%).

Ainda em relação ao Ativo, o Subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo apresentou o montante de R\$ 50,31 milhões, merecendo destaque a conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada (TED), cujo saldo é de R\$ 28,86 milhões. O Gráfico abaixo demonstra a distribuição da rubrica por unidade gestora.



Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

Por sua vez, o Subgrupo **Estoques** apresentou saldo no montante de R\$ 27,03 milhões em 2020. A rubrica com saldo mais expressivo é a de “Materiais de Consumo”, com R\$ 26,97 milhões, sendo que o HFA é a unidade gestora com a maior representatividade no item (80,90%) com a totalidade de seu saldo alocado em Almoxarifado majoritariamente com Material de Uso Hospitalar. O Gráfico a seguir demonstra a composição do item “Material de Consumo” distribuído por Unidade Gestora.



Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

No Grupo **Ativo Não Circulante**, o saldo mais relevante do Subgrupo “Ativo Realizável a Longo Prazo” encontra-se no item Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, no valor de R\$ 170,01 milhões. A composição da rubrica “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” é apresentada na Tabela a seguir.

| Demais Créditos e Valores a Longo Prazo – Composição | | Dez/20 | Dez/19 | AH (%) | AV (%) |
|--|--|----------------|----------------|--------------|---------------|
| Créditos a Rec. por Falta/Irregul. Comprovação | | 143.324 | 115.850 | 23,71 | 84,30 |
| Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações – LGPZ | | 26.671 | 11.168 | 138,82 | 15,69 |
| Depósitos Judiciais Efetuados | | 16 | 16 | 0,00 | 0,01 |
| Total | | 170.010 | 127.034 | 33,83 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

O item “Crédito a Receber por Falta/Irregularidade de Comprovação”, com saldo de R\$ 143,32 milhões, representa 84,30% do montante total da rubrica e é decorrente de registros de irregularidades na comprovação da execução de convênios apurados em Tomadas de Contas Especiais (TCE) e julgados pelo TCU e estão registrados majoritariamente no DPCN – cerca de 90,57% do total. Observa-se, também, que 15,70% da rubrica (R\$ 26,67 milhões) encontram-se no item “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Longo Prazo” e decorrem do registro de multas aplicadas em julgamentos de Tomadas de Contas Especiais pelo TCU.

Quanto à variação de 33,83% encontrada na rubrica em relação a 2019, menciona-se que a variação expressiva ocorreu devido a equívoco em valores lançados pelo DPCN nas contas contábeis 1.2.1.2.1.05.08 - Créditos a Receber por Falta/Irregularidade de Comprovação e 1.2.1.2.1.98.21 - Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Longo Prazo, realizados em dezembro de 2020 a título de atualização monetária anual das referidas contas. Os valores lançados indevidamente em dezembro de 2020 foram revistos e estornados para as correções pertinentes em janeiro de 2021, conforme Processo Sei nº 60414.000063/2021-69.

No Imobilizado, a composição da rubrica “Bens Móveis” é apresentada na tabela a seguir.

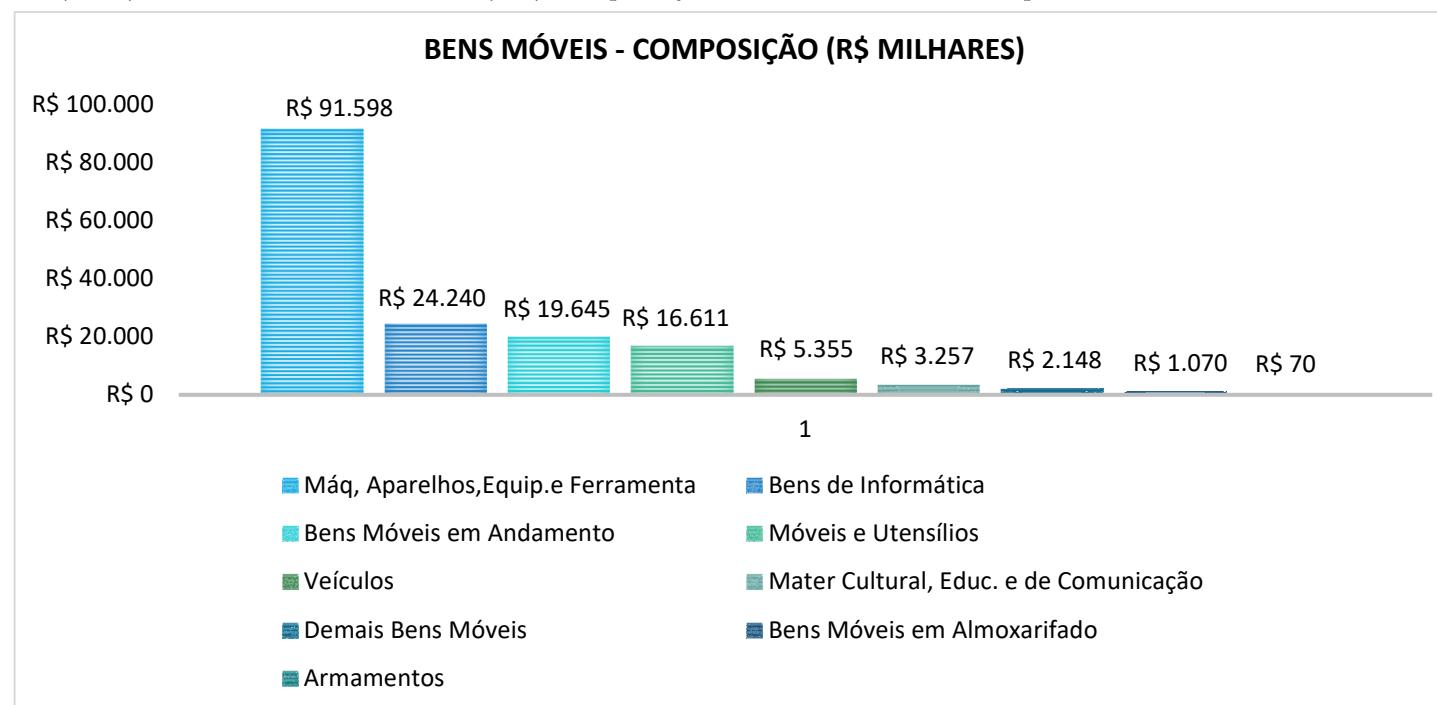
Ativo Imobilizado – Bens Móveis: Composição

R\$ milhares

| Bens Móveis | Dezembro 2020 | | | Dezembro 2019 | | | AH (%) | AV (%) |
|---|-----------------|-----------------------|------------------------|-----------------|-----------------------|------------------------|--------------|---------------|
| | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido | | |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 198.775 | -107.177 | 91.598 | 198.343 | -95.254 | 103.090 | -11,15 | 55,85 |
| Bens de Informática | 80.053 | -55.813 | 24.240 | 75.328 | -52.488 | 22.840 | 6,13 | 14,78 |
| Móveis e Utensílios | 36.350 | -19.739 | 16.611 | 35.332 | -17.665 | 17.667 | -5,98 | 10,13 |
| Bens Móveis em Andamento | 19.645 | - | 19.645 | 18.110 | - | 18.110 | 8,48 | 11,98 |
| Veículos | 8.678 | -3.324 | 5.355 | 8.405 | -2.834 | 5.570 | -3,87 | 3,27 |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 6.006 | -2.749 | 3.257 | 5.674 | -2.509 | 3.165 | 2,91 | 1,99 |
| Demais Bens Móveis | 3.151 | -1.003 | 2.148 | 3.220 | -879 | 2.340 | -8,20 | 1,31 |
| Bens Móveis em Almoxarifado | 1.070 | - | 1.070 | 114 | - | 114 | 842,06 | 0,65 |
| Armamento | 145 | -75 | 70 | 139 | -69 | 70 | 0,93 | 0,04 |
| Total | 353.875 | -189.880 | 163.995 | 344.663 | -171.698 | 172.966 | -5,19 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

A composição da rubrica “Bens Móveis” é demonstrada no Gráfico a seguir. Em 2020, os itens com saldos contábeis mais representativos são “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” (55,9%), “Bens de Informática” (14,8%) e “Bens Móveis em Andamento” (12%). A depreciação acumulada dos bens móveis apresentou saldo de R\$189,88 milhões no período.

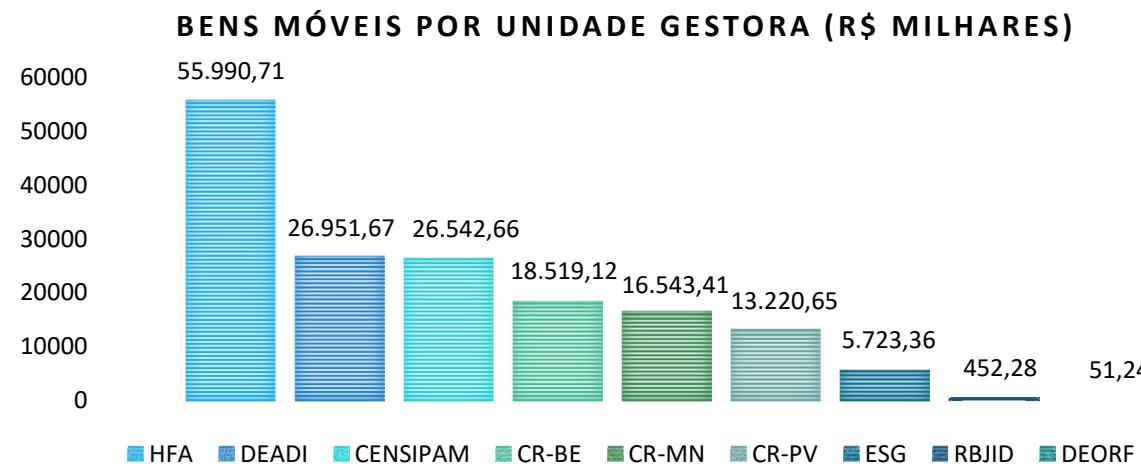


Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição do Bens Móveis por unidade gestora. Os saldos encontrados no HFA e no DEADI representam 34,14% e 16,43% do total da rubrica, respectivamente.

R\$ milhares



Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos.

No **Imobilizado**, os **Bens Imóveis** totalizavam um valor contábil líquido de R\$ 958,25 milhões, com depreciação acumulada de R\$ 42,75 milhões. A tabela a seguir detalha a composição da rubrica.

Tabela - Ativo Imobilizado – Bens Imóveis: Composição

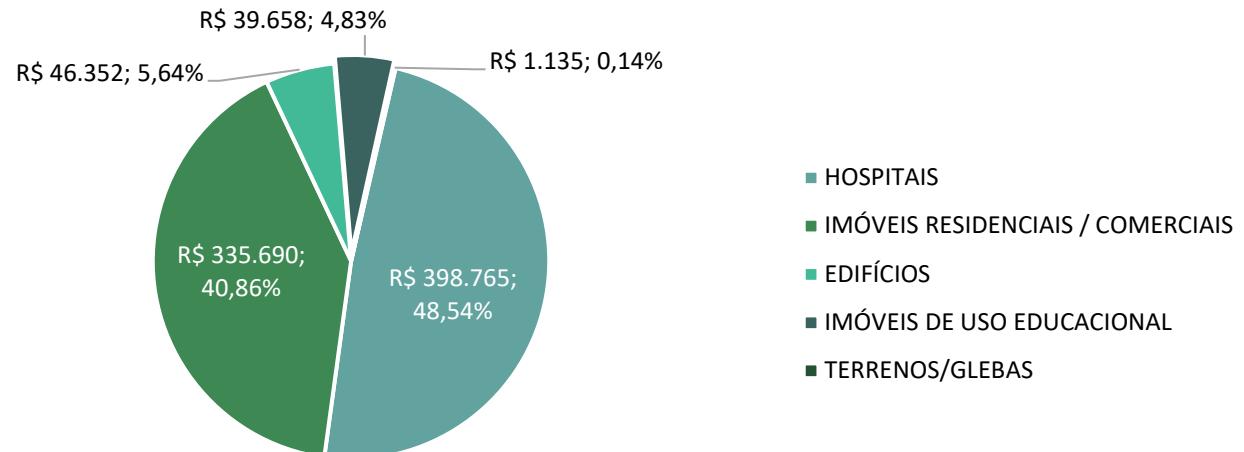
R\$ milhares

| Bens Imóveis | Dezembro 2020 | | | Dezembro 2019 | | | AH (%) | AV (%) |
|---|------------------|-----------------------|------------------------|-----------------|-----------------------|------------------------|-------------|---------------|
| | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido | Custo Histórico | Depreciação Acumulada | Valor Contábil Líquido | | |
| Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET | 864.351 | -42.752 | 821.599 | 821.500 | -39.888 | 781.612 | 5,12 | 85,74 |
| Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET | 128.206 | - | 128.206 | 128.206 | - | 128.206 | 0,00 | 13,38 |
| Bens Imóveis em Andamento | 8.331 | - | 8.331 | 5.424 | - | 5.424 | 53,59 | 0,87 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 111 | - | 111 | 111 | - | 111 | 0,00 | 0,01 |
| Total | 1.000.999 | -42.752 | 958.247 | 955.241 | -39.888 | 915.353 | 4,69 | 100,00 |

Fonte: SIAFI 25/2/2021.

Constatou-se que a rubrica “Bens de Uso Especial” teve saldo contábil líquido no valor de R\$ 949,81 milhões, ou seja, 99,12% do total registrado no Subgrupo “Bens Imóveis”. Os registros mais expressivos foram encontrados em: “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET”, no valor de R\$ 821,60 milhões, ou seja 85,74% do item; e em “Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET”, no montante de R\$ 128,21 milhões (13,4% do item). O Gráfico abaixo mostra a composição dos Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET.

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET - COMPOSIÇÃO (R\$ milhares)

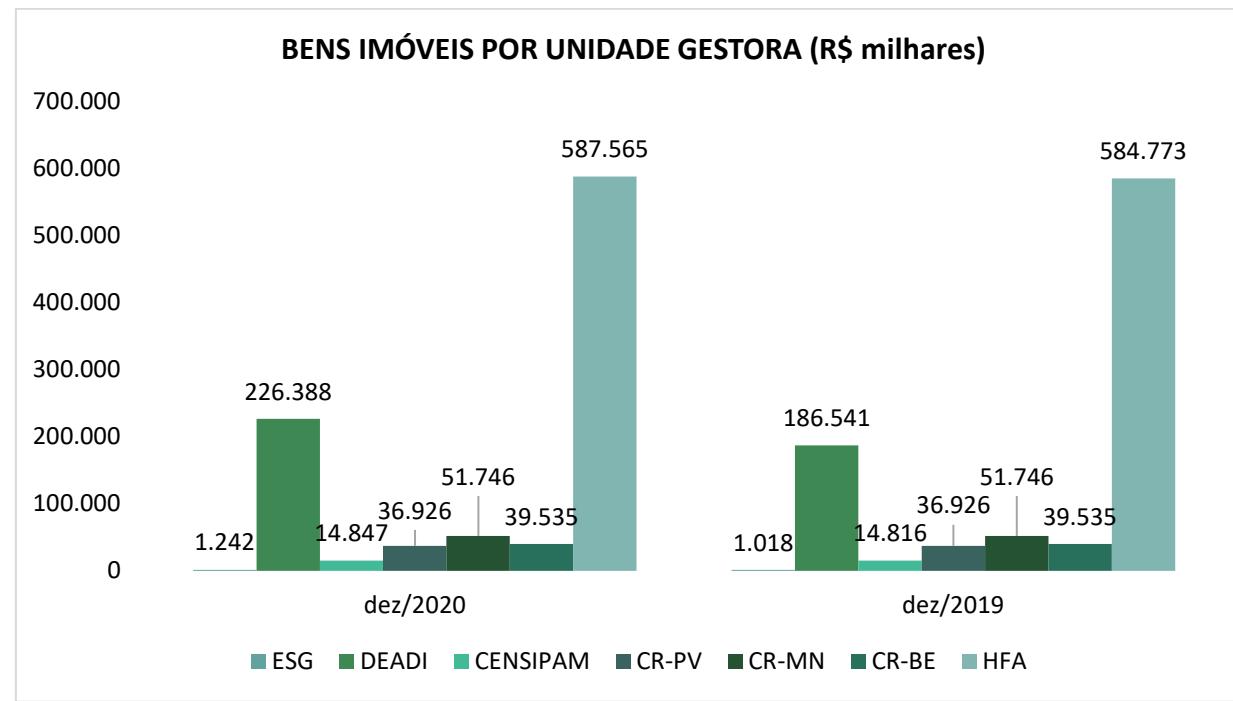


Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

*Saldos apresentados em valores contábeis líquidos da depreciação acumulada.

Verifica-se que no item “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET”, os saldos mais relevantes são da rubrica “Hospitais”, relativos aos prédios onde funciona o HFA; e de “Imóveis Residenciais e Comerciais”, representando no período o montante equivalente a 89,4% dos Bens Imóveis de Uso Especial.

R\$ milhares



Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

O HFA apresentou a maior valor registrado na rubrica de bens imóveis (61,3%) em 2020, seguido do DEADI com 23,6%. A variação de 22% nos valores dos Bens Imóveis registrados na ESG em relação a 2019 foi devida à obra de ampliação de edifício. No caso do DEADI, a variação de 21,4% em relação ao exercício 2019 refere- -se, principalmente, à transferência de imóvel de uso educacional oriundo da Superintendência do Patrimônio da União do Ministério da Economia.

O **Ativo Intangível** totalizou R\$ 475,6 milhões de valor contábil líquido em 2020. A Amortização Acumulada somou R\$ 92,07 milhões. A Tabela abaixo apresenta a composição detalhada do subgrupo.

Tabela – Ativo Intangível

| Item | Dezembro 2020 | | | Dezembro 2019 | | | AH (%) | AV (%) |
|---|-----------------|-----------------------|------------------------|-----------------|-----------------------|------------------------|--------------|---------------|
| | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Contábil Líquido | Custo Histórico | Amortização Acumulada | Valor Contábil Líquido | | |
| Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida | 547.209 | -88.162 | 459.048 | 547.209 | -54.721 | 492.488 | -6,79 | 96,52 |
| Software com Vida Útil Definida | 16.890 | -3.909 | 12.981 | 16.838 | -3.525 | 13.313 | -2,49 | 2,73 |
| Software com Vida Útil Indefinida | 3.568 | - | 3.568 | 2.588 | - | 2.588 | 37,87 | 0,75 |
| Total | 567.667 | -92.071 | 475.596 | 566.635 | -58.246 | 508.389 | -6,45 | 100,00 |

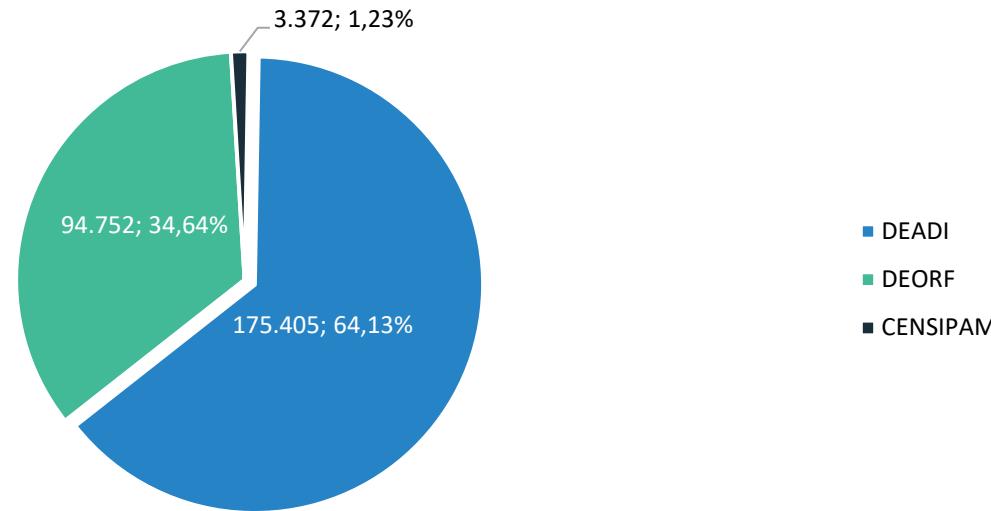
Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida”, que representa cerca de 96,5% do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 459,05 milhões. O valor é proveniente da apropriação do contrato de uso da banda militar X do *Sistema SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicações Estratégicas*, registrado no DEADI.

A rubrica **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – Curto Prazo** apresentou saldo no montante de R\$ 15,2 milhões, sendo que o item “Pessoal a Pagar” concentra quase a totalidade do saldo do grupo (96%), o qual, por sua vez, apresenta seu maior saldo no item “Salários, Remunerações e Benefícios” com o montante de R\$ 14,36 milhões.

O Grupo **Demais Obrigações a Curto Prazo** apresentou saldo no valor de R\$ 342,40 milhões. Nesse grupo, merece destaque a conta **Transferências Financeiras a Comprovar – TED**. A rubrica apresentou registro contábil no valor de R\$ 273,53 milhões em dezembro de 2020, com variação negativa de 7,8%. O Gráfico seguinte apresenta a sua segregação por unidade gestora.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED por UG (R\$ milhares)



Fonte: SIAFI, em 1º/3/2021.

A conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” teve resultado negativo de R\$ 3,38 milhões em 2020. A tabela a seguir apresenta os saldos da conta nos dois últimos exercícios.

| Ajustes de Exercícios Anteriores | R\$ milhares | Dez/2020 | Dez/2019 |
|---|--------------|---------------|---------------|
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | -3.383 | 25.265 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | | -3.383 | 25.265 |

Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

A próxima tabela apresenta a descrição dos itens com registros mais expressivos efetuados em “Ajustes de Exercícios Anteriores”.

| Ajustes de Exercícios Anteriores – Principais Registros | R\$ milhares | 2020 |
|--|--------------|-------|
| Baixa de saldo de débitos judiciais vinculados ao MD do período de 2/7 a 31/12/2019 registrado via 2019PA00388 conforme instruções no Processo STJ/STI 038566/2019 | | 6.354 |
| Provisão de valores a receber da Fundação Universitária de Cardiologia (ICDF), conforme acordo operacional 001-MD/2019 vinculado ao Processo 60521.000055/2018-08, Ref. aluguel de áreas do HFA no período de maio/2019 a dez/2019. Valores de acordo com o Processo 60550.004446/2020-61. | | 5.233 |
| Ajuste na provisão de receitas ref. Serviços hospitalares prestados ao FUSMA em exercícios anteriores, Processo 60550.007897/2020-50. | | 1.256 |

| | |
|--|---------------|
| Baixas referente aos recebimentos de valores em dezembro de 2019 referente a serviços hospitalares prestados (HFA). | -10.127 |
| Glosa referente ref. Serviços hospitalares prestados ao FUNSA em 2019. | -1.776 |
| Processo de reembolso de remuneração a Companhia Docas do Rio de Janeiro, referente a empregado, do período de 24/05/2005 a 18/06/2011, em conformidade com o parecer da CONJUR nº 0059/2015, de 20/01/2015 - Processo 60630.002497/2015-09. | -1.335 |
| Demais itens de “Ajustes de Exercícios Anteriores” | -2.988 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | -3.383 |

Fonte: SIAFI, em 1º/3/2021

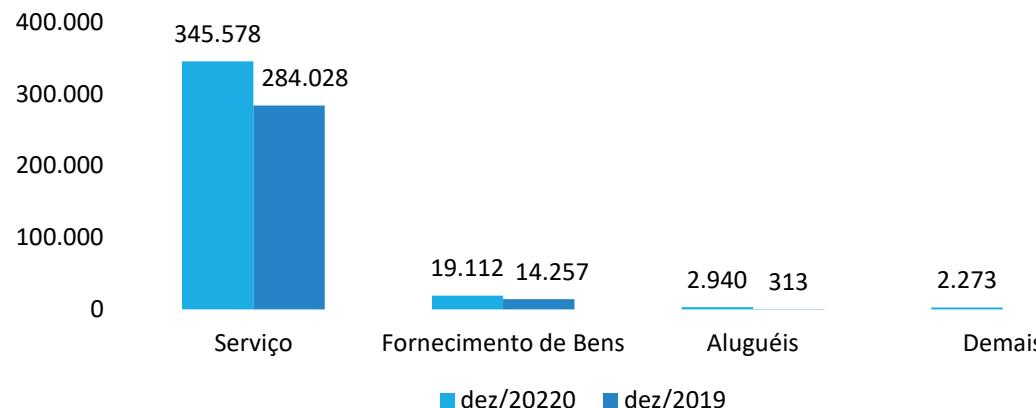
A Tabela seguinte evidencia os Atos Potenciais Ativos e Passivos. Verifica-se que em 31/12/2020 existia um saldo consolidado de R\$ 369,90 milhões no título Obrigações Contratuais, relacionado a parcelas de contratos que serão executadas em períodos futuros.

| Atos Potenciais Ativos e Passivos | R\$ milhares | |
|---|------------------|------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 184.419 | 148.830 |
| Execução dos Atos Potenciais Ativos | 184.419 | 148.830 |
| Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar | 43.290 | 34.021 |
| Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec. | 140.558 | 114.239 |
| Direitos Contratuais a Executar | 571 | 571 |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS | 184.419 | 148.830 |
| ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 1.434.192 | 1.179.753 |
| Execução dos Atos Potenciais Passivos | 1.434.192 | 1.179.753 |
| Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar | 1.064.289 | 881.155 |
| Obrigações Contratuais a Executar | 369.903 | 298.598 |
| SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS | 1.434.192 | 1.179.753 |

Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

O Gráfico abaixo demonstra a composição do item “Obrigações Contratuais” de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - COMPOSIÇÃO (R\$ milhares)



Fonte: SIAFI, em 25/2/2021.

Em relação ao Balanço Orçamentário, as Receitas previstas para o Órgão 52000 - Ministério da Defesa na Lei Orçamentária Anual de 2020 foram da ordem de R\$ 7,02 bilhões, conforme Tabela a seguir.

| Execução da Receita Orçamentária | | | | | R\$ milhares |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|----------------|---------------|--------------|
| RECEITAS | Previsão Atualizada | Receitas Realizadas | Realização (%) | AV(%) | |
| RECEITAS CORRENTES | 6.495.132 | 6.580.039 | 101,31 | 100,00 | |
| Receitas Tributárias | 11.810 | 6.138 | 51,97 | 0,09 | |
| Receitas de Contribuições | 6.463.416 | 6.553.234 | 101,39 | 99,59 | |
| Receita Patrimonial | 5.038 | 4.131 | 81,99 | 0,06 | |
| Receitas de Serviços | 8.393 | 7.478 | 89,10 | 0,11 | |
| Outras Receitas Correntes | 6.474 | 9.058 | 139,91 | 0,14 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 523.410 | 0 | 0,00 | 0,00 | |
| Operações de Crédito | 523.410 | 0 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL | 7.018.542 | 6.580.039 | 93,75 | 100,00 | |

Fonte: SIAFI, em 1º/3/2021.

O valor arrecadado até 31/12/2020 foi de R\$ 6,58 bilhões e refere-se exclusivamente a Receitas Correntes. O montante representa 101,31% do total da receita prevista para esse Grupo. Em valores absolutos, a maior participação refere-se às Receitas de Contribuições com R\$ 6,55 bilhões, que correspondem à 99,6% das Receitas Correntes. As Receitas de Contribuições referem-se às contribuições para custeio das pensões militares, que são um recurso proveniente da remuneração de militares ativos e inativos, recolhidos nas Unidades de Pagamento de Pessoal das Forças Singulares e transferidos diretamente para a Secretaria do Tesouro Nacional. O registro contábil da Realização da Receita é efetuado no DEORF. Até o fechamento do exercício, não houve realização

de Receitas de Capital.

No tocante às **Despesas**, cabe esclarecer que, do total das dotações alocadas ao Órgão na LOA, 65,4% (R\$ 1,87 bilhão) foram descentralizadas, por meio de destaque, para outros Órgãos, em especial os Comandos Militares. Das dotações remanescentes no MD, cerca de R\$ 987,4 milhões ou 34,6%, foram empenhados R\$ 947,38 milhões (96%).

Quanto às dotações descentralizadas por meio de destaque (R\$ 1,87 bilhão), registrou-se empenhos no valor de R\$ 1,88 bilhão e estão assim distribuídos: Comando da Aeronáutica responde por 43,32% do valor empenhado, seguido do Comando do Exército com 37,15% e do Comando da Marinha com 18,73%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

| Execução Direta e Descentralizada da Despesa Orçamentária | | | | | R\$ milhares |
|---|--------------------|---------------------|----------------------|-------------------|--------------|
| ÓRGÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESTAQUES RECEBIDOS | DESTAQUES CONCEDIDOS | DESPESAS EMPENHAS | |
| Ministério da Defesa | 2.856.225 | 0 | 1.868.867 | 947.383 | |
| Comando da Marinha | - | 355.217 | - | 351.892 | |
| Comando do Exército | - | 702.433 | - | 697.901 | |
| Comando da Aeronáutica | - | 796.417 | - | 813.820 | |
| Outros Órgãos | - | 14.800 | - | 14.797 | |
| Total | 2.856.225 | 1.868.867 | 1.868.867 | 2.825.792 | |

Fonte: SIAFI, em 26/5/2020.

Em relação ao total da **Despesa Orçamentária** do Órgão 52000 - Ministério da Defesa, no exercício de 2020 em comparação a 2019, houve um acréscimo de 6,43% no montante de despesas empenhadas, correspondendo a cerca de R\$ 998,98 milhões. Ressalta-se que esse montante se refere a empenhos tanto de dotações alocadas em Unidades Orçamentárias do próprio Ministério da Defesa quanto de destaques recebidos de outros órgãos.

| Balanço Orçamentário: Despesa Orçamentária | | | | | | R\$ milhares |
|--|------------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------|------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| Despesas Correntes | 5.937.419 | 1.835.591 | 519.389 | 418.124 | 400.438 | 1.316.202 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 5.204.458 | 256.448 | 250.317 | 250.317 | 235.327 | 6.131 |
| Outras Despesas Correntes | 732.961 | 1.579.143 | 269.072 | 167.807 | 165.111 | 1.310.071 |
| Despesas de Capital | 824.731 | 1.013.162 | 476.593 | 8.842 | 8.838 | 536.568 |
| Investimentos | 824.731 | 1.013.162 | 476.593 | 8.842 | 8.838 | 536.568 |
| Reserva de Contingência | 7.472 | 7.472 | - | - | - | 7.472 |
| Total das Despesas | 6.769.622 | 2.856.225 | 995.983 | 426.966 | 409.276 | 1.860.243 |

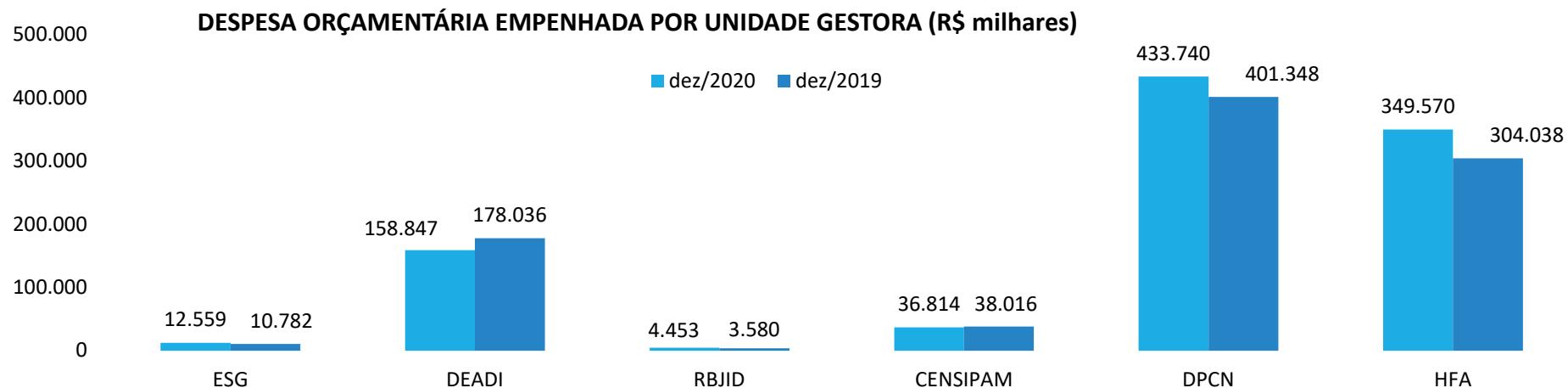
Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

A Tabela e o Gráfico a seguir demonstram a distribuição da despesa orçamentária por Unidade Gestora.

| Despesa Orçamentária por UG | | | | | R\$ milhares |
|--|----------|----------|--------|-------|--------------|
| UNIDADE GESTORA | DEZ/2020 | DEZ/2019 | AH (%) | AV(%) | |
| Escola Superior de Guerra | 12.559 | 10.782 | 16,49 | 1,26 | |
| Departamento de Administração Interna | 158.847 | 178.036 | -10,78 | 15,95 | |
| Representação do Brasil na Junta Interamericana Defesa | 4.453 | 3.580 | 24,38 | 0,45 | |
| Centro Gestor Operac. do Sistema Proteção da Amazônia | 36.814 | 38.016 | -3,16 | 3,70 | |

| | | | | |
|--------------------------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|
| Departamento do Programa Calha Norte | 433.740 | 401.348 | 8,07 | 43,55 |
| Hospital das Forças Armadas | 349.570 | 304.038 | 14,98 | 35,10 |
| Total | 995.983 | 935.800 | 6,43 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.



Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

A Tabela a seguir demonstra a distribuição da despesa empenhada por Categoria Econômica e Grupo de Despesa.

| Despesa Orçamentária por Categoria Econômica e Grupo da Despesa | | | R\$ milhares | | |
|---|----------------------------|----------------|----------------|-------------|---------------|
| Categoria Econômica | Grupo da Despesa | Dez/2020 | Dez/2019 | AH(%) | AV(%) |
| Despesas Correntes | Outras Despesas Correntes | 269.072 | 257.217 | 4,61 | 27,02 |
| | Pessoal e Encargos Sociais | 250.317 | 257.420 | -2,76 | 25,13 |
| Despesas de Capital | Investimentos | 476.593 | 421.163 | 13,16 | 47,85 |
| TOTAL | | 995.983 | 935.800 | 6,43 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

Verifica-se que os valores empenhados encontram-se nos Grupos “Outras Despesas Correntes” (27,02%), “Pessoal e Encargos Sociais” (25,13%) e “Investimentos” (47,9%).

Dentre os relativos aos Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, merecem destaque os itens “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil” com o valor empenhado de R\$ 150,91 milhões; “Aposentadoria RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar” com R\$ 41,81 milhões; e “Obrigações Patronais” com R\$ 30,09 milhões, que juntos correspondem a 89,01% do valor empenhado no Grupo.

Quanto a “Outras Despesas Correntes”, os três itens mais relevantes representam 78,7% dos valores empenhados no Grupo. São eles: “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica” (R\$ 115,7 milhões, 43%), “Locação de Mão de Obra” (R\$ 52,99 milhões, 19,69%) e “Material de Consumo” (R\$ 43,18 milhões, 16,1%).

No Grupo “Investimentos”, os títulos mais representativos são “Obras e Instalações” (70,38%) e “Equipamento e Material Permanente” (29,17%), apresentando despesas empenhadas no valor de R\$ 335,42 milhões e R\$ 139,02 milhões, respectivamente.

Quanto aos **Restos a Pagar**, o quadro a seguir apresenta a execução dos Restos a Pagar Processados em 2020.

Quadro Execução Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

| Unidade Gestora | RPP INSCRITO E REINSCRITO ATÉ 2019 | RPP A PAGAR | RPP PAGOS | RPP CANCELADOS | (%) RPP A PAGAR | (%) RPP PAGO | (%) RPP CANCELADO |
|-----------------|------------------------------------|-------------|----------------|----------------|-----------------|--------------|-------------------|
| ESG | 107 | 5 | 102 | - | 4,783 | 95,22 | - |
| DEADI | 6.447 | 2 | 6.445 | 0 | 0,032 | 99,96 | 0,00 |
| CENSIPAM | 88 | - | 88 | - | - | 100,00 | - |
| DPCN | 211.480 | - | 161.430 | 50.050 | - | 76,33 | 23,67 |
| HFA | 12.062 | - | 12.062 | - | - | 100,00 | - |
| TOTAL | 230.184 | 7 | 180.127 | 50.050 | 0,003 | 78,25 | 21,74 |

Fonte: SIAFI, em 2/3/2020.

A Tabela a seguir apresenta a execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) até dezembro de 2020.

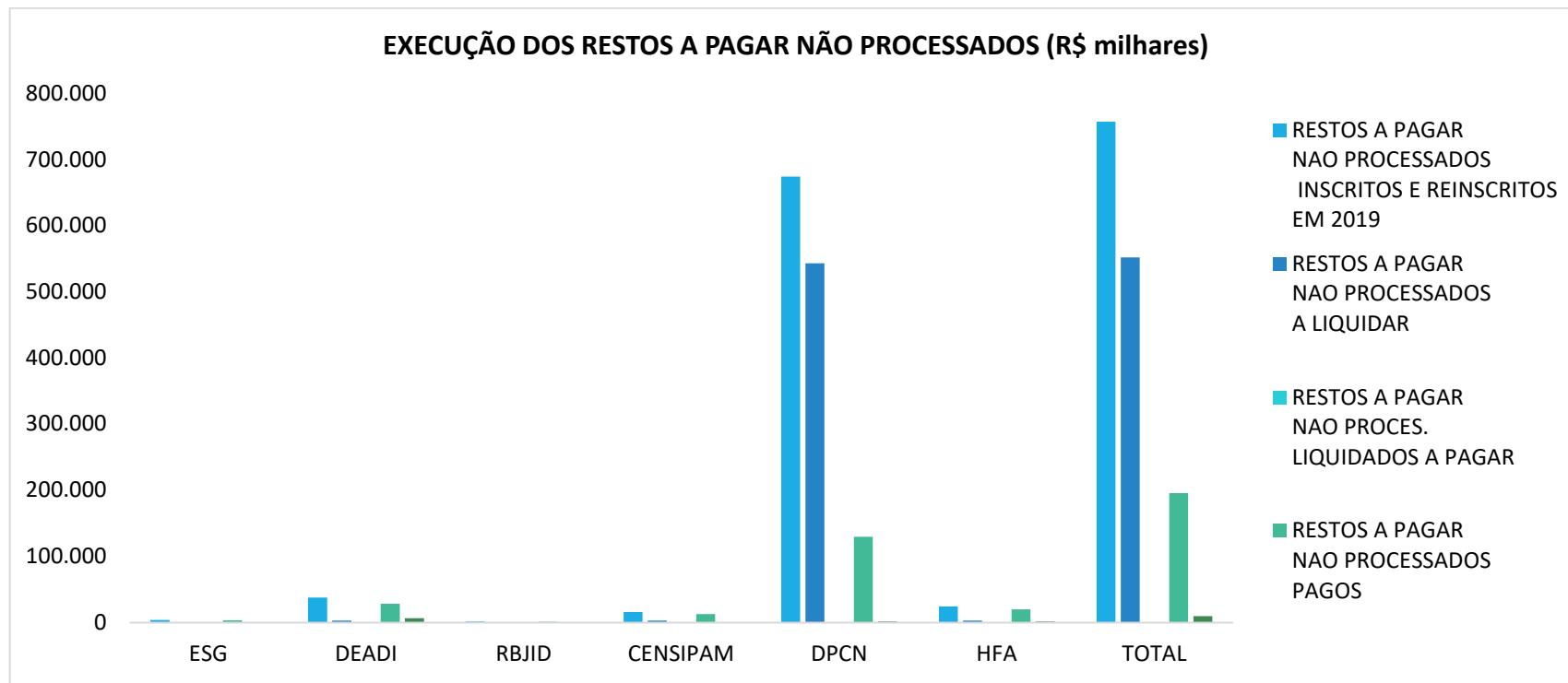
Quadro Execução Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

| UG | RPNP INSCRITO E REINSCRITO EM 2019 | RPNP A LIQUIDAR | RPNP LIQUIDADOS A PAGAR | RPNP PAGOS | RPNP CANCELADOS | (%) RPNP A LIQUIDAR | (%) RPNP LIQUIDADO A PAGAR | (%) RPNP PAGO | (%) RPNP CANCELADO |
|--------------|------------------------------------|-----------------|-------------------------|----------------|-----------------|---------------------|----------------------------|---------------|--------------------|
| ESG | 3.753 | 194 | - | 3.328 | 231 | 5,16 | - | 88,68 | 6,16 |
| DEADI | 37.780 | 2.882 | 63 | 28.513 | 6.322 | 7,63 | 0,17 | 75,47 | 16,73 |
| RBJID | 1.379 | 113 | - | 1.263 | 2 | 8,23 | - | 91,64 | 0,13 |
| CENSIPAM | 15.841 | 2.862 | - | 12.819 | 160 | 18,07 | - | 80,93 | 1,01 |
| DPCN | 674.231 | 543.106 | - | 129.625 | 1.500 | 80,55 | - | 19,23 | 0,22 |
| HFA | 24.080 | 2.757 | - | 19.961 | 1.363 | 11,45 | - | 82,89 | 5,66 |
| Total | 757.064 | 551.915 | 63 | 195.510 | 9.577 | 72,90 | 0,01 | 25,82 | 1,27 |

Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

O Gráfico a seguir ilustra a execução dos Restos a Pagar Não Processados.



Fonte: SIAFI, em 26/2/2021.

Em 2019, não houve restrições contábeis ao final do exercício. Quanto a 2020, registrou-se a restrição contábil “653 – Saldos Alongados nas Contas de Controle – Classe 8”, que permite identificar a existência de saldos classificados como bens móveis em trânsito, pendentes de confirmação até 30 dias do envio. O acompanhamento mensal junto às Unidades Gestoras permitiu a mitigação da recorrência da restrição. Os bens objeto da restrição em dezembro de 2020 foram confirmados no início de 2021.



MINISTÉRIO DA
DEFESA

www.gov.br/defesa/pt-br